



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

**A INTEGRAÇÃO DAS MULHERES IMIGRANTES
CABO-VERDIANAS NO MERCADO DE TRABALHO EM
PORTUGAL - UM ESTUDO NA ÁREA DE LISBOA**

Autora: Marlene Lenise Martins Teixeira

Orientador: Prof. Doutor Fausto Amaro

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Política Social

Lisboa

2014

VALORIZAMOS PESSOAS

Aos meus pais
José Manuel e Maria da Graça

AGRADECIMENTOS

Durante a minha formação académica foram muitos os que contribuíram para o meu sucesso. Na impossibilidade de referir a todos, vou referir apenas aquelas cujas contribuições foram mais substanciais.

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador Doutor Fausto Amaro pela competência, entusiasmo e dedicação com que orientou este trabalho.

Agradeço a Associação de Solidariedade Imigrante pelo espaço fornecido para a realização das entrevistas e a todas as pessoas que participaram no estudo, principalmente às senhoras entrevistadas pela colaboração, aos funcionários da associação pelo acolhimento, apoio e fornecimentos de informações úteis acerca do tema, à Mariana pelo seu apoio e dedicação.

À minha família, em especial aos meus queridos estimados pais (José Manuel e Maria da Graça), irmãos (Flaviano e Dilva), avós (Izabel e Beto), tias e tios em especial (Armada, Augusta, Celeste, Gina, Filo), primos e madrinha, por todo afeto, apoio, por me terem ajudado a concluir mas uma etapa. Aos meus estimados amigos (Indira, Ruth, Zola, Elly, Lenise, Dirce, Liliana, Cláudia, Tatiana, Joci, Nixe) pela amizade, apoio, incentivo e motivação demonstrada ao longo deste processo.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

A comunidade cabo-verdiana, considerada a mais antiga e a mais enraizada em Portugal, constituiu durante décadas a maior a residir no país, principalmente no final dos anos 60. A proximidade cultural, a facilidade no processo de legalização e integração, foram fatores determinantes para a escolha de Portugal como destino.

O objetivo deste trabalho é abordar a integração das cabo-verdianas no mercado de trabalho português. Consonante com esta problemática, o foco principal é analisar alguns campos que são fundamentais e que marcam a sua realidade, nomeadamente: as dificuldades de integração no mercado de trabalho; o grau de satisfação no trabalho e a sua remuneração; o tipo de trabalho que desempenham; as variáveis que facilitam a integração no mercado de trabalho; e os principais motivos que as levaram a emigrarem.

A metodologia a seguir passa pela pesquisa bibliográfica e análise documental, seguindo da realização de uma entrevista qualitativa, com base numa amostra de 17 mulheres residentes na área de Lisboa. A recolha dos dados foi feita no ano de 2012, na Associação de Solidariedade Imigrante, no Terreiro do Paço.

Os resultados mostram que as mulheres cabo-verdianas em Portugal enfrentam algumas dificuldades na integração no mercado de trabalho.

Palavra-chave: Migração, Imigração, Emigração, Integração dos Imigrantes, Mercado de Trabalho, Mulheres Cabo-verdianas em Portugal e Reagrupamento Familiar

ABSTRACT

Cape Verdean community is considered the oldest and the most entrenched in Portugal. For decades, mainly in the last 60s, they were the largest community living in Portugal. Cultural proximity, facility in legalization process and integration, were the determining factors to choose Portugal as destination country.

The objective of this study is to approach the integration of Cape Verdean women in Portuguese labor market. Consonant with this problem, the main focus is to analyze some important fields that mark their reality, namely: the integration difficulties in labor market; the degree of the job satisfaction, and the remuneration; the type of work they perform; the variables which facilitate integration in the labor market, and the main reasons which made them to emigrate.

The methodology involves literature search, and documental analysis following a completion of a qualitative interview, based on a sample of seventeen women living in the Lisbon area. Data collection was made in 2012 in the Association of Immigrant Solidarity, located in Terreiro do Paço.

The results show that, in Portugal, Cape Verdean women face some difficulties to integrate in labor market.

Keywords: Migration, Emigration, Immigrants' Integration, Labor Market, Cape Verdeans Women in Portugal, and Family Reunification

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Instituto Público

DGE - Direção Geral de Estatística

DGEEP - Direção Geral de Estudos – Estatística e Planeamento

INE - Instituto Nacional de Estatística

GAE - Gabinete de Apoio ao Emigrante

GAMI - Gabinete de Apoio a Mulheres Imigrantes

IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

IGT - Inspeção Geral de Trabalho

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

OIM - Organização Internacional para as Migrações

MTSS - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

SEF - Serviço Estrangeiro e Fronteiras

SOLIM - Solidariedade Imigrante- Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes

UNIVA - Unidade de Inserção na Vida Ativa

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VII
LISTA DE ABREVIATURAS.....	IX
ÍNDICE GERAL	XI
ÍNDICE DAS FIGURAS	XV
ÍNDICE DOS QUADROS	XVII
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Enquadramento do Trabalho e Escolha de Tema.....	1
1.2. Objetivo e Metodologia.....	2
1.3. Organização da Dissertação	4
CAPÍTULO 2 - OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS	5
2.1. Migração	5
2.2. Emigração	6
2.3. Imigração.....	7
2.4. Integração dos Imigrantes	7
2.5. Mercado de Trabalho	9
2.6. Trabalho Doméstico	10
CAPÍTULO 3 - TEORIAS EXPLICATIVAS DAS MIGRAÇÕES	11
3.1. As Teorias Micro-Sociológicas.....	11
3.1.1. Os modelos de atração-repulsão (<i>push-pull model</i>)	12
3.1.2. A teoria do capital humano.....	13
3.1.3. A teoria do ciclo de vida.....	14
3.1.4. A teoria da trajetória social.....	15
3.2. As Teorias Macrossociológicas.....	16
3.2.1. O mercado de trabalho segmentado e a economia informal.....	16

3.2.2. Instituições, redes migratórias, laços étnicos e sociais.....	17
CAPÍTULO 4 - CABO VERDE PAÍS DE EMIGRAÇÃO	19
4.1. História de Cabo Verde	19
4.2. A Seca	21
4.3. Emigração Cabo-Verdiana	21
4.3.1. A evolução da emigração cabo-verdiana ao longo do tempo.....	23
4.3.2. Causas do fenómeno emigratório cabo-verdiano	27
4.3.3. Destinos dos principais fluxos emigratórios.....	28
4.3.4. Consequências da emigração.....	28
CAPÍTULO 5 - PORTUGAL PAÍS DE IMIGRAÇÃO.....	31
5.1. O fenómeno migratório em Portugal nos últimos anos.....	31
5.1.1. Evolução da comunidade imigrante em Portugal	34
5.1.2. A emigração Africana em Portugal	35
5.1.3. A comunidade cabo-verdiana em Portugal.....	37
5.2. As Políticas de Imigração em Portugal	50
CAPÍTULO 6 - A REALIDADE DAS MULHERES CABO-VERDIANAS EM PORTUGAL	53
6.1. A Imigração Feminina.....	53
6.1.1. A situação profissional das mulheres imigrantes em Portugal.....	54
6.1.2. Mulheres migrantes no mercado de trabalho.....	55
6.1.3. A imigração das mulheres Cabo-Verdianas	55
6.2. Reagrupamento Familiar	56
CAPÍTULO 7 - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE DO IMIGRANTE.....	59
CAPÍTULO 8 - MÉTODO	63
8.1. Amostra.....	63
8.2. Procedimento.....	64
8.3. Instrumento	64

CAPÍTULO 9 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	67
9. 1. Apresentação Dos Resultados	67
9.2. Análise e Discussão dos Resultados	78
CAPÍTULO 10 - CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO	87
10.1. Conclusão	87
10.2. Limitações do Estudo e Recomendações	91
BIBLIOGRAFIA	95
ANEXOS	103

ÍNDICE DAS FIGURAS

Capítulo 5

Figura 5. 1 - Evolução da População Estrangeira em Território Nacional.....	33
Figura 5.2 - Distribuição geográfica da população estrangeira	50

ÍNDICE DOS QUADROS

Capítulo 4

Quadro 4.1 - Emigração anual por países/região de destino entre 1900 e 1920.....	24
Quadro 4.2 - Emigração anual por países/região de destino entre 1927 e 1945.....	25
Quadro 4.3 - Emigração anual por países/região de destino entre 1946 e 1952.....	26

Capítulo 5

Quadro 5. 1 - A população Cabo-verdiana distribuída nas principais cidades nos anos 1981 a 1998.	38
Quadro 5.2 - A comunidade cabo-verdiana residente em Portugal nos anos 2000 a 2012	41
Quadro 5. 3 - Cinco populações de origem estrangeiras mais numerosas em Portugal nos anos 1996 e 2005.	42
Quadro 5. 4 - População estrangeira residente- As principais nacionalidades mais representativa nos anos 2006-2007.....	43
Quadro 5. 5 - População estrangeira residente - As principais nacionalidades mais representativa nos anos 2008-2009.....	45
Quadro 5.6 - População estrangeira residente - As principais nacionalidades mais representativa no ano 2010.	47
Quadro 5.7 - População estrangeira residente- As principais nacionalidades mais representativa nos anos 2012 e 2011.	49

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento do Trabalho e Escolha de Tema

As migrações são hoje cada vez mais objeto de interesse multidisciplinar. As suas complexidades e dinâmicas atuais são resultados do ritmo com que avançam as nossas sociedades e das mudanças que sentimos e ocorrerem no nosso quotidiano. Trata-se de uma temática que não se esgota porque a mobilidade é própria da natureza humana, sendo possível observá-la sob os mais diversos prismas.

Em Cabo Verde a emigração constitui um facto contínuo na sua história. Contudo, a partir de meados do século XIX, esta transformou-se num fator determinante nas mudanças sociais e económicas, devido à articulação específica que se estabeleceu entre o Arquipélago e as economias do Atlântico.

Atualmente, Cabo Verde apresenta um elevado número de emigrantes espalhados pelo mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, à procura de melhores condições de vida.

Em Portugal, a realidade da imigração começou a ser conhecida nas décadas de 60 e 70. Os imigrantes desta época eram principalmente cabo-verdianos, que vinham para trabalhar na construção civil, principalmente em Lisboa, substituindo os portugueses que iam desempenhar a mesma atividade nos países mais desenvolvidos da Europa.

Segundo Neves (2002:1), a problemática da imigração tem conhecido nos últimos anos em Portugal e demais países da União Europeia novos desenvolvimentos e motivação. Por um lado, as necessidades de mão-de-obra das economias ocidentais fruto da recessão demográfica, e por outro lado, pela crise no emprego e das condições de vida nos países de Leste, África e de várias zonas do continente asiático.

Em Portugal, os cabo-verdianos encontram-se dispersos por todos os sectores de economia: uma elite em trabalhos qualificados e bem remunerados, e uma grande maioria em trabalhos não qualificados, muitas vezes precários e mal remunerados. A baixa qualificação escolar e profissional caracterizam muitos imigrantes cabo-verdianos, refletindo-se na sua inserção no mercado de trabalho. Neste sentido, os imigrantes cabo-verdianos acabam muitas vezes por ser sujeitos a piores condições de trabalho, designadamente trabalhos precários, à inserção em sectores de atividade recusados pela população autóctone, e a baixos salários.

Por estas razões escolhi como tema da dissertação “ A INTEGRAÇÃO DAS MULHERES IMIGRANTES CABO-VERDIANAS NO MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL - UM ESTUDO NA ÁREA DE LISBOA”. Sendo também cabo-verdiana, apraz-me debruçar sobre o estudo da situação desse grupo que, por ironia de destino, acabaram por deixar a pátria mãe para viver noutras paragens em busca de melhores condições de vida. Desta forma terei oportunidade de descobrir e conhecer a real situação daquelas que têm Portugal como segunda pátria, bem como analisar a sua satisfação em termos de integração na sociedade e no mercado de trabalho.

O facto de existirem muitas mulheres cabo-verdianas imigrantes em Portugal, levou-me não só a dar mais importância a este tema, mas também a querer investigar a sua integração no mercado de trabalho.

Este estudo tem como objeto de análise as mulheres que nasceram em Cabo Verde e que imigraram para Portugal e não uma segunda geração de mulheres nascidas em Portugal.

Definiu-se como pergunta de partida: Será que as mulheres cabo-verdianas em Portugal enfrentam muitas dificuldades na integração no mercado de trabalho?

1.2. Objetivo e Metodologia

O presente estudo tem como objetivo estudar a integração das mulheres cabo-verdianas no mercado de trabalho em Portugal, de forma a contribuir para uma maior visibilidade da problemática das mulheres imigrantes e da sua integração na sociedade e no mercado de trabalho português. Os objetivos dividem-se em gerais e específicos.

Os objetivos gerais consistem em:

- Identificar e analisar as dificuldades de integração encontradas pelas mulheres cabo-verdianas na sociedade e na procura de emprego;
- Analisar o grau de satisfação das mulheres perante o trabalho que desempenham e o seu salário;

Os objetivos específicos consistem em:

- Caracterizar a população em estudo;
- Estudar as variáveis que permitem uma integração mais fácil no mercado de trabalho das mulheres cabo-verdianas;
- Analisar situações de discriminação;
- Analisar as características do trabalho das mulheres cabo-verdianas em Portugal;

- Estudar a importância da vida pessoal e familiar na integração no mercado de trabalho em Portugal;
- Compreender as causas da imigração para Portugal;
- Encontrar as vantagens de imigração em Portugal.

A metodologia utilizada para concretizar os objetivos definidos consiste, em primeiro lugar, na pesquisa bibliográfica sobre a temática de estudo, através da recolha e análise de revistas e artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutoramento, livros, consulta de internet e sites, de forma a consolidar os conhecimentos sobre o tema específico do estudo.

No Instituto Nacional de Estatística de Portugal e de Cabo Verde, no site do Serviço Estrangeiro e Fronteiras através das suas páginas na *web*, procedeu-se à recolha de dados estatísticos sobre a migração para a caracterização, a nível quantitativo, dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal.

Em seguida, definiu-se a amostra, representada pelas mulheres cabo-verdianas imigrantes que frequentam a Associação de Solidariedade de Imigrante-Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes. A amostra estatística representativa da população emigrante, nem este era o objetivo de estudo uma vez que se pretende fazer uma abordagem qualitativa com vista a um melhor conhecimento do fenómeno da integração dos imigrantes. Deste modo, procedeu-se à entrevista qualitativa das participantes, através da elaboração de um guião de entrevista (**Anexo I**) para a caracterização da situação de vida destas mulheres e da integração no mercado de trabalho em Portugal.

Por fim, elaborou-se um conjunto de hipóteses em relação à temática de estudo, consistindo em:

Hipótese 1 - A qualificação académica das mulheres imigrantes cabo-verdianas influencia a sua integração no mercado de trabalho em Portugal;

Hipótese 2 - A legalização e o apoio familiar são fatores determinantes na integração na sociedade e na procura de trabalho das mulheres imigrantes cabo-verdianas;

Hipótese 3 - O domínio da língua portuguesa influencia a integração das mulheres imigrantes cabo-verdianas no mercado de trabalho em Portugal.

1.3. Organização da Dissertação

Esta dissertação está estruturada em 10 capítulos. No primeiro, de introdução, procurou-se fazer o enquadramento geral da temática abordada, definir os objetivos, a metodologia e explicar a forma como a dissertação se encontra organizada. O capítulo segundo é dedicado a operacionalização dos conceitos. No terceiro capítulo dedicou-se as teorias explicativas das migrações, procurou-se explicar as teorias das migrações baseando nas explicações do autor João Peixoto (2004).

No quarto capítulo, intitulado de Cabo Verde país de emigração, procurou-se explicar sobre a história de Cabo Verde, a seca, a emigração Cabo-verdiana, a evolução da emigração Cabo-verdiana, as causas do fenómeno emigratório Cabo-verdiano, a emigração e a identidade e por último as consequências da emigração Cabo-verdiana.

No quinto capítulo, Portugal país de imigração, dedicou-se ao fenómeno migratório em Portugal nos últimos anos, fez-se uma breve análise sobre a evolução da comunidade imigrante em Portugal, a emigração africana em Portugal e sobre a comunidade cabo-verdiana em Portugal por e último são apresentada as políticas de imigração em Portugal.

O capítulo sexto é dedicado a realidade das mulheres cabo-verdianas em Portugal, procurou-se explicar a fenómeno da imigração feminina, a situação profissional das mulheres cabo-verdianas em Portugal, explicar o conceito de mulheres migrantes no mercado de trabalho e por último abordar o fenómeno da imigração das mulheres cabo-verdianas em Portugal.

No sétimo capítulo, a Associação de Solidariedade do Imigrante, são apresentadas uma breve descrição da Associação onde foi realizada as entrevistas.

No oitavo capítulo, método do estudo são apresentados a amostra, o procedimento e os instrumentos utilizados na caracterização da amostra

O nono capítulo é dedicado a análise e discussão dos resultados, são apresentados os resultados obtidos por blocos e de seguida fez-se a análise e discussão dos resultados.

No capítulo décimo são apresentadas algumas conclusões e recomendações a ter em conta na integração das mulheres imigrantes no mercado de trabalho em Portugal.

CAPÍTULO 2 - OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS

2.1. Migração

O conceito de Migração provém do termo latino *migrare* que significa passar de um local para outro. Este conceito está relacionado com o movimento da população de um local para outro, quer seja por um tempo determinado, quer para fixação permanente (Birou, 1977).

“ A migração envolve necessariamente uma transição social bem definida, implicando por regra uma mudança de estudo ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico, quer social” (António, 2001: 151).

Por sua vez este conceito divide-se em: **a) Migração interna** - caracterizada por movimentos populacionais dentro do próprio território nacional, envolvendo uma mudança de residência. Estas contam com motivações de ordem ecológica (e.g. clima rigoroso, infertilidade da terra) circunstâncias sociais, como conflitos locais e falta de infraestruturas básicas (e.g. escolas, centros de saúde e polícia), entre outros (Rocha-Trindade, 1995:38); **b) Migrações internacionais** - definida por movimentações populacionais entre países, e que normalmente implicam um conjunto de fases experimentadas pelo indivíduo migrante, durante o seu percurso. Este percurso migratório que o indivíduo realiza é caracterizado pela passagem pelas seguintes fases (Rocha-Trindade, 1995: 38-39):

➤ 1ª Fase: Intenção de partir

A intenção de partir é baseada num conjunto diverso de fatores, designadamente a informação recebida sobre o país de destino, a insatisfação com a situação atual, a formulação de expectativas em relação ao outro país e o balanço de alternativas de decisão.

➤ 2ª Fase: Preparativos da partida

Seguem-se os preparativos da partida, conjugados com a preparação de documentos e aquisição de bilhete de transporte, bem como a finalização das providências a tomar quanto ao encerramento da situação anterior (e.g. emprego, familiares).

➤ 3ª Fase: Viagem

Temos a viagem propriamente dita. Esta etapa nem sempre é fácil, nomeadamente quando é feita através de tráfico de imigrantes. A incerteza de quando chegarão ao destino, as condições em que a viagem é feita, a pressão exercida pelas redes, tudo isto são fatores que fazem desta etapa uma fase de incerteza e bastante receio.

➤ 4ª Fase: Primeira instalação

Diz respeito à primeira instalação, durante a qual decorrem os diferentes passos para procurar habitação, emprego e a criação de laços sociais. É uma fase levada a cabo, muitas vezes, através de contactos feitos pelas redes mafiosas, ou através de conterrâneos já estabelecidos no país receptor.

➤ 5ª Fase: Inserção

A inserção caracteriza-se pela estabilização das características temporárias da fase anterior, assistindo-se a um processo de aculturação e assimilação, onde os imigrantes adotam a língua e as características da cultura anfitriã.

➤ 6ª Fase: Fixação permanente

Caracteriza-se pela fixação definitiva, ou regresso ao país de origem. Este regresso será alvo de uma reinserção na sociedade, pois mesmo que a estadia tenha sido de curta duração, existirão sempre mudanças quer a nível comunitário quer a nível familiar, que farão com que este indivíduo tenha que se adaptar ao seu país. Caso esta readaptação não seja favorável, o indivíduo poderá tornar a sair, fazendo com que este se torne um ciclo fechado.

Como consequência destas migrações internacionais, temos um crescente fluxo migratório, de indivíduos provenientes de países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos, acarretando consequências quer para o país de destino (e.g. aumento do rejuvenescimento da população, movimentos xenófobos), quer para o país de origem (e.g. envio de remessas, redução da população ativa, envelhecimento da população).

2.2. Emigração

Rocha-Trindade (1995:31), define emigração como “ o ato de emigrar, isto é, a saída de alguém com ausência suposta de duração significativa, do país que é seu por relação de nacionalidade e por vivência no território que politicamente lhe está adstrito”. Adicionalmente, esta autora refere que emigrar pode significar também “ deixar a pátria ou a terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em país estranho, isto é, o imigrante é um nacional ausente com perda pouco significativa de direitos no país de onde provém”.

2.3. Imigração

Segundo Rocha-Trindade (1995:31), a imigração consiste quando um indivíduo entra num determinado lugar ou país diferente da origem. Nesta situação, os protagonistas são encarados como aqueles que chegam do exterior e, são considerados como imigrantes.

Para Castles (2005: 18-21), a imigração é o movimento de entrada, com ânimo permanente ou temporário e com intenção de trabalho e/ ou residência, de pessoas ou populações, de um país para outro, como resultado do desenvolvimento económico-social, que ocorre por iniciativa pessoal ainda que seja por motivos económicos ou devido as perseguições, respeitando as seguintes tipologias:

Imigrantes laborais temporários - Normalmente são trabalhadores convidados ou contratados por um período limitado de tempo, visando enviar remessas para o país de origem;

Imigrantes altamente qualificados e empresários - Classificam as pessoas altamente qualificadas, técnica ou profissionalmente, que migram em função da sua ligação com empresas transacionais ou à procura de mercados internacionais que se adequam à sua qualificação;

Imigrantes ilegais - Cidadãos que entram num determinado país à procura de emprego, mas que não dispõem de documentos ou autorizações necessárias, e são normalmente constituídos por trabalhadores com fracas qualificações.

2.4. Integração dos Imigrantes

Segundo a definição da OIM (2008, citado por Miranda 2009:215) “a integração é a condição ou processo de se sentir membro integral e ativo da sociedade em que vive, dispondo dos meios e oportunidades para participar, tanto quanto se queira, num contexto social e cultural mais abrangente”.

Num sentido geral, “ a integração é o ajustamento recíproco dos elementos constitutivos de um sistema, permitindo-lhe assim, formar um todo equilibrado” (Cazeneuve *et al.*, 1985:351).

A integração pode ser definida como “ um processo dinâmico em que o indivíduo ou grupos minoritários e majoritários se incorporam e compartilham a mesma estrutura social, promovendo o respeito mútuo pelas identidades sociais e culturais de cada um” (Pires, 1999:161).

Para Boudon (1990:616) é importante distinguir pelo menos quatro tipos de integração, designadamente cultural, normativa, comunicativa e funcional.

A integração cultural pode manifestar-se de duas formas: integração por unidade temática, que remete para a identidade de sentido e a orientação convergente dos diversos elementos de uma cultura, e a integração por interconexão, que se relaciona com o grau de inter-relação entre os diversos elementos que compõem uma cultura (Boudon, 1990:616).

Quanto à integração normativa, a sua existência pressupõe que haja um acordo entre as normas e a conduta, enquanto que a integração comunicativa, manifesta-se pelo grau de comunicação entre os membros do grupo, por meio de comunicação. Finalmente, podemos encontrar uma integração funcional, que exprime o grau de interdependência na divisão do trabalho, atendendo-se à especialização e à importância das trocas funcionais (Boudon, 1990:616).

No contexto das migrações pode definir-se integração como sendo “ o processo que impede ou contraria a marginalização social dos imigrantes” (Pestana, 1994:79).

De facto, é comum os imigrantes se situarem nos estratos mais baixos da sociedade, mantendo-se à distância da comunidade envolvente. Assim sendo, acabam por acumular estigmas, carências e desvantagens como, por exemplo, a falta de proteção social e de formação profissional, insucesso escolar, entre outros, que poderiam ser reduzidas ou superadas através de uma coerente política social (Pestana, 1994:79).

A integração implica a adaptação de políticas com diferentes impactos sobre as pessoas, tendo em vista resolver as desigualdades e a sub-representação. Cumulativamente, é importante referir que os aspetos essenciais para a integração são a promoção de direitos fundamentais e a não discriminação de igualdade de oportunidade para todos.

Segundo Berry (1989, citado por Mirotshnik, 2008:22), a integração era considerada um processo através do qual os imigrantes e os seus descendentes se adaptavam à sociedade de destino e que, necessariamente, implicava a assimilação dos valores, normas, regras, atitudes e comportamentos característicos dessa mesma sociedade de acolhimento.

Moim (1997, citado por Mirotshnik, 2008:23) considerou que questões teóricas inerentes ao processo de integração dos imigrantes numa nova sociedade encontravam as suas respostas na teoria da assimilação, considerando-se a teoria como um sistema de ideias.

Segundo Mirotshnik (2008:24), a integração dos imigrantes define-se como um processo de construção das condutas comuns à sociedade receptora, que integra dois aspetos

complementares, designadamente: a) aspeto cultural, que representa a assimilação dos valores e padrões culturais da sociedade de acolhimento; b) aspeto social, que representa a assimilação, pelo indivíduo, da estrutura das condutas sociais dominantes, através da interiorização de regras e de normas que lhes servem de base.

2.5. Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho é o conjunto de oportunidades de emprego que existe numa determinada comunidade ou região. É constituído por todas as empresas que oferecem oportunidades de emprego, isto é, que oferecem vagas numa certa comunidade ou região. (Chiavenato, 1990:15).

A ideia do mercado de trabalho pressupõe a existência de dois lados opostos, com interesses antagónicos, mas que se cruzam e geram um equilíbrio, ou seja, o lado da oferta, no qual se encontram os empregadores que oferecem trabalhos, e o lado da procura, onde se encontram os trabalhadores que procuram empregos.

Deste modo, os Neoclássicos definem o mercado de trabalho como “a confrontação entre a oferta dos empregadores, por um lado, e a procura de trabalho pelos assalariados, por outro, no qual se determina a taxa de salário e o nível de emprego em vigor num país” (Chiavenato, 1994:20).

Harris & Todaro (1970 citado por Góis, 2006:93) partem do pressuposto teórico de que o “mercado de trabalho é homogéneo e perfeitamente móvel entre sectores e/ou áreas geográficas mas demonstram, no entanto, a existência de condicionantes (salário mínimo) no mercado de trabalho que impedem uma total livre circulação de fatores”.

A abordagem da relação dos imigrantes com o mercado de trabalho e da composição sócio profissional ocupa um lugar central no trajeto e na integração dos migrantes na sociedade de acolhimento. Apesar do fenómeno migratório em Portugal já ter um peso considerável na estrutura social e económica, os estudos sobre a inserção das comunidades migrantes não abundam. Em relação aos cabo-verdianos, os poucos estudos efetuados apontam para a inserção precária no mercado do trabalho feita prioritariamente nos sectores de construção civil e serviços pessoais, ainda que se note uma tendência para a melhoria (Góis, 2008:52).

2.6. Trabalho Doméstico

O trabalho doméstico assume-se em Portugal como um dos empregos mais frequentes das mulheres imigrantes de diferentes origens. O papel das mulheres imigrantes é essencial para que muitas famílias consigam uma melhor articulação entre a vida profissional e a vida pessoal.

Na experiência de muitas mulheres como trabalhadoras domésticas denota-se uma enorme precariedade na vida profissional, sob vários aspectos: ausência de contrato de trabalho, horas extra não remuneradas (principalmente quando consideradas as empregadas domésticas internas), atrasos no pagamento dos salários, desrespeito pelos horários de trabalho e direito a descansos e às folgas, falta de descontos para a Segurança Social, e o não pagamento de subsídios de férias e de natal.

Segundo GAMI (2012), em certos casos menos frequentes, também se encontram situações de tratamento desumano e discriminatório, assédio sexual, violência e outras violações dos direitos humanos fundamentais.

O decreto-lei nº235/92 de 24 de outubro de 1992, que regula o trabalho doméstico, criou para este sector um regime especial que desprotege as suas trabalhadoras em relação àquelas que trabalham noutros sectores.

CAPÍTULO 3 - TEORIAS EXPLICATIVAS DAS MIGRAÇÕES

A evolução dos estudos das migrações revela uma passagem interessante sobre este tema. Segundo Peixoto (2004:3), o tema da migração não mereceu a atenção dos autores clássicos das principais ciências sociais apesar da importância dos fluxos migratórios ocorridos nessa época. O único autor considerado clássico é Ravenstein que escreveu sobre “As Leis das Migrações”, na viragem do século XIX para o XX.

Atualmente, apesar de um crescente interesse pelo tema, as principais teorias dispersam-se pelas várias ciências sociais, o que implica vantagens e desvantagens, como é o caso da interdisciplinaridade, uma vez que o tema das migrações tem sido alvo de interesse de vários especialistas e foi desenvolvido sob diferentes perspetivas teóricas, o que também justifica o facto da inexistência de uma teoria geral da migração.

Segundo Jansen (1969, citado por Peixoto, 2004:4), (...) *“a migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àquelas que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso da sua integração na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante”*.

3.1. As Teorias Micro-Sociológicas

As teorias micro-sociológicas beneficiam o papel do agente individual em todo o processo migratório, ou seja, apesar das condicionantes extremas da sua decisão (contexto económico e social de ação) é a racionalidade individual que liga estas envolventes e promove a decisão de mobilidade (Peixoto, 2004:13).

O nível micro-sociológico do estudo sobre as migrações centra-se na escolha individual como resposta a vários fatores de repulsão e atração das zonas de origem e de destino.

3.1.1. Os modelos de atração-repulsão (*push-pull model*)

A teoria clássica das migrações, assenta no modelo de atração-repulsão (*push-pull model*) para o qual o fator económico é a causa fundamental das migrações. Os homens deslocam-se na procura da maximização dos bens e minimização das desvantagens (Ravenstein, 1885 citado por Sant-Maurice, 1997:3). O modelo centra a sua atenção em fatores ligados ao meio de partida (origem) e de chegada (destino), considerando, no entanto, outras variáveis intervenientes que interferem, positiva ou negativamente, na decisão individual de migrar. Os indivíduos fazem uma escolha racional (teoria da escolha racional), para além de que reconhecem como o sistema, ou seja, dominam, em termos de conhecimento ou informação, a nova situação e as consequências de decisão (Sant-Maurice, 1997:3).

Lee (1969, citado por Peixoto, 2004:15) enumera como fatores de atração e de repulsão os motivos de ordem económica, as infraestruturas sociais ou outros, como por exemplo, os fatores climáticos. Relativamente aos obstáculos intervenientes faz referência à distância, aos custos de deslocação, à dimensão da família, às leis migratórias, entre outros. No que concerne aos fatores pessoais, refere que são estes que fazem com que todas as decisões sejam diferentes de indivíduo para indivíduo, como por exemplo a posição no ciclo de vida, os contactos e fontes de informação, acontecimentos pessoais, entre outros.

Em todos os motivos que podem condicionar ou favorecer a migração, os motivos materiais (condições atuais, potenciais de emprego e níveis de rendimento) ocupam um lugar de destaque.

Os indivíduos apenas se deslocam quando os custos do movimento são inferiores aos benefícios esperados. Podemos afirmar que os custos e benefícios são estabelecidos sobre a situação de emprego e desemprego, variação de rendimentos, potencial de informação sobre novas oportunidades de trabalho, habilitação e redes sociais e locais.

A decisão de migrar do indivíduo é tomada de um modo racional: o indivíduo pesa os custos e benefícios da migração e migra para o destino que considera poder trazer-lhe um maior benefício económico. Adicionalmente, a decisão de migrar é movida pelo desejo do indivíduo em melhorar as suas condições de vida e é uma resposta às desigualdades reais ou percebidas na distribuição das oportunidades económicas. Um dos índices pelo qual o indivíduo mede racionalmente os custos e benefícios da migração é a diferença salarial.

As teorias migratórias consideradas clássicas apoiaram-se, principalmente, em análises macroeconómicas, dando ênfase, sobretudo, às determinações económicas, atribuindo pouca

importância às dimensões política e cultural do processo migratório. Ao priorizar os processos económicos, a migração, muitas vezes, esteve limitada à análise de oferta e procura de empregos, ou na teoria da atração repulsão de determinadas regiões, de equilíbrio e desequilíbrio económico, fundamentalmente, entre regiões desigualmente desenvolvidas (Peixoto, 2004:15).

As teorias baseadas nos modelos de atração-repulsão pressupõem que, no sentido de maximizar as vantagens e reduzir o desconforto, o homem é conduzido a efetuar escolhas racionais em função de determinadas “pressões”. Os fatores de repulsão e atração “empurraram” os indivíduos de seu local de origem, “atraindo-os” para outros locais (Rocha-Trindade, 1995:73).

3.1.2. A teoria do capital humano

A teoria do capital humano relativamente à migração salienta que a análise económica de custos e de benefícios realizada pelo indivíduo não deve apenas ser observada a curto prazo, e que as deslocações envolvem um investimento do indivíduo no seu próprio potencial ou no potencial da sua família, cujos resultados só podem ser atingidos a longo prazo. A teoria do capital humano tem como principal objetivo responder à questão de saber a razão pela qual alguns indivíduos migram e outros não o fazem. Esta assenta igualmente na ideia de custo/benefício, mas entendem-na no modo em que esta ponderação se prolonga no tempo (Peixoto, 2004:16).

Na perspetiva do capital humano o processo migratório ocorre segundo um mapa de custos e benefícios diferidos no tempo que deverá ser encarado como um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos, que possui custos mas que potencia o retorno desses custos.

Podemos identificar como custos do investimento segundo a perspectiva de Peixoto (2004:16), os seguintes fatores:

- A procura de informações, nomeadamente os gastos de tempo e dinheiro com a busca de informação acerca de novas oportunidades profissionais, de várias infraestruturas, e ainda acerca de formação e aprendizagem;
- Custos de deslocação;
- Custos de adaptação, nomeadamente aprendizagem da nova língua e cultura, criação de novas redes de apoio, custos de afastamento do meio de origem.

No que diz respeito aos benefícios de migração, estes passam pelo aumento de rendimentos proporcionados pela melhoria de produtividade individual, e pelas preferências pela nova região:

- A médio/longo prazo, os imigrantes têm uma maior motivação do que os nacionais para investir em capital humano, pela simples razão de auferirem baixos rendimentos. Desta forma, os imigrantes investem nas suas qualificações linguísticas, bem como em formação profissional que, com o passar de tempo, vai permitir um aumento nos seus rendimentos, ou seja, um aumento dos benefícios na ponderação custo/benefício da migração.

Esta teoria ilustra elementos de risco que existem em todas as deslocações e que podem determinar o sucesso ou insucesso de alguns movimentos migratórios.

Podemos constatar que a atitude de investimento explica duas situações: a migração tende a diminuir com a idade, uma vez que o período de compensação desse investimento será menor; e esclarecer outras situações de imobilidade (Peixoto, 2004:17).

3.1.3. A teoria do ciclo de vida

Esta teoria apresenta uma perspetiva mais sociológica e uma natureza essencialmente biográfica.

Segundo Peixoto (2004:17), as principais variáveis da teoria do ciclo de vida são: a influência do ciclo de vida individual ou familiar e a trajetória de mobilidade social sobre os percursos territoriais.

No que refere à influência do ciclo de vida individual ou familiar, podemos aqui referir a entrada na vida adulta, o casamento, o nascimento dos filhos, o divórcio, a reforma, entre outros.

Os primeiros estudos das migrações tendo em consideração o ciclo de vida tinham uma perspetiva um pouco limitada, uma vez que associavam as necessidades de habitações em contexto urbano às fases do ciclo de vida (mobilidade residencial intraurbana).

Rossi (1955, citado por Peixoto, 2004:18) refere que a sucessão das etapas do ciclo de vida e a composição do agregado familiar levava à mudança de residência.

Contudo, estudos recentes apontam para uma forte relação entre as variáveis do ciclo de vida familiar e a migração e ainda concluem que os indivíduos casados são aqueles que

apresentam menores possibilidades de migração, o que também acontece com as famílias maiores.

Sandefur & Scott (1981, citado por Peixoto, 2004:18) apresentam uma razão para estes factos. “ Os custos económicos de um movimento aumentam, em determinada medida, com o número de pessoas na unidade familiar. Mais importante ainda, a presença de membros adicionais na família significa que a participação nas variadas estruturas deve ser retirada do ponto de origem e depois renegociada no ponto de destino.”

Desta forma conclui-se que, nesta perspetiva, a unidade central do cálculo económico é o agregado familiar e não o indivíduo.

Os desenvolvimentos teóricos nesta área têm sido feitos levando em consideração as modificações crescentes na estrutura familiar e a ruptura do clássico modelo de ciclo de vida (casamento, filhos, viuvez) segundo os atuais modelos familiares (celibato prolongado, divórcio, famílias monoparentais, recasamentos etc.) (Kaa, 1987 citado por Peixoto, 2004:19).

As famílias que apresentam um modelo familiar clássico são aquelas que expõem uma maior resistência à migração, e as que apresentam novos modelos familiares apresentam uma maior liberdade migratória.

3.1.4. A teoria da trajetória social

Segundo Peixoto (2004:19-21), a perspetiva da trajetória social poderá ter dois sentidos: a mobilidade social e a mobilidade profissional.

A mobilidade social faz referência à realização de um percurso, por parte do indivíduo, por diferentes posições sociais. Apesar das forças externas, é o interesse de cada indivíduo em realizar uma trajetória ascendente que predomina e traduzirá uma evolução na vida e no trabalho.

O conceito de mobilidade profissional envolve dois significados: a carreira organizacional e a transição de empregos no mercado extremo de trabalho.

A carreira organizacional traduz-se no enquadramento de um percurso na hierarquia de uma organização, sendo que as recompensas de uma carreira organizacional passam por recompensas financeiras, pelo prestígio, poder, maior liberdade e autoridade na profissão.

Na transição de empregos no mercado externo de trabalho prevalece a ideia geral de melhoria que preside ao abandono de um emprego e à integração profissional.

É importante referir que tanto a mobilidade social como a mobilidade profissional, nomeadamente a carreira organizacional, podem ou não estar associados à mobilidade espacial (Peixoto, 2004:21).

3.2. As Teorias Macrossociológicas

As teorias macros sobre os fluxos migratórios centram-se em “*fatores de tipo coletivo, ou estruturante, que condicionam, sob formas diversas, as decisões migratórias dos agentes sociais*” (Peixoto, 2004:22).

A abordagem estruturalista-histórica indica que como causa da migração está a desigualdade entre as regiões, em particular, o diferencial de oferta e procura de mão-de-obra no mercado de trabalho.

É de realçar que existem pontos de convergência entre as visões micro e macro. As teorias macrossociológicas têm um carácter estruturalista com enfoque nas variações espaço-temporais das características das migrações.

3.2.1. O mercado de trabalho segmentado e a economia informal

A teoria do mercado de trabalho segmentado refere que grande parte das atrações específicas exercidas sobre a migração internacional, principalmente as migrações de países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos, está relacionada com os mercados secundários e atualmente com as zonas de economia informal (Peixoto, 2004:23).

A teoria do mercado de trabalho segmentado ou mercado “dual” é uma perspetiva macro baseada no dualismo existente quer na economia mundial, quer nas economias individuais de cada país (Serpa, 2007: 37).

A decisão de um movimento migratório não é condicionada pela vontade individual e cálculos individuais mas por fatores estruturais que apelam o seu trabalho.

A atração da população migrante não ocorre apenas no mercado secundário de trabalho. Assim sendo, existe o mercado primário e o mercado secundário com características diferentes não só na estrutura do próprio trabalho, mas nas condições a ele inerentes como a remuneração, a estabilidade, as condições de trabalho ou qualificação requisitadas, mas acima de tudo, no que diz respeito à possibilidade de mobilidade social e profissional dado “*os escassos canais de comunicação, formais e / ou informais entre elas*” (Figueiredo, 2005).

Portes (1981, citado por Peixoto, 2004:24) refere que existem migrantes que são atraídos pelo mercado primário e tem as seguintes características: a entrada no país de destino é feita através de canais legais, o acesso ao emprego por qualidades individuais, condições de mobilidade semelhante à dos nativos e uma função de reforço de trabalho nacional.

O acesso ao mercado de trabalho secundário caracteriza-se por um estatuto jurídico precário (temporário ou ilegal), por um recrutamento baseada nas origens étnicas e não em qualificações, por uma ocupação de tarefas pontuais ou seja sem possibilidade de mobilidade e também por uma função disciplinadora de força de trabalho local. É de realçar que este tipo de recrutamento representa a maioria dos trabalhadores migrantes no contexto internacional (Peixoto, 2004:24). O segmento secundário do mercado de trabalho é aquele que visa ser ocupado por imigrantes. Uma outra característica deste segmento é o facto de que este engloba a economia informal que muitos imigrantes integram.

Por fim, podemos considerar uma terceira incorporação que se caracteriza pela ligação de migrantes a zonas de homogeneidade étnica da economia, os chamados enclaves de imigrantes.

3.2.2. Instituições, redes migratórias, laços étnicos e sociais

Começaremos por abordar o papel das instituições no desencadear ou no acompanhamento dos fluxos migratórios. Sendo assim, distinguimos o papel das instituições como principais agentes na promoção dos fluxos ou do seu papel no enquadramento e suporte de percursos migratórios levados a cabo pelos indivíduos.

As instituições das quais falamos podem ser: organizações empregadoras, agências de emprego, associação de apoio a migrantes, entidades financeiras, departamentos governamentais ligados direta ou indiretamente às migrações e habitação. Neste aspeto, temos as instituições como unidade central de decisão e responsabilização pelo destino dos fluxos migratórios dos indivíduos (Peixoto, 2004:28).

O tipo de migrantes difere do tipo de instituições em questão. No caso das organizações empregadoras, temos migrantes de estatuto socioeconómico médio ou elevado, dado que o tipo de fluxo migratório é desencadeado pela necessidade das grandes empresas movimentarem o seu pessoal (Peixoto, 2004:28).

No caso das instituições de acompanhamento ou suporte, o tipo de migrantes são sobretudo de condição social inferior e os fluxos migratórios são desencadeados por organizações que

promovem os meios de acesso ao país, funcionando como suporte na integração dos imigrantes (Peixoto, 2004:29).

Em relação ao papel das redes migratórias no processo de migração, defende-se que os migrantes não atuam isoladamente, estando inseridos em redes de apoio, como a família, os seus conterrâneos e os agentes promotores da imigração, que lhes prestam apoio ao nível de informação das escolhas disponíveis dos apoios à deslocação e à fixação definitiva (Portes & Böröcz, 1989 citado por Peixoto, 2004:29).

O objetivo destas redes é essencial no que toca à formação de fluxos, aos ritmos e ciclos migratórios e aos percursos de mobilidade social dos migrantes. É de realçar que a racionalidade das escolhas dos migrantes é limitada, uma vez que estas escolhas são baseadas maioritariamente em informações disponibilizadas pelas redes, o que revela a natureza imperfeita das informações.

Peixoto (2004:29-30) defende a ideia que as migrações estão sujeitas a mecanismos económicos, uma vez que não respondem às conjunturas económicas que os locais de destino apresentam, e não são efetuados por agentes económicos, mas por agentes sociais inseridos em laços de natureza coletiva.

Por fim temos os laços de natureza social e étnica que exercem grande influência no processo migratório. Um exemplo evidente destes laços de natureza social e étnica são os “enclaves de imigrantes”, “enclaves étnicos”, negócios étnicos ou “nichos de imigrantes” (Peixoto, 2004:30).

A base de formação destes grupos pode ser territorial ou ocupacional. Os grupos que têm como base de formação o território são aqueles que são formados por imigrantes que quando chegam ao seu país de destino procuram concentrar-se junto de outros imigrantes ou do seu grupo étnico (Peixoto, 2004:30).

Os grupos cuja base de formação é a ocupação profissional são aqueles que desenvolvem a sua atividade económica ou empresarial recorrendo quase exclusivamente a mão-de-obra imigrante.

Os laços étnicos e sociais têm também influências nas decisões dos indivíduos e fazem parte dos fatores macro que influenciarão essas decisões.

CAPÍTULO 4 - CABO VERDE PAÍS DE EMIGRAÇÃO

4.1. História de Cabo Verde

A República de Cabo Verde é um país constituído por um arquipélago situado no Oceano Atlântico, a 455 quilómetros da costa ocidental da África com pouco mais de 300 mil habitantes, o arquipélago é constituído por dez ilhas e cinco ilhéus de origem vulcânicas e está localizado entre latitudes de 14° 23' e 17° 12' N e as longitudes de 22° 40' e 25° 22' e tendo como capital, a cidade da praia, situada na ilha de Santiago.

É entre 1460 e 1462 que as ilhas foram descobertas. No regresso de uma viagem de descobrimento da costa da Guiné, o português Diogo Gomes e o Genovês António de Nola avistam três ilhas, “uma a que chamariam de “Santiago” e a outra de “São Filipe”, porque o dia do achamento era dedicado a esses santos, outro de “Maio”, mês em que foi avistado (Caixa Geral de Deposito, 2007:25).

Com algumas dificuldades devido às condições climáticas e à distancia do reino, as restantes ilhas, que foram descobertas em anos posteriores, começaram a serem povoadas e exploradas a partir dos quais provenientes do Algarve, a que se seguiram alguns catalães, genovês, castelhanos, judeus e degredados portugueses (Caixa Geral de Depósito, 2007:25).

A riqueza cultural e a alegria de viver que os nativos, orgulhosamente, chamam de “*morabeza*”, não se refletem, no entanto, nas condições económicas e sociais do país, onde grande parte da população é rural e vive na dependência de uma agricultura pobre e incerta.

Cabo Verde constitui o paradigma do Estado-Arquipélago subdesenvolvido, cuja população cada vez mais numerosa vive fundamentalmente dos fracos recursos de uma agricultura de género alimentícios de rendimentos relativamente baixos (Amaral, in Albuquerque & Madeira (org) 1991:18).

Apesar de todo o trabalho que tem sido feito até agora, Cabo Verde enquanto país pequeno, insular e caracterizado por condições climáticas pouco favoráveis necessita de se desenvolver pelo que além das transformações internas, os responsáveis pelo arquipélago têm-se também centrado na suas relações com o exterior, e as suas parcerias multilaterais são fundamentais para que o país possa responder aos constantes desafios e adversidades que o mundo contemporâneo apresenta.

A própria complexidade do quadro internacional, a multiplicidade de interesses, a numerosa diáspora espalhada pelo mundo e a necessidade de manter Cabo Verde na corrida da competitividade económica mundial têm levado os políticos cabo-verdianos a repensar nas relações externas de Cabo Verde.

Segundo Carreira (1977:85), “da miscigenação e da mestiçagem, nasce o crioulo que se expande primeiro em Santiago e no Fogo. Em Cabo Verde, a cultura criou-se de baixo para cima. Ligada à problemática cultural surge a grande importância atribuída aos valores espirituais no seio da cultura cabo-verdiana.”

A cultura cabo-verdiana pode ser definida como um misto da cultura Portuguesa e Africana. Da cultura portuguesa, os cabo-verdianos herdaram certos elementos linguísticos, religião, técnicas de trabalho alguma alimentação, organização da família e ainda a forma de vestir (Semedo, 1997). Da cultura africana, os cabo-verdianos herdaram os ritmos musicais, dança e instrumentos musicais, como o uso do pilão, a tabanca, o batuque, o *colá*. O contributo africano passa ainda pelas manifestações relacionadas com o simbólico, certos aspetos linguísticos e uma parte da alimentação (Filho, 1981).

Segundo Saint-Maurice (1997), um dos principais traços de cultura cabo-verdiana é a solidariedade. A sua origem pode dizer-se que é histórica, devendo-se por um lado às condições naturais adversas vividas pela população desde sempre e por outro devido ao factor insular, o mar torna-se um elemento estruturante nas formas de ser e de estar.

No que diz respeito à religião, o fenómeno cabo-verdiano é muito versátil e complexo, uma vez que resulta de uma série de misturas entre culturas. No entanto, assume algumas características particulares. O povo cabo-verdiano considera-se um povo religioso, no entanto o seu conceito de Deus é tido como uma visão negativa, Deus é visto como o autor de todos os males que assolaram o arquipélago. Assim, a figura de Deus é substituída pela dos santos patronos das suas terras, sendo estas conhecidas pelas suas festividades de reconhecida tradição e participação. O povo cabo-verdiano aprendeu a ver Deus na sua revelação do destino dos indivíduos, associado às fatalidades, aos acontecimentos dolorosos o que cria no indivíduo uma visão de fatalidade sobre a vida.

4.2. A Seca

O povo cabo-verdiano enfrentou desde cedo a seca, umas das maiores calamidades.

Já no século XVI, os seus efeitos começaram a se fazer sentir, mas é o século XVIII que neste caminho ganharam uma certa periodicidade. Assim muitos desanimaram com fome, no transcurso do tempo os cabo-verdianos já não estavam a aguentar a situação do País pelas casualidades da natureza e a incúria dos responsáveis pela governação das ilhas.

Tudo isto, dificultou a vida económica do povo cabo-verdiano que, deste modo, agravou o desânimo, miséria para aqueles que ainda não tinham uma solução para a realidade tão dramática, persistente e repetida.

A crise de 1685-89 matou só na ilha de Santiago 4 mil pessoas, a de 1730-32 matou 8500 pessoas, de 1830-33, esta além de todas as ilhas é também uma das mais desastrosas fomes do século XIX. É de salientar que a mortalidade situou-se entre 31 a 33 mil pessoas.

Na crise de 1901 a 1904 desapareceram cerca de 17 mil pessoas, já a fome de 1947 e 1948, foi a última grande fome de que se tem memória destruiu 30 mil indivíduos. Hoje, é de realçar que as fomes fizeram com que os cabo-verdianos ficassem tristemente célebres, mas pela falta das medidas de abastecimento às populações e combate aos efeitos das crises. Devido a tanta miséria, incompetência administrativa e má distribuição da propriedade agrária entre os habitantes, surgiram muitas vezes revoltas das populações, com os indivíduos sem terra e famintos, como foram os casos dos Engenhos (Santa Catarina) em 1821-23, Achada Falcão (Santa Catarina) em 1841, Ribeirão Manuel (Santa Catarina) em 1910 ou dos anos 40 do século XX em São Vicente o do capitão Ambrósio, capitão da fome ficou conhecido com este nome, liderando gente esfomeada em busca do sustento de que careciam desesperadamente (Cardoso, 2006:36).

4.3. Emigração Cabo-Verdiana

Cabo Verde tem um fenómeno migratório que é uma das componentes mais antigas e mais estáveis da história do país. Esse fenómeno começou a manifestar-se cedo, desde o século XV, a partir do momento em que a coroa portuguesa tentou controlar as atividades comerciais das ilhas e as ações consideradas negativas dos mercados, Santiago e fogo. Deste modo surgiram os lançados (homens que estabeleceram nos rios da Guiné) a maioria dos emigrantes destas ilhas foram buscar de uma vida melhor na Costa Africana, porque não o estavam a conseguir no arquipélago.

No entanto, a emigração espontânea dos originários de Cabo Verde é a mais antiga das ex-possessões portuguesas. Começou a ganhar a forma e dimensão com certo carácter de continuidade a partir dos séculos XVIII. É de salientar que o destino dos Cabo-Verdianos era a América do Norte, que se encontrava ligada à atividade dos barcos baleiros norte-americanos que faziam a pesca em águas marítimas de Cabo Verde. A verdade é que muitos marinheiros das ilhas do fogo e da Brava que foram contratados para trabalharem nesses navios, encontraram aí a oportunidade de seguirem para a América (Cardoso, 2006:36).

Esta foi a forma em que os Cabo-Verdianos encontraram para fugirem da situação que o país estava a enfrentar, seguindo pelos caminhos que permitiam arranjar melhores condições de vida para a família. De todo modo, não contando com a emigração forçada, cujo destino foi sobretudo as ilhas de São Tomé e Príncipe, o primeiro destino foi para a Guiné-Bissau, isto é durante a vigência da campanha de Grão Pará e Maranhão.

Esta emigração foi uma emigração bem marcada, isto porque constitui uma verdadeira angústia tanto pelo salário muito baixo que se auferia, como também a insuficiência alimentar, os trabalhos duros, horários desgastantes, e os castigos corporais.

França (1992) propõe uma classificação das principais razões de migração dos cabo-verdianos, agrupando-as segundo três naturezas distintas.

Em primeiro lugar as razões que se prendem com a repulsão que afastam o migrante do seu país de origem, como sendo:

- A economia débil da população;
- O elevado crescimento demográfico;
- As frequentes e prolongadas crises de seca e as suas consequências catastróficas.

Em segundo lugar, os fatores que se prendem com a atração para os países de chegada, tais como:

- Necessidade de mão-de-obra barata e de países em desenvolvimento;
- A oferta de melhores condições de vida aos que trabalham naqueles países;
- O espírito de aventura (facilitado pela pressão demográfica).

Por fim, as motivações relacionadas com a comunicação, e com a sua facilitação:

- O peso da tradição (emigração histórica);
- Informações veiculadas pelos emigrantes e através da correspondência;

- A melhoria do nível económico com que o emigrante se apresenta no regresso à terra (aquisição de bens e prestígio);
- Atuais facilidades de transporte.

4.3.1. A evolução da emigração cabo-verdiana ao longo do tempo

A partir do século XX, podemos identificar três fases da corrente migratória (Filho, 1980:444-453). A primeira entre 1900 e 1920, a segunda de 1927 a 1945 e a terceira subdivida em três fases: a primeira de 1946-1973, a segunda de 1974-1975 e a terceira corresponde a fase após a independência de Cabo Verde.

“A primeira fase da moderna emigração cabo-verdiana é a que se estende de meados de mil novecentos até à segunda década do século XX e cujo fluxo mais importante ocorreu para os Estados Unidos da América” (Carreira, 1977:63).

A emigração espontânea de cabo-verdianos para os Estados Unidos, surgiu na sequência da atividade de navios baleeiros americanos, nos mares do arquipélago. Os emigrantes pioneiros teriam ido em grupos reduzidos e eram exclusivamente homens (Carreira, 1977:63). Nesta fase, houve uma outra corrente significativa de emigração forçada, para S. Tomé e Príncipe e para Guiné.

Segundo os dados históricos nos primeiros anos do século XX (1900-1920) os USA constituíam principal destino dos emigrantes cabo-verdianos, contudo havia uma percentagem considerável de cabo-verdianos que preferiam emigrar para países africanos como Senegal, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola.

Os países da América do sul, Brasil, Argentina, Uruguai e Chile também faziam parte dos destinos dos emigrantes cabo-verdianos. No Quadro 4.1 encontra-se os dados sobre a emigração anual dos cabo-verdianos por destinos entre 1900 e 1920.

“Depois da segunda guerra mundial, países europeus como a Holanda, a França, a Itália e Portugal constituíram os países de destino de um grande número de emigrantes cabo-verdianos” (Góis 2006: 62).

Anos	Destinos							
	USA	Brasil Argentina Uruguai Chile	(Senegal) Gambia	Guiné	Angola Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Portugal	Outros Países
1900	293	2	-	-	-	23	36	23
1901	245	10	-	24	5	7	30	5
1902	284	25	-	47	8	16	59	12
1903	542	30	-	39	8	272	48	109
1904	361	12	77	99	23	87	58	9
1905	317	30	89	48	24	26	71	8
1906	638	63	-	109	14	60	50	11
1907	560	42	122	146	11	408	99	13
1908	1206	59	167	106	11	12	65	13
1909	695	69	148	110	33	27	71	3
1910	1054	91	88	283	27	12	102	3
1911	1474	186	65	174	30	18	58	9
1912	1128	333	61	26	15	18	18	-
1913	1691	302	173	6	10	23	18	39
1914	1610	134	76	1	90	369	25	48
1915	784	32	82	97	10	29	124	32
1916	1829	32	94	125	26	39	60	5
1917	1508	52	41	60	7	15	48	16
1918	323	22	13	84	8	30	46	-
1919	491	144	17	144	2	25	65	5
1920	1506	298	115	519	4	16	78	-
Total	18629	1968	1428	366	1532	2247	1232	363

Quadro 4.1 - Emigração anual por países/região de destino entre 1900 e 1920.

Fonte: IAPE (1997 citado por Góis 2006:55).

A segunda fase corresponde os anos 1927 - 1945 e é marcada, simultaneamente, por duas tendências: por um lado, pela queda significativo das saídas e por outro lado, o desvio de corrente migratória, devido às restrições impostas pela legislação americana. “Muito embora tenham aumentado os fluxos para a América do sul, Europa e África, esse aumento esteve muito longe de compensar a grande quebra nas saídas para os Estados Unidos” (Carreira,

1982 citado por Góis 2006:63-64). A marcar este período, a grande fome de 1920-1921, que dizimou 17% da população. No Quadro 4.2 encontra-se os dados da emigração anual por países/região de destino entre 1927 e 1945 (Carreira, 1982 citado por Góis 2006:63-64).

Segundo Góis (2006:62), as migrações Cabo-Verdianas nesta época caracterizam-se essencialmente:

- a) Pela manutenção de um elevado fluxo migratório em direção ao Sul;
- b) Por um aumento da emigração para os países vizinhos do continente africano designadamente para o Senegal, Guiné-Bissau e Gambia; por um aumento relativo do fluxo migratório para América do Sul.

Anos	Destinos							
	USA	Brasil Argentina Uruguai Chile	(Senegal) Gambia	Guiné	Angola Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Portugal	Outros Países
1927	179	466	138	-	3	2	14	28
1928	115	39	73	-	-	1	23	181
1929	208	303	177	-	-	-	5	33
1930	63	73	263	-	1	1	5	9
1931	141	14	164	-	8	-	1	24
1932	101	11	149	-	3	4	57	18
1933	75	10	113	134	76	15	93	43
1934	102	4	117	6	7	2	78	6
1935	65	21	133	34	3	3	90	9
1936	33	43	155	54	5	-	261	5
1937	76	62	69	135	8	1	342	37
1938	124	23	78	92	118	16	363	63
1939	64	24	88	89	41	25	258	43
1940	47	10	51	170	15	28	443	78
1941	-	-	3	147	8	12	199	62
1942	-	-	-	63	9	-	201	25
1943	3	-	-	151	6	-	263	32
1944	1	-	-	42	10	-	247	2
1945	11	-	1	80	31	23	398	21
Total	1408	1203	1772	1197	352	133	3336	719

Quadro 4.2 - Emigração anual por países/região de destino entre 1927 e 1945.

Fonte: Carreira (1982 citado por Góis 2006:63-64).

No decorrer deste período é nítida a grande desaceleração do fluxo migratório transatlântico e um aumento da migração no interior do império colonial português. Para São Tomé e Príncipe e para os outros territórios colónias portuguesas as migrações mantiveram as características em relação a primeira fase (Góis, 2006:62).

A terceira fase fica marcada por três marcos importante na emigração cabo-verdiana. No período de 1946-1947 houve uma saída em massa da população fazendo com que a emigração voltasse a ser um fenómeno marcante na sociedade cabo-verdiana (Carreira, 1977). Devido as razões, conjunturais os emigrantes apostaram nos mercados de trabalho em Roterdão, pelo que os principais destinos foram, durante bastante tempo, a Holanda e outros países europeus. Dá-se um afluxo de mulheres para Portugal, Itália, para trabalhar como empregadas de limpeza. Esta fase também é marcada pela emigração forçada para S. Tomé. A terceira fase fica ainda marcada pela alteração dos destinos escolhidos pelos cabo-verdianos. A Europa Ocidental passou a ser um dos locais de eleição dos cabo-verdianos.

De acordo com a análise do Quadro 4.3 constatamos que, nesta época 1946-1952, 3933 cabo-verdianos que emigraram se dirigiram diretamente a Portugal. A emigração de Cabo-verdianos para Portugal é uma realidade já antiga, com sucessivos fluxos de emigrantes que, desde há décadas, pouco a pouco, vão aumentando o volume de Cabo-Verdianos residentes (Góis 2006:70).

Anos	Destinos							
	USA	Brasil Argentina Uruguai Chile	(Senegal) Gâmbia	Guiné	Angola Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Portugal	Outros países
1946	37	3	34	142	6	2	844	17
1947	93	3	61	212	-	-	563	8
1948	71	2	-	166	-	-	718	176
1949	70	23	35	141	-	-	565	18
1950	57	7	28	97	-	-	399	24
1951	114	32	23	76	-	-	381	785
1952	96	16	70	67	-	-	463	59
Total	538	86	251	901	6	2	3933	1087

Quadro 4.3 - Emigração anual por países/região de destino entre 1946 e 1952.

Fonte: Carreira (1982, citado por Góis 2006:69).

Segundo Carreira (1983, citado por Góis, 2006:69) no período entre 1964 e 1973 a emigração oficial compreendeu 143 375 Cabo-Verdianos que abandonaram o arquipélago voluntariamente. A emigração desta época correspondeu uma taxa anual de 5 049 indivíduos, quase igual ao crescimento demográfico neste período que foi de 5 167 pessoas por ano.

Os anos 1974-1975 são marcados pela saída para Portugal, servindo este país, por vezes, apenas de escala intermédia para outros países da Europa, a corrente migratória para Portugal aumentou significativamente com os trabalhadores para a construção civil.

Após a independência, a emigração para Portugal, revestiu-se de obstáculo uma vez que a entrada exigia a apresentação de uma carta de chamada ou de um contrato de trabalho e simultaneamente de uma extensa documentação. Embora a emigração para Portugal sofresse uma quebra nestes últimos anos.

4.3.2. Causas do fenómeno emigratório cabo-verdiano

Geograficamente o arquipélago de Cabo verde encontra-se situado na área de desertificação do Sahel, e esta posição impede a regularidade das chuvas originando longos períodos de seca. Nas ilhas a agricultura representa a principal atividade económica, no entanto as condições climáticas adversas não permitem uma produção agrícola de autoabastecimento em virtude de escassez de solos aproveitáveis para a agricultura. A falta de terras cultiváveis, a carência de bens de subsistências, o crescimento demográfico superior ao crescimento da produção, dificulta as condições de vida no arquipélago cabo-verdiano. As sucessivas secas, atingiram gravemente o equilíbrio ecológico das ilhas, provocando um aceleramento da erosão dos solos e a destruição de vastas áreas arbóreas.

As causas da emigração cabo-verdiana são sobretudo de natureza económica. As poucas atividades produtivas de tipo semi-industrial viram ao longo dos tempos diminuir cada vez mais o volume das produções.

Perante condições de vida extremamente duras e difíceis, o povo cabo-verdiano procura na emigração um rendimento monetário e um nível de vida que o seu país não lhe pode oferecer.

Numa visão global, os grandes factores que impeliram os cabo-verdianos para a emigração, por vezes incontrolada, são: as secas, as fomes, a defeituosa repartição das terras, a carga demográfica e implícito desequilíbrio da produção/população (Carreira 1983:38). Também o fraco desenvolvimento industrial, os salários baixos, uma produção agrícola insuficiente, o desemprego, o fraco investimento e uma proteção social pouco desenvolvida são aspectos a

ter em linha de conta. A emigração deveu-se sobretudo às baixas condições económicas decorrentes, em grande parte, à falta de recursos naturais que culminaram com um nível de pobreza significativo. Estas, aliadas ao desemprego, continuam a ser hoje as principais causas da mobilidade humana para fora do país.

4.3.3. Destinos dos principais fluxos emigratórios

Conforme a conjuntura do momento, a emigração cabo-verdiana tem-se orientado para diversos destinos, assim fazendo com que, em cada altura, haja uma corrente que pode ganhar maior expressão, sobrepondo-se às restantes.

Deste modo, ao longo do tempo seguiram-se correntes migratórias importantes direcionados para os Estados Unidos da América, para África (Senegal, S. Tomé e Príncipe, Angola e Guiné-Bissau) e Europa. É de realçar que a paisagem humana e física de quase todas as ilhas, marca da emigração exprime o esforço que os cabo-verdianos nos estrangeiros têm admitido no sentido da melhoria do nível de vida da população e sobre tudo das classes carenciadas.

4.3.4. Consequências da emigração

No decurso dos anos 70 e 80 a emigração constituiu a opção possível ao elevado ritmo de crescimento populacional e à escassez e degradação contínuas dos recursos disponíveis, e ao mesmo tempo foi um dos principais fatores de descompressão do mercado do trabalho. “Normalmente as pessoas que emigraram estão geralmente na idade ativa e a maioria deles com idades compreendidas entre os 15 e os 35 anos” (Cardoso 2006:49).

Durante o decénio de 1971-1980, a saída dos homens é superior das mulheres, verificando-se duas partidas masculinas por uma feminina. Já durante a década 1981-1990, a emigração feminina ganhou a sua importância, sendo que, no entanto, houve uma redução da emigração internacional no final da década 80 e no decurso da de 90, pelo que os saltos migratórios externos ajudaram no regresso a terra natal, cujos reflexos são visíveis em todos os níveis da sociedade Cabo-Verdiana e em particular, na qualidade de vida das famílias (Cardoso 2006:49).

Relativamente ao equilíbrio entre os sexos, outro aspecto evidente que caracteriza o fenómeno migratório, recordamos que nos primeiros tempos, a emigração era mais acentuada

nos indivíduos do sexo masculino, o que contribuiu para que se verificasse uma diferença clara entre o número de mulheres e o de homens.

Entre 1979 e 1985, de acordo com a Direcção-Geral de Estatística, emigraram 6913 pessoas, das quais 4 516 mulheres e 2 397 homens, o que demonstra a natureza essencialmente feminina da emigração dos anos 80 (Cardoso, 2006:49).

No que concerne à natureza não definitiva da emigração, o emigrante mantém laços sociais, políticos e culturais com o país de origem, não se limitando apenas ao aspecto económico. No caso concreto do campo, essa influência que a emigração exerce sobre a sociedade Cabo-Verdiana não se faz sentir exclusivamente através de compra das propriedades fundiárias, mas traduz-se sim num novo comportamento, uma nova visão do mundo, a maneira como estrutura a família e a mudança da arquitetura rural (Cardoso 2006:49).

O fenómeno migratório constitui, pois, um factor de dinamização da vida social e de promoção social e económica que permite para além do acesso a melhoria de condições de vida, mas também uma certa mobilidade social vertical ascendente. No meio rural no que refere as remessas dos emigrantes, a emigração constitui-se num factor de diferenciação social, havendo uma escala de valorização social ou hierarquia entre os emigrantes, consoante os países de emigração. As comunidades emigrantes representam para o país um importante parceiro de desenvolvimento, apesar de muitas vezes a ausência de formação da parte dos emigrantes, as múltiplas dificuldades de inserção no meio de acolhimento se traduziram em capacidades humanas, técnicas e financeiras muito modestas (Cardoso 2006:48-49).

CAPÍTULO 5 - PORTUGAL PAÍS DE IMIGRAÇÃO

5.1. O fenómeno migratório em Portugal nos últimos anos

“...O fenómeno da imigração em Portugal não é recente, tendo o seu início em 1425 com a colonização do arquipélago da Madeira, continuando com a expansão ultramarina para o Brasil durante séculos. No período que precede a descolonização, milhares de residentes das ex-colónias rumam em direção a Portugal, de modo a colmatar as dificuldades económicas nos seus países...” (Santos, 2004:107)

A descolonização foi o grande factor impulsionador da imigração em Portugal. No início da década de 60, com a queda do estado da Índia portuguesa, cerca de duas dezenas de milhares de habitantes daquele território deslocaram-se sobretudo para Moçambique, mas também para a então denominada Metrópole (Direção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, 2006:29).

Em 1974-75, com a descolonização dos territórios em África, iniciou-se o grande fluxo imigratório, primeiro com regresso de cerca de meio milhão dos então chamados de retornados, nacionais radicados naqueles territórios, e o início da imigração dos novos PALOP, população em fuga de duradouros cenários da guerra civil e também em busca de prosperidade económica. A partir desta data começam, então, a crescer, na cintura suburbana das principais cidades, inúmeros bairros de génese ilegal, de residências sem as mínimas condições de habitabilidade, os quais fruto da inexistência de uma intensiva política de integração, quer ao nível do urbanismo, quer a outros níveis como a educação, se transformam aceleradamente em desmesurados guetos, muitos dos quais ainda hoje persistindo (Silva 2005, citado por DGEEP, 2006:29-30).

“Até a década de 60 do século XX Portugal foi um país de carácter predominantemente emigratório, onde os fluxos migratórios registaram um saldo claramente negativo. Com a revolução de 25 de Abril de 1974 e a independência dos atuais países africanos de língua oficial portuguesa esta realidade alterou-se profundamente e, no início da década de 80, verifica-se um aumento exponencial e atópico do número de estrangeiros residentes em Portugal” (Relatório do SEF, 2011:15).

No início dos anos 80, o saldo migratório é positivo pela primeira vez, assistindo à entrada de cerca de duzentos mil estrangeiros, maioritariamente dos PALOP e do Brasil, fluxos que engrossam substancialmente, e se diversificam, após a adesão às Comunidades Europeias, em 1986, e ao longo de toda a década de 90, anos marcados por uma forte prosperidade

económica e pelo lançamento e concretização de inúmeros projetos de obras públicas e de construção civil, carentes e absorventes de mão-de-obra não disponível no país. Os anos 90, período final da administração Portugal em Macau antes da entrega daqueles territórios à república popular da China, registou também um elevado fluxo de imigrantes de etnia chinesa. Os imigrantes da etnia chinesa em Portugal estão inseridos ao nível do pequeno comércio indiferenciado e da restauração (Rocha-Trindade, 1995:197-198).

Segundo dados do relatório do SEF (2011:15) “os anos 90 caracterizam-se pela consolidação e crescimento da população estrangeira residente, com destaque para as comunidades dos países africanos de expressão portuguesa e do Brasil.”

Os últimos anos, com início nos finais da década de 90, ficaram marcados pelo forte influxo de imigrantes provenientes de países da Europa de Leste, sobretudo da Ucrânia, da Moldávia, Rússia e Roménia, assim como pelo continuado influxo de africanos (principalmente Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau) e do Brasil, o que gerou a necessidade de o país encarar a realidade da imigração e de procurar gerar respostas ao fenómeno (DGEEP, 2006:30).

No contexto atual das migrações, Portugal assume-se como um país de regime misto ao ser receptor e emissor de imigrantes. O crescimento sustentado da primeira década do século XXI apresenta uma inflexão explicada pela concorrência de três factores, designadamente o acesso à nacionalidade portuguesa (ao abrigo da atual lei da nacionalidade), a alteração de processos migratórios em alguns países de origem (Brasil e Angola) e o impacto da atual crise económica e financeira (redução dos investimentos e do emprego). No final de 2012 a população estrangeira residente em Portugal totalizava 417 042 cidadãos, esse valor representa um decréscimo de 4,53% face ao ano passado (relatório do SEF 2012). A Figura 5.1 mostra a evolução da População Estrangeira em Território Nacional (Com base nos dados do relatório do SEF, 2012).

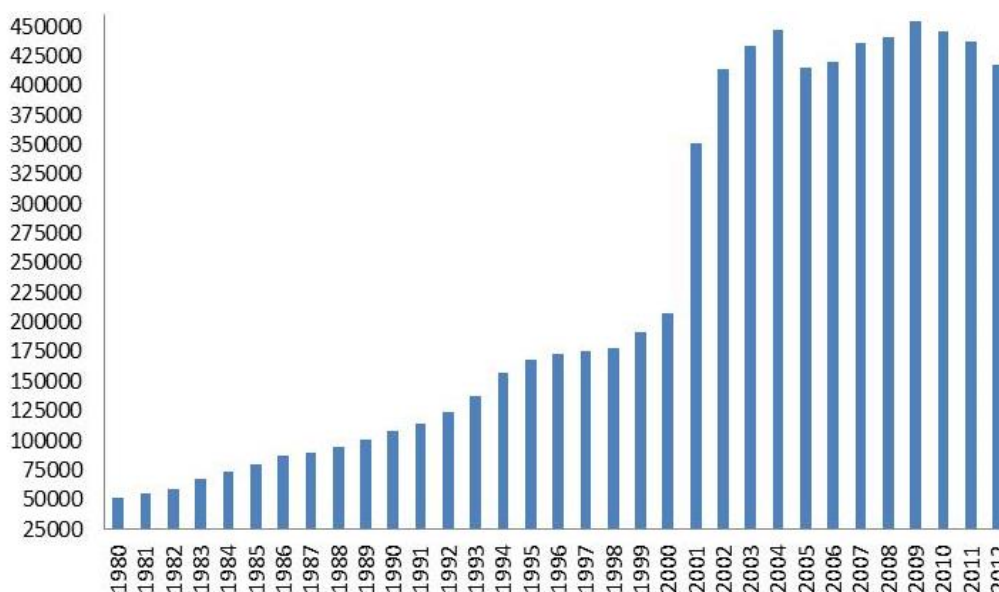


Figura 5. 1 - Evolução da População Estrangeira em Território Nacional.

Fonte: adaptado nos dados do relatório do SEF, 2012.

Segundo o estudo realizado pela Direção- Geral de Estudos, Estatísticas e Planeamento, os imigrantes africanos e asiáticos apresentam reduzidos níveis de escolaridade, concentrando-se sobretudo em empregos indiferenciados, na construção civil e nos serviços domésticos, enquanto que a imigração proveniente da Europa de Leste e a brasileira apresentam níveis de escolaridade superiores à média nacional, frequentemente mesmo graus universitários, exercendo, no entanto, quase sempre funções abaixo do seu nível de qualificação escolar e profissional (DGEEP, 2006:31-32).

Portugal é um destino de imigração relativamente recente (Esteves, 1991). De facto, a imagem comum é de um país de emigração para os mais diversos destinos e desde há vários séculos, através dos Descobrimentos, da colonização, da atração que exerceram os territórios transatlânticos como os Estados Unidos e o Brasil e da migração intraeuropeia desde a segunda metade do século passado.

Podem ser apontados três factores para a inclusão de Portugal na redefinição dos fluxos migratórios mundiais: “ o agravamento das desigualdades geo-económicas, nomeadamente nos países do Hemisfério Sul e do Leste Europeu, motivado pela guerra, pelos conflitos étnicos e religiosos e pela instabilidade económica; a complexificação dos processos de globalização, na medida em que implica uma **reestruturação profunda da indústria, uma relocalização das fontes de fornecimento de mão-de-obra, (...);**” (SOS Racismo, 2002:410-411).

Segundo Santos (2004: 107) a década de 90 representa o início do acolhimento em larga escala de imigrantes vindos do Brasil e dos países africanos de expressão portuguesa. Na segunda metade dos anos 90 o principal fluxo imigratório provém maioritariamente dos países de leste e estende-se até à atualidade.

5.1.1. Evolução da comunidade imigrante em Portugal

“A primeira vaga da imigração com peso significativo ocorreu nos anos 60, quando trabalhadores cabo-verdianos vieram suprir a mão-de-obra portuguesa emigrada para a Europa e as Américas. A visibilidade das comunidades estrangeiras só começou a ser significativa na segunda metade dos anos 70. Este período marca o início do ciclo contemporâneo da imigração para Portugal” (SOS Racimos, 2002:411).

A década de 80 corresponde a uma segunda etapa no desenvolvimento de imigração português. O número global de estrangeiros continuou a aumentar a um ritmo razoável, mas o crescimento relativo dos asiáticos, (principalmente indianos, paquistaneses e chineses) e dos sul-americanos (designadamente os brasileiros) tonou-se mais relevante (Baganha & Malheiro, 2002:85).

“A terceira etapa da imigração portuguesa teve lugar a partir dos anos 80 e foi constituída maioritariamente por mão-de-obra não qualificada, com fracos níveis de escolaridades, vinda dos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, estes imigrantes encontram-se empregados nos sectores da construção civil e obras públicas, no caso dos homens, e nos serviços domésticos e de limpeza, no caso das mulheres” (SOS Racismo, 2002:411).

“A quarta vaga de imigração portuguesa pode-se situar a partir dos meados da década de noventa, em resultado dos Acordos de Schengen, que constituíram uma fronteira única na Europa. Esta vaga é constituída principalmente por imigrantes brasileiros pois eles conseguem, ao abrigo dos acordos luso-brasileiros, condições de acesso privilegiadas a Portugal, por imigrantes dos países de leste, que têm acordos facilitados no Espaço Schengen, e por imigrantes oriundos das mais diversas partes do mundo, encaminhados pelas redes internacionais de imigração” (SOS Racismo, 2002:412).

“Nesta última fase da imigração, os trabalhadores oriundos dos países Africanos de Língua Portuguesa perdem peso na totalidade do contingente de trabalhadores, ao mesmo tempo que surgem trabalhadores originários de outros países Africanos” (SOS Racismo, 2002:412).

5.1.2. A emigração Africana em Portugal

Os fluxos migratórios de Africanos para Portugal aumentaram consideravelmente no período colonial e pós 25 de Abril. Machado (1994) salienta que foi neste período que um número reduzido de famílias africanas, oriundas das ex-colónias, se radicou em Portugal, em consonância com o regresso de muitos Portugueses desses territórios, fruto da independência alcançada pelos países em questão. Previamente, por volta dos anos 60, registava-se apenas a presença dum grupo de cabo-verdianos, vindos para Portugal com o intuito de trabalhar no sector da construção civil.

Esta situação alterou-se por volta dos anos 80, onde a migração de territórios africanos cresceu substancialmente, assumindo as características dum fluxo migratório de índole económica. Guedes e Marques (2008) referem que, neste período, a imigração africana já respeitava os aspectos socioeconómicos da atracção, no país de destino, e de repulsão, no país de destino.

Na mesma linha de raciocínio, Santos & Faria (2008) referem que, no pós 25 de Abril, a imigração Africana (em especial indivíduos provenientes das ex-colónias) para o território Português cresceu substancialmente, demarcando-se dos fluxos migratórios pontuais que marcaram a década anterior, isto é, numa primeira fase a imigração destes africanos surgia associada a motivos de ordem educacional e económica, a segunda fase de imigração decorre de mudanças contextuais políticas, como foi o caso da guerra civil. Canta e Rosendo (1993, citados por Santos e Faria, 2008), mencionaram que o aumento da imigração africana, a partir dos anos 70, surge também associada à emigração portuguesa nesse período, fomentada pela guerra colonial, a qual se refletiu numa grande crise na mão-de-obra em Portugal. Posto isto, na década seguinte foi possível assistir ao surgimento de um padrão migratório dos países africanos, que se iniciou em Cabo Verde, e que posteriormente foi acompanhado pelos outros países integrantes dos PALOP. Assim, segundo Machado (1997, citado por Santos e Faria, 2008), o período dos pós 25 de Abril e da descolonização é marcado pelo regresso a Portugal não só de Portugueses que viviam nas ex-colónias, como de imigrantes provenientes desses países, que aproveitaram este movimento migratório dos retornados para se radicarem em Portugal.

Na sequência do que foi mencionado anteriormente, Machado (1994) defende que a imigração africana para Portugal, de indivíduos provenientes dos PALOP, decorreu em três fases distintas, a saber: uma primeira, nos anos 60, de indivíduos cabo-verdianos, que vieram

maioritariamente trabalhar para o sector, onde havia falta de mão-de-obra, graças à emigração existente nesse período; uma segunda, no período pós 25 de Abril, fruto da descolonização, em que vários imigrantes oriundos dos PALOP vieram para Portugal; por fim, uma terceira, desde os anos 80 até aos dias de hoje, onde se verifica o verdadeiro fenómeno da imigração, com a entrada de indivíduos vindos de vários pontos de partida, com o objectivo de trabalhar principalmente na construção civil, e com motivações económicas devidamente identificadas.

Paralelamente, Machado (1994) salienta que a própria representação da imigração e dos imigrantes só se cimentou em Portugal por volta dos anos 90, uma vez que até essa data os indivíduos imigrantes eram coloquialmente denominados por “africanos” ou “cabo-verdianos”. No que concerne a dados estatísticos, e à representatividade dos imigrantes das ex-colónias em Portugal, tendo por base dados de 1981, Machado (1994) referiu que por essa altura se encontravam no País cerca de 8000 indivíduos de nacionalidade Portuguesa nascidos em Cabo Verde, 2000 nascidos na Guiné-Bissau e 1000 em São Tomé e Príncipe.

A imigração africana foi potenciada por um conjunto de factores, elencados por Santos & Faria (2008), numa breve análise acerca da economia dos PALOP. A traços gerais, estamos perante uma economia de subsistência, baseada na agricultura, onde os índices de produtividade são baixos, e os índices de desemprego são elevados. A estes factores, podemos juntar o facto dos mercados de trabalho não conseguirem integrar os indivíduos, a pouca industrialização e meios de produção, as condições climatéricas e a falta de recursos. Em conjunto, todos estes aspectos contribuem para a emigração dos indivíduos dos PALOP para outros países, em busca de melhores condições de vida. De salientar que grande parte destes indivíduos, por terem baixas qualificações académicas e por, muitos deles, se encontrarem ilegais, acabam por integrar sectores de atividade específicos, como a construção civil e as limpezas (domésticas, industriais). Machado (1994) refere que os imigrantes africanos foram ganhando o seu espaço na sociedade portuguesa ao longo dos anos, criando organizações próprias (e.g. associações de apoio) que os representam e que os ajudam a garantir os seus direitos, e dispersando-se pelo território nacional, ainda que com maior incidência na zona da Grande Lisboa. No que concerne às características dos imigrantes oriundos dos PALOP, Santos & Faria (2008) indicam que imigração destes indivíduos assume um cariz familiar, isto é, reagrupamento familiar, sendo que tendencialmente estes perspectivam ficar no País durante bastante tempo. A nível sócio-cultural, estes indivíduos tendem a agrupar-se, pelo menos numa fase inicial, coabitando familiares e amigos no mesmo alojamento, se necessário,

em habitações que geralmente têm poucas condições. Grande parte dos imigrantes provenientes dos PALOP tem baixos níveis de escolaridade, o que acaba por condicionar fortemente a sua integração no mercado de trabalho Português, relegando-os principalmente para os sectores da construção civil, serviços pessoais e domésticos, à restauração e pequeno comércio.

Adicionalmente, Machado (1994) advoga que a designação de imigrantes, quando aplicada aos indivíduos africanos, poderá não ser suficientemente abrangente e caracterizadora da sua situação, uma vez que muitos deles, por um conjunto de motivos distintos (e.g. data de chegada a Portugal, tempo de residência no País, aspectos sociais e culturais, o percurso feito no pré e pós-chegada, o estatuto), uma boa parte destes cidadãos já adquiriu nacionalidade Portuguesa, não fazendo sentido serem considerados como imigrantes, mas sim alternativamente nomeados como luso-africanos (Machado, 1994). Segundo Machado (1994) o conceito de luso-africanos considera quer os africanos de nacionalidade portuguesa, pertencentes a um estrato social médio-elevado, que se radicaram em Portugal aquando da independência dos seus países, quer os africanos que, sendo filhos de imigrantes, já nasceram, ou pelo menos cresceram no país.

5.1.3. A comunidade cabo-verdiana em Portugal

Segundo Rocha-Trindade (1995:197-198) “os imigrantes cabo-verdianos ocupavam uma posição de supremacia numérica sobre os restantes, embora o seu peso relativo tenha vindo a diminuir”.

“A comunidade cabo-verdiana constitui um grupo social minoritário com uma identidade sociocultural própria e distinta. Trata-se de um grupo com um conjunto de atributos específicos e socialmente relevantes ou com uma cultura (s) presente (s) na sociedade em que se insere, e ainda de um grupo social com uma posição dominada na relação social quotidiana que estabelece com a maioria” (Bäckström, 2009: 66).

“Sendo a imigração cabo-verdiana tendencialmente laboral, ela não é homogénea, envolvendo grupos diferentes, enquadrados em movimentos populacionais diferentes. Predominam, em Portugal, indivíduos com idade ativa, enquadrados em núcleos familiares quando passam a adquirir um carácter permanente” (Bäckström, 2009: 66).

“Os migrantes Cabo-Verdianos, desde os anos 60 vêm, escolhem particularmente a área Metropolitana de Lisboa como destino migratório em Portugal, e o Algarve como segunda

região de fixação (ver o Quadro 5.1) apresenta a população cabo-verdiana distribuída nas principais cidades nos anos 1981 a 1998. Nas outras cidades como Porto, Braga, no litoral alentejano ou em Coimbra nota-se uma dimensão mais reduzidas dos imigrantes Cabo-Verdianos a viver” (Góis, 2006:224).

Anos	Total Portugal	Lisboa	Setúbal	Porto	Faro
1981	21008	14012	4762	269	1057
1982	20957	13913	4780	267	1084
1983	22358	14667	5252	212	1164
1984	23372	15266	5576	280	1191
1985	24959	16266	5576	680	1378
1986	26301	17110	5836	690	1471
1987	26536	17272	5851	686	1530
1988	27106	17626	5861	677	1544
1989	27972	18335	5967	667	1595
1990	28796	18890	6058	692	1677
1991	29743	19595	6125	706	1754
1992	31217	20692	6329	758	-
1993	32036	21279	6474	780	1854
1994	36560	24279	7136	800	2622
1995	38746	25829	7716	795	2667
1996	39546	26387	7869	815	2700
1997	39789	26596	7900	811	2720
1998	40093	26894	7986	812	2733

Quadro 5. 1 - A população Cabo-verdiana distribuída nas principais cidades nos anos 1981 a 1998. Fonte: SEF, Relatório Estatístico (vários anos), INE Estatísticas Demográficas (vários anos), citado por Góis, 2006:223.

Segundo Gomes (1999, citado por Góis 2006:223) a crescente formalização das estratégias de recrutamento e transporte de migrantes por parte de angariadores clandestinos de mão -de-obra, a maioria dos Cabo-Verdianos (86%) imigram para Portugal sozinhos, utilizando o aforo próprio ou recorrendo a familiares. A lógica de sustentação na rede social, quer no país de origem, quer no país de destino, é uma das características básicas da estruturação da comunidade Cabo-Verdiana translocalizada e uma das suas bases de sustentação histórica.

Segundo Góis (2008:12) os Cabo-verdianos têm uma tradição e uma história que os uni a Portugal. A emigração cabo-verdiana para Portugal terá certamente começado ainda no século XVI ou XVII. Ao longo de séculos esta migração persistiu, oculta aos olhos da maioria, escondida pelo breu da escravatura que toldava a razão, no século XX porém, consolidada a liberdade individual e o direito de movimento, Portugal foi escolhido por muitos Cabo-verdianos para aqui viverem, estudarem ou trabalharem (Góis, 2008:12).

A emigração dos cabo-verdianos para Portugal atravessa três fases, (Góis, 2006:208- 221). A primeira fase corresponde aos chamados Cabo-verdianos trabalhadores convidados. As origens da comunidade cabo-verdiana em Portugal podem ser encontradas nos anos 1960, altura em que migraram para a metrópole um número significativo de trabalhadores cabo-verdianos para laborarem na construção civil e obras públicas. “O recurso à mão-de-obra de Cabo-Verde era apoiada pelo Governo Português como resposta, por um lado, às necessidades do continente e, por outro lado, à situação de fome e seca que então se fazia sentir no arquipélago” (França 1992 citado por Góis 2006:210-211).

De acordo com Góis (2006:211), nesta fase as mulheres cabo-verdianas migrantes ainda eram poucas, mas já se verificava uma particularização no trabalho doméstico. Nesta época a migração de cabo-verdianos seguia uma lógica tradicional, começando por ser essencialmente masculina, numa primeira fase, composta por homens jovens em idade de trabalhar, mas rapidamente e em virtude de reagrupamento familiar, começou a feminizar, formando comunidades mistas.

A segunda fase corresponde aos cabo-verdianos retornados/ repatriados. Esta fase começou nos inícios dos anos 70, com a independência de Cabo Verde e das outras colónias portuguesas em África, sucede um repatriamento de cabo-verdianos incluindo em movimento de retorno das ex-colónias.

“Este processo, com origem na guerra colonial (1962-1974), vai atingir o seu auge na segunda metade dos anos 70 com o repatriamento de centenas de milhares de colonos portugueses, de algumas dezenas de milhar de funcionários da administração colonial e suas famílias e de um número assinalável de refugiados” (Pires 1999 citado por Góis 2006: 213). De entre conjunto de retornados/repatriados muitos eram cabo-verdianos com nacionalidade portuguesa, sendo que estes concentraram-se na Área Metropolitana de Lisboa tirando partido da existência de conterrâneos já instalados.

Os retornados cabo-verdianos mais desqualificados inseriram-se, à semelhança dos seus conterrâneos já instalados em Portugal, em sectores como o da construção civil e obras públicas, os serviços de limpeza industrial e doméstica, ou vendas ambulantes. Os retornados cabo-verdianos mais qualificados, na sua maioria ex-quadros ao serviço de origem colonial, foram integrados na administração pública portuguesa ou em serviços ao Estado português.

A terceira fase de migrações cabo-verdianas par Portugal teve início nos anos 80 e, de certa forma, deu início a uma nova fase da imigração portuguesa. Esta fase, que ainda decorre, é

marcada por um forte predomínio de fluxos internacionais de trabalho e por um processo de reagrupamento familiar (Góis 2006:218).

A partir dos anos 80 retornaram as migrações laborais que tinham sido interrompidas com a independência de Cabo Verde.

Em meados dos anos 80 o número de cabo-verdianos em Portugal vai aumentando pouco a pouco, através de um fluxo dependente de redes, ativas quer nas regiões de origem, quer nas regiões de destino, e dos factores de atração – repulsão, a par com o sancionamento político dos países envolvidos nos extremos da cadeia migratória.

A comunidade cabo-verdiana atualmente residente em Portugal é o resultado de um somatório de sucessivos fluxos, com diferentes histórias de inserção sócio- económica.

“A comunidade cabo-verdiana constituiu durante muitas décadas, a comunidade estrangeira mais numerosa em Portugal. A procura de uma melhor condição económica é o principal motivo que leva a grande parte destes emigrantes a deixar para trás o seu país de origem”(Góis 2006:218).

Segundo dado do relatório do SEF (2012) o número de imigrantes cabo-verdianos em Portugal tem vindo a diminuir a partir do ano 2007 até o ano 2012 em relação aos anos anteriores. É de notar que do ano 2008 em diante o número de mulheres cabo-verdianas em Portugal é superior aos homens, o (Quadro 5.2) apresenta os dados da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal nos anos 1999 a 2012.

Anos	Total de imigrantes Cabo-verdianos em Portugal	Homens	Mulheres
2000	47.216	27.423	19.793
2001	49930	28621	21309
2002	52.357	29680	22677
2003	53.858	30331	23527
2004	55590	31096	24494
2005	56433	31459	24974
2006	65485	35879	26606
2007	63925	34075	28850
2008	51353	24618	26735
2009	48845	23227	25618
2010	43979	20773	23206
2011	43920	20800	23120
2012	42857	20200	22657

Quadro 5.2 - A comunidade cabo-verdiana residente em Portugal nos anos 2000 a 2012

Fonte: adaptado do Relatório do SEF de vários anos (2000 a 2012).

Segundo Góis (2008:18-19), a partir dos anos 80, Portugal integra simultaneamente pelo menos cinco tipos diferentes de migrantes Cabo-Verdianos:

- 1) **Migrantes convidados:** é caracterizado por migrantes laborais com entrada em Portugal antes de 1974/75 e que em virtude das alterações legais, podem possuir ou não a nacionalidade portuguesa e podem possuir ou não cumulativamente a nacionalidade Cabo-verdiana.
- 2) **Retornados repatriados Cabo-verdianos:** resulta de um retorno à pátria (ou de repatriamento) ou de um processo de reunificação familiar com imigrantes do primeiro tipo, da forma que os anteriores, em virtude das alterações legais, podem possuir ou não nacionalidade portuguesa e, cumulativamente, podem possuir ou não a nacionalidade Cabo-verdiana.
- 3) **Imigrantes laborais Cabo-verdianos:** é o terceiro tipo de imigrantes cabo-verdianos que vieram para Portugal como trabalhadores, maioritariamente desqualificados ou semiqualeificados, possuem a nacionalidade cabo-verdiana, apesar de um número crescente de entre eles se esteja, entretanto, a naturalizar português.
- 4) **Estudantes e quadros qualificados Cabo-verdianos:** corresponde a um grupo simbolicamente importante, constituído por indivíduos que vieram para Portugal

frequentar estabelecimento de ensino superior, e permaneceram em Portugal por um tempo mais ou menos longo.

- 5) **Descendentes de Cabo-verdianos:** existem já uma segunda, terceira e quarta gerações de indivíduos de ascendência étnica Cabo-verdiana, descendentes de todos ou qualquer dos tipos anteriores, estes indivíduos podem ou não possuir a nacionalidade portuguesa dependente de um conjunto complexo de circunstâncias.

Os cabo-verdianos são muitos em Portugal e continuam a chegar. Em 1996 eram 39 236, a nacionalidade mais numerosa em Portugal (incluindo a Autorizações de Permanência e de Residência), seguidos pelos brasileiros com 20 027, angolanos com 16 174, guineenses com 12548 e ingleses com 11688.

Em 2005 o número dos cabo-verdianos em Portugal aumentou para 56433, é a nacionalidade mais numerosa a residir em Portugal, os brasileiros continuam no segundo lugar com 31546 imigrantes residentes, seguidos pelos angolanos com 27697residentes, (Quadro 5.3) mostra as cinco populações estrangeiras mais numerosas em Portugal nos anos 1996 e 2005.

		Anos	
		1996	2005
1º	Cabo-verdianos: 39236	Cabo-verdianos: 56433	
2º	Brasileiros: 20227	Brasileiros: 31546	
3º	Angolanos: 16172	Angolanos: 27697	
4º	Guineenses: 12548	Guineenses: 21258	
5º	Ingleses: 11688	Ingleses: 18966	

Quadro 5. 3 - Cinco populações de origem estrangeiras mais numerosas em Portugal nos anos 1996 e 2005.

Fonte: adaptado do Relatório do SEF 2005.

No ano 2006 os imigrantes cabo-verdianos continuam a liderar o primeiro lugar com maior de residentes no território português.

Numa análise de género das nacionalidades mais representativas em 2006, apenas no caso do Brasil o sexo feminino apresenta valores superiores aos do sexo masculino.

Em 2007 a comunidade brasileira passa a ser a comunidade mais representativa com um total de 66 354 indivíduos a residir no território português.

Nota-se que houve um decréscimo dos imigrantes cabo-verdianos a residir em Portugal em relação ao ano 2006, o número de homens cabo-verdianos a residir no território continua a ser superior ao número das mulheres o (Quadro5.4) mostra as nacionalidades mais representava em Portugal nos anos 2006-2007.

País	Ano 2006		País	Ano 2007	
	Sexo	Total		Sexo	Total
<u>Cabo-Verde</u>	HM	65485	Brasil	HM	66354
	H	35879		H	31834
	M	29606		M	34520
Brasil	HM	65463	<u>Cabo Verde</u>	HM	63925
	H	31956		H	35075
	M	33507		M	28850
Ucrânia	HM	37851	Ucrânia	HM	39480
	H	23465		H	24243
	M	14386		M	15237
Angola	HM	33215	Angola	HM	32728
	H	17817		H	17610
	M	15398		M	15118
Guiné-Bissau	HM	24513	Guiné-Bissau	HM	23733
	H	16281		H	15555
	M	8232		M	8178

Quadro 5. 4 - População estrangeira residente- As principais nacionalidades mais representativa nos anos 2006-2007.

Fonte: adaptado do Relatório do SEF dos anos 2006-2007.

Segundo os dados do relatório do SEF (2008:28), “a alteração mais expressiva ocorreu com o Brasil. Embora em 2007 esta comunidade fosse já a mais representativa, o seu quantitativo atinge em 2008 o expressivo valor de 106 961 indivíduos, representando atualmente 24% da comunidade estrangeira residente em Portugal”.

A Ucrânia surge pela primeira vez, como a segunda comunidade estrangeira mais representativa em Portugal. Com um total de 52 494 cidadãos.

Cabo Verde passa a ocupar o terceiro lugar, com 51 353 residentes. Este valor representa uma descida face aos 63 925 assinalados em 2007. Infere-se ainda em relação ao género a população feminina apresenta pela primeira vez valores superiores aos da população masculina residentes em Portugal.

Outra subida substancial foi a da Roménia que apresenta um total de 27 769 contra 19 155 face ao ano 2007. Em análise, por esta via este país surge como Estado Membro da União Europeia com maior número de residentes em Portugal. De seguida sege os restantes países como a Angola, Guiné-Bissau, e Moldávia.

No ano 2009 o Brasil representa cerca de 25% da comunidade estrangeira residente em Portugal, atingiu o expressivo valor de 116 220 indivíduos (face a 106 961 em 2008), Assim, no ano 2009, mantém-se o crescimento forte e contínuo da comunidade brasileira em Portugal (Relatório do SEF 2009:28).

A Ucrânia mantém-se como a segunda comunidade estrangeira mais representativa em Portugal. Com um quantitativo de 52 293 cidadãos, a Ucrânia representa 12% do universo de residentes, embora registando uma sensível descida face ao ano transacto.

Cabo Verde com 48 845 residentes, o que lhe confere uma representatividade de 11%. Este valor expressa um decréscimo face ao ano 2008.

Em 2009 a Roménia manteve um crescimento expressivo, atingindo os 32 457 cidadãos (27 769 em 2008), representando 7% dos residentes estrangeiros.

Angola mantém-se na posição subsequente, com 26 557 residentes (6%), seguida da Guiné-Bissau, com 22 945 residentes (5%). Face ao ano 2008, ambos os países registam uma descida. por último sege se a Moldávia, com um total de 20 773 residentes, representando 5% da população residente (Quadro 5.5) mostra as nacionalidades mais representativas nos anos 2008-2009.

País	Ano 2008		País	Ano 2009	
	Sexo	Total		Sexo	Total
Brasil	HM	106 961	Brasil	HM	11 5882
	H	49 467		H	51 916
	M	57 494		M	63 966
Ucrânia	HM	52 494	Ucrânia	HM	52 253
	H	30 070		H	29 486
	M	22 424		M	22 767
Cabo Verde	HM	51 353	Cabo Verde	HM	48 417
	H	24 618		H	23 062
	M	26 735		M	25 355
Roménia	HM	27 769	Roménia	HM	32 457
	H	16 028		H	18 512
	M	11 741		M	13 945
Angola	HM	27 619	Angola	HM	26 292
	H	13 703		H	13 083
	M	13 916		M	13 209
Guiné-Bissau	HM	24 390	Guiné-Bissau	HM	22 404
	H	14 928		H	13 663
	M	9 462		M	8 741
Moldávia	HM	21 147	Moldávia	HM	20 726
	H	12 166		H	11 703
	M	8 981		M	9 023

Quadro 5. 5 - População estrangeira residente - As principais nacionalidades mais representativa nos anos 2008-2009.

Fonte: adaptado do Relatório do SEF, 2008-2009.

Em 2010 a população estrangeira residentes em Portugal era de 445 262 cidadãos (dados provisórios), o que representa um decréscimo de quase 2% face ao ano anterior. Esta situação deve-se a um conjunto de factores “o aumento da atribuição de nacionalidade portuguesa (desde a última alteração à lei da nacionalidade), a crise económica e financeira que Portugal enfrenta, bem como a alteração dos processos migratórios em alguns países de origem (nomeadamente o Brasil e Angola)” (SEF, 2010:18).

No que respeita às comunidades mais representativas, mantém-se a comunidade brasileira com 119 363 indivíduos a residir em Portugal seguida da Ucrânia (49 505 indivíduos residentes) e de Cabo Verde (43 979 indivíduos residentes). No entanto, em termos de posições relativas, a Moldávia foi ultrapassada pelo Reino Unido e China, SEF (2010:19-20). O Quadro 5.6 apresenta as comunidades mais representativas no ano 2010.

É de referir que as comunidades originárias dos PALOP tem vindo a decrescer, de forma consistente, nos últimos anos.

Ano 2010		
Principais países	Sexo	Total
Brasil	HM	119 363
	H	52 478
	M	66 885
Ucrânia	HM	49 505
	H	27 165
	M	22 340
<u>Cabo Verde</u>	HM	43 979
	H	20 773
	M	23 206
Roménia	HM	36 830
	H	20 924
	M	15 906
Angola	HM	23 494
	H	11 534
	M	11 960
Guiné-Bissau	HM	19 817
	H	11 636
	M	8 181
Reino Unido	HM	17 196
	H	8 869
	M	8 327
China	HM	15 699
	H	8 161
	M	7 538

Moldávia	HM	15 641
	H	8 310
	M	7 331
São Tome e Príncipe	HM	10 495
	H	4 751
	M	5 744

Quadro 5.6 - População estrangeira residente - As principais nacionalidades mais representativa no ano 2010.

Fonte: adaptado do Relatório do SEF 2010.

Segundo os dados do Relatório do SEF (2012), a população estrangeira residente em Portugal, a 31 de Dezembro de 2012, totalizava 417 042 cidadãos, esses dados representam um decréscimo do *stock* da população residente de -4,53% face ao ano transato. A nacionalidade mais representativa é o Brasil, de seguida a Ucrânia, Cabo Verde, Roménia, Angola e Guiné-Bissau.

Segundo dados do relatório de SEF (2012:8), no que refere à concessão da nacionalidade, em 2012 foram formulados 29 729 pedidos de parecer. Neste âmbito destacam-se os pedidos de nacionais do Brasil, Cabo Verde, Ucrânia, Angola e Guine- Bissau. No ano 2012 o SEF emitiu 30 247 pareceres para acesso à nacionalidade, 28 907 dos quais positivos.

As estruturas das dez principais nacionalidades da população estrangeira residente em Portugal no ano 2012 permaneceram inalteradas face ao ano 2011, embora notou-se um ligeiro decréscimo de todas estas nacionalidades com exceção da china.

O Brasil representa atualmente cerca de 25.3% da comunidade estrangeira residente em Portugal, com um total de 105 622 indivíduos em 2012, e (111 445 em 2011), é notável um pequeno decréscimo em relação ao ano 2011 (-5.823 imigrantes). A nacionalidade brasileira permanece claramente preponderante em Portugal.

A Ucrânia mantém-se como a segunda comunidade estrangeira mais representativa em Portugal (10,6%), com um total de 44 074 nacionais a residir em Portugal em 2012 e (48 022 cidadãos em 2011), o decréscimo registado em 2012 corresponde a uma deferência de (-3,948 imigrantes) em relação ao ano 2011.

Os imigrantes oriundos de Cabo Verde permanecem como a terceira mais expressiva (10.3%), com 42 827 cidadãos residentes no território no ano 2012. Em 2012 registou-se um ligeiro decréscimo em relação ao ano anterior, isto é, 43 920 cidadãos.

A Roménia permanece como a quarta comunidade estrangeira em Portugal (8,4%) com 35 216 residentes no território no ano 2012 (39 312 em 2011).

A comunidade oriunda de Angola mantém a quinta posição (4,9%) com 20 366 residentes no ano 2012, e 21 563 em 2011, evidenciando um decréscimo face ao ano 2011.

Em 2012 Guiné-Bissau assume-se como a sexta comunidade (4,3%), com 17 759 cidadãos e 18 487 em 2011, no ano 2012 registou-se um ligeiro decréscimo em relação relativamente ao ano anterior (Quadro 5.7) mostra As principais nacionalidades mais representativa nos anos 2012 e 2011.

Pode dizer-se que a tendência na evolução é decrescente da população estrangeira residente em Portugal, sem alterar o elenco das comunidades mais representativas, e sendo explicável pela concorrência de diversos fatores, como a alteração dos fluxos migratórios, o regresso ao país de origem e a aquisição de nacionalidade portuguesa.

País	Ano 2011		País	Ano 2012	
	Sexo	Total		Sexo	Total
Brasil	HM	111 445	Brasil	HM	105 622
	H	47 518		H	44 127
	M	63 927		M	61 495
Ucrânia	HM	48 022	Ucrânia	HM	44 074
	H	25 883		H	23 147
	M	22 139		M	20 927
Cabo Verde	HM	43 920	Cabo Verde	HM	42 857
	H	20 800		H	20 200
	M	23 120		M	22 657
Roménia	HM	39 312	Roménia	HM	35 216
	H	22 441		H	19 811
	M	16 871		M	15 405
Angola	HM	21 563	Angola	HM	20 366
	H	10 331		H	9 639
	M	11 232		M	10 727
Guiné-Bissau	HM	18 487	Guiné-Bissau	HM	17 759
	H	10 530		H	9 946

	M	7 957		M	7 813
Reino Unido	HM	17 675	China	HM	17 447
	H	9 121		H	9 000
	M	8 554		M	8 447
China	HM	16 785	Reino Unido	HM	16 649
	H	8 648		H	8 652
	M	8 137		M	7 997
Moldávia	HM	13 586	Moldávia	HM	11 503
	H	7 072		H	5 811
	M	6 514		M	5 692
São Tomé e príncipe	HM	10 518	São Tomé e príncipe	HM	10 376
	H	4 823		H	4 732
	M	5 695		M	5 644

Quadro 5.7 - População estrangeira residente- As principais nacionalidades mais representativa nos anos 2012 e 2011.

Fonte: adaptado do relatório do SEF 2011, 2012.

Em 2012 a distribuição territorial da população estrangeira evidencia uma concentração predominantemente na zona litoral do país, com destaque para os distritos de Lisboa (181 901), Faro (62 624) e Setúbal (44 197). A Figura 5.2 mostra distribuição geográfica da população estrangeira (relatório do SEF, 2012).

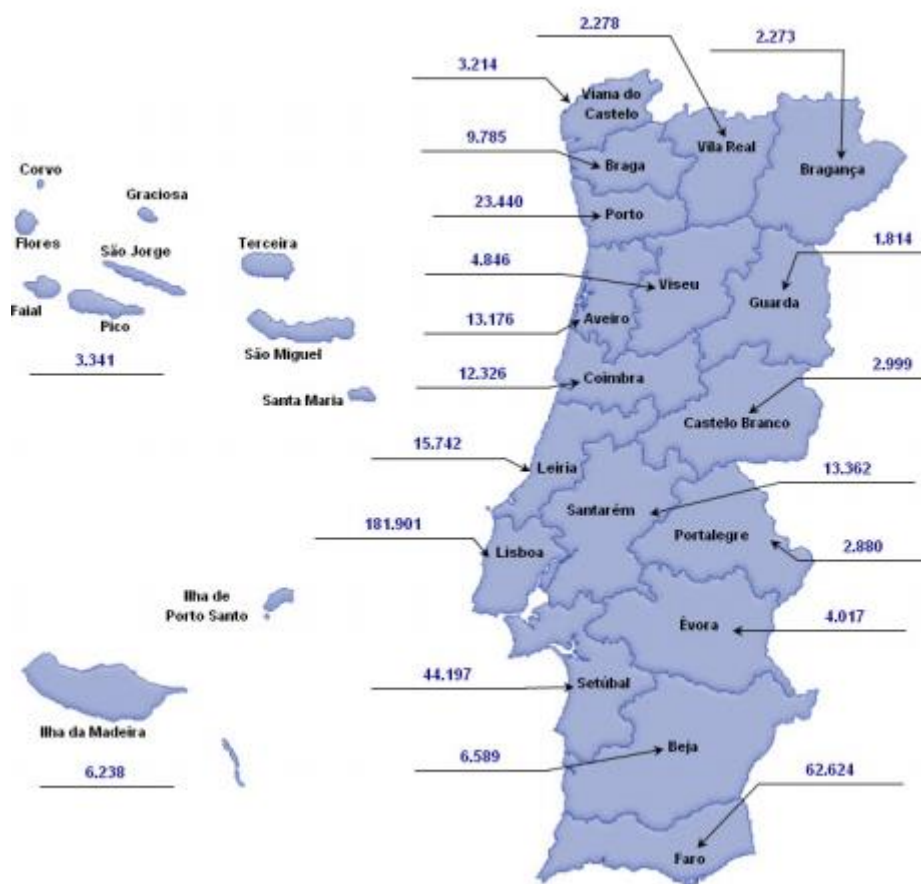


Figura 5.2 - Distribuição geográfica da população estrangeira

Fonte: Relatório do SEF, 2012.

5.2. As Políticas de Imigração em Portugal

Segundo Costa (2004:153) o conceito de política de imigração engloba um conjunto de medidas relativas à regulação dos fluxos migratórios e as medidas adoptadas em matérias de integração social. Estas duas áreas estão articuladas entre si, refletindo-se uma na outra. A adopção de uma política de imigração laboral por quotas anuais privilegia a concessão de direitos sociais associados à relação de trabalho, pelo que não tem tanta relevância a atribuição de direitos de participação política, dado que se espera que o trabalhador estrangeiro permaneça no país de acolhimento por um período de tempo limitado. Por outro lado, os benefícios sociais concedidos aos familiares dos estrangeiros residentes podem servir de estímulo ao reagrupamento familiar, aumentando os fluxos migratórios de entrada.

Em Portugal, nomeadamente a partir de meados da década de 90 do século passado, a regularização dos fluxos migratórios e a integração social dos imigrantes passaram a ser

abordados, em simultâneo, ao nível do discurso político sobre a imigração. Até então, tinham sido privilegiadas, essencialmente, as questões dos fluxos migratórios e da imigração irregular. A partir dessa altura, as autoridades governamentais deram um lugar de destaque às questões da integração social, mas inserindo-as numa linha de restrição de entrada de novos imigrantes, pois a necessidade de garantir a sua integração e as capacidades de acolhimento limitadas do país, não possibilitariam a entrada de mais imigrantes.

Até o início dos anos 90, Portugal não adoptou nenhuma política de regulação dos fluxos migratórios. As entradas registadas em território português, tiveram em vista a satisfação das necessidades de mão-de-obra da economia nacional e não foram condicionadas ou estimuladas por medidas estaduais. O Estado português não adoptou uma política oficial de recrutamento de mão-de-obra, cabendo esse papel aos atores económicos e ao funcionamento das redes sociais informais criadas pelas comunidades migrantes já estabelecidas no país (Costa, 2004:155).

Como salienta Costa (2004:195), o estabelecimento de uma política de imigração não é simples, pois estamos num domínio de elevada politização, que está muito condicionado pela forma como a opinião pública reage às medidas aprovadas. A política de imigração tem reflexos em domínios considerados essenciais para a comunidade, como a definição de povo ou a titularidade da soberania, desafiando e colocando em causa conceitos tradicionalmente aceites como estabelecidos. A imigração conduz à construção de sociedades interculturais, colocando lado a lado práticas e culturas distintas e muitas vezes conflituais, introduzindo a questão da diferença no seio de sociedades que vêm como homogéneas.

As políticas de imigração sempre zelaram para que a presença de trabalhadores estrangeiros fosse uma mais-valia no sentido económico do termo. Antes de começar a aplicar essas políticas, nos tempos atuais, Portugal já tinha uma longa experiência de exploração de mão-de-obra estrangeira nas suas colónias e, antes disso, no tráfico de escravos. Hoje, as épocas e os governantes são outros, mas a procura de lucro a qualquer custo e a exploração desumana dos estrangeiros mantêm-se (Sertório e Pereira, 2004:47).

Os principais elementos caracterizadores da política de imigração segundo Costa (2004:196-198):

1. Em primeiro lugar, a adopção de medidas de regulação dos fluxos migratórios e de integração social dos imigrantes em função de conveniências políticas do momento, sendo reativa a problemas imediatos, especialmente, à pressão da opinião pública;
2. Prevalência da gestão dos fluxos migratórios sobre as medidas de integração social;
3. Enfoque na imigração económica, estabelecendo uma relação estreita com as necessidades de mão-de-obra para o que define quotas de entrada no território português;
4. Apesar disso, um número significativo de imigrantes entra irregularmente em território nacional e a sua incorporação no mercado de trabalho é feita pelo sector informal da economia;
5. Articulação com a política europeia de imigração;
6. Estabelecimento de parcerias com os países de origem dos fluxos migratórios, através de acordos bilaterais e de colocação de oficiais de ligação de imigração;
7. Fiscalização deficiente da imigração irregular por parte do SEF e do trabalho clandestino pela IGT;
8. Institucionalização de estatutos jurídicos diferenciados para os estrangeiros, em função da residência e nacionalidade;
9. Tratamento privilegiado dos imigrantes provenientes dos países de língua oficial portuguesa e dos cidadãos comunitários;
10. Aceitação da participação das associações de imigrantes na definição da política de imigração;
11. Equiparação tendencial entre os nacionais e os estrangeiros em matéria de gozo de direitos civis, sociais e económicos;
12. Aceitação limitada da participação política dos estrangeiros.

CAPÍTULO 6 - A REALIDADE DAS MULHERES CABO-VERDIANAS EM PORTUGAL

6.1. A Imigração Feminina

Tendo em conta que o presente trabalho tem especial enfoque na mulher imigrante torna-se pertinente analisar o fenómeno da imigração tendo em conta a situação da mulher imigrante em Portugal.

A imigração feminina até meados dos anos 70 era analisada no contexto das migrações familiares e não como uma migração autónoma, o que se pode justificar pelo facto da imigração masculina ser predominante na altura, e pela visibilidade estar associada ao fenómeno de reagrupamento familiar (Albuquerque, citado em SOS Racismo, 2005:37).

Em Portugal é notório o crescimento da imigração feminina e verifica-se que as razões que estão associadas aos percursos migratórios destas mulheres são diversas e não se limitam exclusivamente ao acompanhamento do marido ou ao reagrupamento familiar. É também de salientar que a imagem da mulher que emigra já não tem a carga negativa que tinha há alguns anos atrás (Albuquerque, citado em SOS Racismo, 2005).

De acordo com as Estatística Demográficas de 2007 as mulheres imigrantes naturais dos PALOP, do Brasil e dos países da Europa de Leste constituem as três comunidades de mulheres imigrantes com maior expressão em Portugal, sendo que o processo de integração destas mulheres realiza-se de maneira completamente diferente (INE, 2008:107-135).

Para além dos diferentes modos de integração também os fluxos imigratórios destas três comunidades de mulheres imigrantes ocorreram em épocas diferentes. Como tal temos as mulheres imigrantes oriundas do continente Africano que chegaram a Portugal por volta dos anos 60/70, as mulheres imigrantes de Brasil que começaram a chegar a Portugal nos anos 80, e por fim as mulheres imigrantes dos países da Europa de Leste que chegaram a Portugal nos anos 90 (Gonçalves *et al.*, citado em SOS Racismo 2005:64).

Esta distribuição geográfica está relacionada sobretudo com a oferta de emprego existente nestas áreas.

Em relação à estrutura etária destas três comunidades podemos afirmar que a faixa etária dos 15-39 anos é a mais significativa o que indica que estas mulheres estão predominantemente em idade ativa (Gonçalves *et al.*, citado em SOS Racismo 2005:65).

No que concerne à taxa de desemprego, podemos verificar que as mulheres imigrantes dos PALOP são as que apresentam a taxa de desemprego mais elevada, seguidas das mulheres

brasileiras. As mulheres imigrantes da Europa de Leste são as que apresentam uma menor taxa de desemprego (Gonçalves *et al.*, citado em SOS Racismo 2005:67-68).

Se procedermos à análise do nível de instrução destas mulheres e as profissões por elas exercidas deparamo-nos com três situações diferentes. No que respeita às mulheres imigrantes dos PALOP podemos constatar que existe na maior parte dos casos uma adequação entre o nível de instrução obtido e a profissão por elas exercida. No caso das mulheres imigrantes do Brasil podemos afirmar que só existe desadequação entre o nível de instrução obtido e algumas das profissões por elas desempenhadas. Por fim temos as mulheres da Europa de Leste que exercem profissões totalmente desadequadas ao nível de instrução que elas possuem (Gonçalves *et al.*, citado em SOS Racismo 2005:71-72).

6.1.1. A situação profissional das mulheres imigrantes em Portugal

Segundo Brito (2001:189), “as atividades profissionais das mulheres imigrantes em Portugal são maioritariamente desenvolvidas no âmbito do sector privado, independentemente do grupo de origem e da função, sendo a situação perante a profissão de trabalhadora por conta de outrem, com exceção das chinesas, que se distribuem por trabalhadora independente e trabalhadora por conta própria”.

Segundo Brito (2001:186), “as mulheres imigrantes em Portugal não sentiram dificuldades para se empregar, sendo que as dificuldades mais mencionadas, apesar de com menor relevância, são a discriminação, a falta de informação, o tempo de espera e a falta de experiência”.

“A situação profissional das mulheres imigrantes em Portugal é precária em função de um conjunto de variáveis como sendo a atividade profissional, o tipo de contrato, a situação perante a profissão, o tempo de exercício da função, a forma como encontrou emprego. Apesar do carácter de precariedade, o estudo revela que as mulheres que procuram emprego não encontram obstáculos, desde que para desempenhar funções não qualificadas” (Brito 2001:189).

A situação profissional das mulheres imigrantes depende muito das condições de integração na sociedade de acolhimento, como o convívio com portugueses e a possibilidade de uma vida social.

6.1.2. Mulheres migrantes no mercado de trabalho

A migração representa, para muitas mulheres, uma subtração a certos constrangimentos no seu país de origem, a possibilidade de independência e autonomia financeira e, para muitas delas, a imigração constitui a primeira experiência de trabalho pago. Na verdade, parece haver, uma contradição entre a ideia de migração como libertação e emancipação e o facto de as mulheres migrantes constituírem o grupo mais desfavorecido e vulnerável em termos do mercado de trabalho.

No grupo das mulheres migrantes cruzam-se género e raça, dois elementos estratificados das relações sociais e, portanto, do mercado de trabalho, uma vez que vão condicionar a sua inserção laboral em certos sectores, em detrimento de outros. Em virtude da segmentação do mercado de trabalho, a sua incorporação laboral vai ocorrer preferencialmente, por um lado, naqueles trabalhos com baixa remuneração, precários e considerados com um baixo estatuto social, por outro, nos sectores considerados tipicamente femininos, com uma maioria significativa nos trabalhos de tipo doméstico e de prestação de cuidados.

Normalmente é nos trabalhos mal remunerados, precários, tradicionalmente femininos e socialmente desvalorizados que muitas mulheres migrantes encontram a possibilidade de se empregarem, em muitos casos mesmo que elas possuam competências para desempenhar outro tipo de trabalho, superiores às requeridas que elas acabam por desempenhar (Sertório e Pereira, 2004:36).

Imigração e trabalho são indissociáveis. Aliás, no caso da imigração feminina, o seu aumento deve-se, não apenas ao reagrupamento familiar, mas também à procura de mão-de-obra feminina por parte de determinados sectores da economia, como o turismo e os trabalhadores domésticos (Sertório e Pereira, 2004:35). As mulheres normalmente emigram onde a procura de trabalho é vantajosa.

A procura de trabalho é, provavelmente, a primeira preocupação da grande maioria das mulheres emigrantes de hoje.

6.1.3. A imigração das mulheres Cabo-Verdianas

Segundo Miranda (2009:37), as mulheres Cabo-verdianas que imigraram para Portugal seguiam os seus maridos mediante o processo de reagrupamento familiar. No entanto, muitas mulheres Cabo-verdianas chegaram sozinhas, constituindo assim famílias monoparentais e tendo que sustentar os filhos sozinhas. Muitas mulheres quando imigram deixam inicialmente

as crianças com os membros da família, e só mais tarde em alguns casos mediante o processo de reagrupamento familiar as crianças se juntaram às mães.

Segundo Sertório e Pereira (2004, citado por Miranda 2009:37), um dos fatores que mais incentivava esta imigração de mulheres sozinhas era o facto de ser mais fácil conseguir um visto de trabalho, nomeadamente através de um contrato para serviços domésticos.

Segundo Miranda (2009:37) na década de 1980, a comunidade Cabo-Verdiana consolidou-se em Portugal, tendo o fluxo perseverado até à década de 1990, e muitos foram-se fixando através de redes migratórias que, por seu lado, facilitaram a vinda de outros. Graças à reunificação familiar e ao casamento, nasceu uma nova geração de cabo-verdianos.

De acordo com o estudo feito por Saint-Maurice (1997:149) sobre “Identidades Reconstruídas cabo-verdianos em Portugal” as mulheres cabo-verdianas imigrantes em Portugal, constituem um grupo de domésticas ou comerciantes, com baixo nível de escolaridade e que chegaram a Portugal nos anos 80.

A investigação de Wall, Nunes e Matias (2004 citado por Miranda 2009:30) analisou a trajetória de mulheres da comunidade Brasileira, cabo-verdiana e ucraniana, analisando as suas trajetórias, principais características e problemas. Segundo o estudo feito as mulheres, mais provavelmente do que os homens, são expostas a trabalhos forçados, a exploração sexual, a prostituição forçada e a outros tipos de violência. As mulheres, na maior parte das vezes, aceitam más condições de trabalho e salários baixos, expondo-se a sérios riscos de saúde.

6.2. Reagrupamento Familiar

Em Portugal o reagrupamento familiar é reconhecido como um direito para os imigrantes que se encontram em situação legal. Aliás, deve ser entendido, não só como um direito em si, mas como instrumento social, humano e cultural que favorece a integração dos nacionais de países terceiros. O objetivo do reagrupamento familiar é formar ou manter a unidade familiar.

O conceito de reagrupamento familiar é de crucial importância na compreensão deste estudo, uma vez que é marcante no processo de fixação da comunidade cabo-verdiana em Portugal.

O reagrupamento familiar “é um processo de reconstrução da família no estrangeiro, em fase subsequente à emigração do primeiro dos seus membros” (Rocha- trindade, 1995:95).

Segundo Fonseca (2005:25), “a reunificação familiar é hoje em dia a principal via de entrada da imigração para a União Europeia: mais de 75% dos fluxos de entrada anuais são constituídos por conjugues, filhos e outros familiares”.

A imigração de reagrupamento familiar poderá constituir uma componente particularmente estável da população imigrante total. Contudo, esta imigração envolve um investimento de recursos, tanto pela parte destes imigrantes como do país de acolhimento, para responder às necessidades, em matéria de habitação, educação, saúde e segurança social (Fonseca 2005).

Para poder haver reagrupamento familiar são considerado como membros da família, o cônjuge, os filhos menores ou incapacitados a cargo do casal ou dos cônjuges, os menores adoptados por âmbito dos cônjuges, os ascendentes em linha recta e em 1º grau (pais) do residente ou do seu cônjuge, desde que se encontrem a seu cargo e, irmãos menores, desde que se encontra sob tutela do residente.

CAPÍTULO 7 - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE DO IMIGRANTE

A Associação Solidariedade Imigrante situa-se na baixa pombalina, mais propriamente na rua da Madalena nº 8, 2º andar, um local com uma grande variedade e fluência dos meios de transporte, estando portanto muito bem situada, possibilitando o acesso rápido e seguro. O imóvel onde está sediada a associação é um prédio antigo, como tal o apartamento tem uma estrutura ou morfologia característica (antiga), com paredes bastante altas e várias divisões, sendo estas pequenas.

Esta associação nasceu em Junho de 2001 tendo um âmbito nacional, sem fins lucrativos e de reconhecido interesse público, como objetivo primordial a defesa dos direitos dos imigrantes. É uma associação virada para a luta, para a reivindicação, para a pressão, e virada para todas as comunidades de imigrantes, sendo assim uma referência para todos os imigrantes que recorrem à associação dos quatro cantos do mundo.

Na associação existe um centro UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Ativa). Diariamente, várias pessoas recorrem à associação na tentativa de encontrar emprego.

De uma forma geral, a maioria das pessoas procura a associação para resolver questões acerca da legalização, reagrupamento ou reunificação familiar, e questão relacionada com o trabalho.

Sobre o reagrupamento familiar, muitos imigrantes fazem o seu pedido através da associação. O processo de reagrupamento familiar é bastante moroso, primeiro nas entidades portuguesas e depois nas entidades do país de origem. A associação exerce uma pressão sobre o SEF na resolução dos processos na medida em que envia *faxes* de 2 em 2 meses pedindo informações. Esta pressão por vezes, acelera os processos dado que os *faxes* são enviados dentro dos parâmetros legais e também não são enviados em nome da pessoa singular, mas de uma identidade de defesa dos direitos dos imigrantes.

No fim do ano 2009, foi elaborado um novo projeto de intervenção para a integração dos imigrantes. Essa área da associação trata de maneira específica tudo o que tem a ver com as questões laborais: procura de trabalho, resolver em conjunto com as entidades patronais os assuntos pendentes junto às diversas instituições, sejam estes: falta de comunicação, autoridade para a condição de trabalho, ausência de descontos para a segurança social, ou outra situação que possa existir, para além do encaminhamento das pessoas na vida ativa.

Diariamente, no que diz respeito à procura ativa de emprego, a associação tem um papel importante no apoio para tal e encaminhamento para formação profissional, adoptando as seguintes medidas:

- Orientação, da melhor forma, na procura de emprego;
- Técnicas de procura de emprego;
- Elaboração de currículo próprio às competências de cada pessoa;
- Orientação acerca da estruturação do “dossiê” do desempregado;
- Procedimentos a adoptar perante uma entrevista.

Esse Gabinete de Apoio do Emprego (GAE) dirige-se a todas as pessoas que se encontrem em situação de desemprego ou de busca de alteração de trabalho, podendo ou não estarem registados no SEF (o Serviço de Estrangeiro e Fronteiras), auxiliando em situações de aquisição da primeira autorização de residência ou mesmo de renovação.

A associação de solidariedade imigrante pertence às várias redes de associações nacionais e internacionais, nomeadamente a Plataforma de Associações de Imigrantes, a Rede de Combate à Exclusão Social e Pobreza, a Plataforma artigo 65 - Habitação para tod@s, a Rede No-Vox; é ainda um dos promotores do Fórum Social Português.

As actividades que a associação desenvolve vão desde o apoio humano e jurídico à criação de espaços culturais e de convívio, da gastronomia aos debates. Na organização em que os próprios imigrantes são atores de ações de formação, têm-se por princípio a criação de uma consciência de cidadania ativa. Consciência onde o conhecimento mútuo sobre as múltiplas realidades de cada país e de cada cultura são um fator fundamental.

É uma associação aberta à iniciativa, que trabalha em rede, e que pretende, essencialmente, dar respostas aos problemas dos imigrantes.

Funções que a associação desempenha no apoio ao imigrante:

- Dar informações e apoio jurídico sobre:
 - ✓ A regularização (autorização de residência e de permanência, visto de estudo...);
 - ✓ O reagrupamento familiar;
 - ✓ O asilo político;

- ✓ O direito à educação, à saúde, à habitação, à segurança social e ao trabalho.
- Apoiar e aconselhar os trabalhadores na resolução dos conflitos laborais;
- Prestar apoio em situações relacionadas com prisões, tribunais e zona internacional do aeroporto de Lisboa.
- Orientação e acompanhamento na procura de emprego e formação profissional, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Organização de:
 - ✓ Cursos de português, inglês, russo, árabe, crioulo e informática;
 - ✓ *Workshops* de dança, percussão, vídeo e outras áreas artísticas;
 - ✓ Encontros interculturais e concertos no âmbito da defesa dos direitos humanos, com o objetivo de permitir o conhecimento de culturas diferentes e um debate de ideias e experiências;
 - ✓ Debates e exposições sobre a luta dos imigrantes em Portugal, em colaboração com universidades, escolas e outros organismos;
 - ✓ Muitas outras atividades, nos bairros sociais, nos locais de trabalho e nas ruas;

CAPÍTULO 8 - MÉTODO

Os dados foram recolhidos através de uma metodologia qualitativa, especificamente, através da técnica da entrevista estruturada, utilizando para o efeito um guião de entrevista previamente elaborado, o qual foi respondido presencialmente pelas participantes que aceitaram integrar o estudo.

8.1. Amostra

A amostra final é constituída por 17 participantes, do sexo feminino. O primeiro bloco de questões que integra o guião de entrevista permite-nos fazer a caracterização da nossa amostra no que concerne aos aspectos sociodemográficos, nomeadamente: idade, estado civil, área de residência, nacionalidade/naturalidade, grau de escolaridade, e número de filhos. Vamos apresentar uma análise sucinta destes indicadores, sendo que uma análise mais detalhada é veiculada no **Anexo II**.

- a) Idade - A idade das participantes varia entre os 25, para a entrevistada mais jovem, e os 57 anos, para a participante mais velha. Apresentando a idade das entrevistas entre intervalos, verificamos que entre os 20-30 anos temos 8 entrevistadas, que entre os 31-40 anos, temos 5 participantes, entre os 41-50 anos temos 3 entrevistadas, e por fim, acima dos 51 anos, temos apenas uma participante.
- b) Estado Civil - Relativamente ao estado civil, a maioria das mulheres entrevistadas eram solteiras (9), seguindo-se as casadas (6) e, por fim, as viúvas (2).
- c) Área de Residência - As entrevistadas viviam todas na região da Grande Lisboa, dividindo-se pelos Concelhos de Loures (6 participantes, habitantes em Fetais, Zambujal, etc.), de Lisboa (2) (e.g. Benfica), da Amadora (3), de Sintra (4), de Oeiras (e.g. Porto Salvo), e por fim de Odivelas (1).
- d) Nacionalidade/Naturalidade - A maioria das participantes têm nacionalidade cabo-verdiana (14), sendo que apenas três entrevistadas têm dupla-nacionalidade (cabo-verdiana e portuguesa);
- e) Grau de Escolaridade - Relativamente ao nível de escolaridade das participantes, verificou-se que 6 entrevistadas tinham ficado pelo 1º Ciclo do

Ensino Básico (i.e., estudaram até ao 4º Ano), quatro delas ficaram pelo 2º Ciclo do Ensino Básico (i.e., 5º e 6º Ano), e apenas uma ficou pelo 3º Ciclo do Ensino Básico (i.e., até ao 9º Ano). Cinco das entrevistadas estudaram no Ensino Secundário (i.e., do 10º ao 12º Ano). Apenas uma das participantes não tinha nenhum nível de escolaridade.

- f) Número de Filhos - No que concerne ao número de filhos, apenas duas das entrevistadas não têm filhos. Das restantes, todas elas têm filhos, sendo que cinco entrevistadas têm os filhos em Cabo Verde, seis delas têm filhos em Portugal e em Cabo Verde, três têm os filhos apenas em Portugal e, por fim, uma das entrevistadas têm os filhos em Cabo Verde e noutro país (e.g. Luxemburgo).

8.2. Procedimento

Recorreu-se ao método de entrevista estruturada a uma amostra de 17 mulheres cabo-verdianas que estiveram na Associação de Solidariedade Emigrante, em Lisboa. Em primeiro lugar, foram explicados o âmbito e o objectivo geral do estudo às participantes. Posteriormente, efectuou-se uma análise qualitativa dos dados obtidos, recorrendo ao *software maxQDA*[®], versão 2007.

8.3. Instrumento

Com o intuito de compreender a integração das mulheres cabo-verdianas no mercado de trabalho português, foram realizadas 17 entrevistas estruturadas. Estas entrevistas, que vão ser objecto de uma análise cuidada, tiveram como base um guião de entrevista estruturado (**Anexo I**), que encerrava oito dimensões gerais, a saber: dados biográficos¹, emigração para Portugal (e.g. “Em que ano é que emigrou para Portugal?”), trabalho / empregabilidade (e.g. “Está empregada neste momento?”), integração na sociedade portuguesa (e.g. “Integração na sociedade portuguesa e as dificuldades que encontrou”), associação de solidariedade imigrante (e.g. “Como é que teve o conhecimento da Associação?”), discriminação social (e.g. “Já alguma vez foi discriminada ou vítima de racismo?”), questão linguística (e.g. “Além

¹ Este bloco de questões foi apresentado anteriormente, uma vez que serviram de base para caracterizar a amostra em estudo.

do Português costuma falar Crioulo com família / amigos?") e planos para o futuro (e.g. "Quais são os seus planos para o futuro?").

CAPÍTULO 9 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

9. 1. Apresentação Dos Resultados

Realizou-se uma análise de conteúdo às respostas dadas pelas 17 entrevistadas às questões subjacentes a estas dimensões, no sentido de encontrar pontos de contacto entre elas, de forma a poder compreender, melhor a realidade inerente à sua integração.

Bloco 2 / Emigração para Portugal

Este bloco de questões permite-nos aferir acerca de algumas questões relacionadas com o facto das entrevistadas terem emigrado para Portugal. Foram considerados cinco aspetos: o ano em que emigrou para Portugal, quais os motivos que levaram à emigração, o porquê da escolha de Portugal como país de destino, o tipo de emigração feita e se estava legalizada no país. De seguida faremos uma análise dos aspectos mais salientes inerentes a estas questões. No **Anexo III**, a informação veiculada pelas entrevistadas é apresentada com maior detalhe.

- a) Anos em que emigrou para Portugal - As participantes emigraram para Portugal em períodos distintos, sendo que a que veio primeiro emigrou em 1999, e as últimas emigraram em 2011. Fazendo uma análise por intervalos em anos, até ao ano de 2000, inclusive, emigraram duas entrevistadas, de 2001 a 2010 emigraram 12 participantes, e de 2011 em diante três participantes.
- b) Motivos que levaram à Emigração - Relativamente aos motivos que propiciaram a emigração, podemos observar, de entre os vários motivos apresentados pelas participantes, a procura de melhores condições de vida foi um factor comum a nove entrevistadas, duas delas vieram para estudar, e as restantes seis apresentaram motivos pessoais distintos, como sendo problemas de saúde e familiares.
- c) O porquê de Portugal como País de destino - No que concerne aos motivos que determinaram Portugal como o país de destino para as entrevistadas, salienta-se um aspeto preponderante e praticamente comum a quase todas elas (15), que foi o facto de terem familiares a viver no país. As restantes duas participantes vieram para Portugal por motivos pessoais (e.g. saúde, assistir a um funeral).

- d) Tipo de Emigração - No que respeita ao tipo de emigração realizado para entrar no país, todas elas entraram legalmente. Nem todas referem o tipo de visto a que tiveram acesso (2), mas das que fazem menção a esse dado podemos observar que seis entraram com visto de férias, cinco entraram via reagrupamento familiar, e as restantes três recorreram a um atestado de óbito, a um visto de estudante e a um visto de comerciante.
- e) Legalização no País - Relativamente ao facto de as entrevistadas estarem legalizadas no país, podemos observar que cinco delas estão ilegais, sendo que quatro destas pelo mesmo motivo, em particular pelo facto do visto ter caducado. Esta questão tentava aferir igualmente há quanto tempo as participantes estavam legalizadas, e se tinha sido difícil o processo de legalização. Nem todas se posicionaram relativamente a estes dois aspetos. Das doze que estão legalizadas, duas mencionaram que já tem nacionalidade portuguesa, cinco referiram ter título de residência temporária, e apenas uma tem título de residência permanente. Relativamente às dificuldades encontradas no processo, uma das entrevistadas referiu que foi difícil legalizar-se, sendo que outras quatro referiram que tinha sido relativamente fácil, por motivos distintos (e.g. reagrupamento familiar, tratamento de saúde, contrato de trabalho).

Bloco 3 / Trabalho e Empregabilidade

O terceiro bloco de questões ajuda-nos a perceber um conjunto de aspetos relacionados com a empregabilidade das entrevistadas, isto é, componentes mais específicas da do seu percurso profissional, quer passado, quer presente. Por estar relacionado com a problemática central deste estudo, é um bloco bastante extenso, constituído por catorze questões, que serão analisadas com maior detalhe separadamente. No **Anexo IV**, a informação veiculada pelas entrevistadas é apresentada com mais pormenor.

- a) Estar ou não empregada - A primeira questão procurava segmentar as entrevistadas relativamente à sua situação profissional naquele momento.

Pudemos concluir que doze participantes estavam a trabalhar, enquanto que as restantes cinco estavam desempregadas.

- b) Profissão** - A segunda questão tentava categorizar as entrevistadas quanto à sua atividade profissional, no momento. Cinco entrevistadas assumiram ter duas profissões, simultaneamente. Na sua maioria, as entrevistas trabalham como empregadas de limpeza (10), seguindo-se aquelas que trabalham como empregadas domésticas (6). No ramo da restauração, duas trabalham como copeiras, uma trabalha como empregada de restauração, e outra como ajudante de cozinha. No ramo da estética e beleza, uma das participantes trabalha como cabeleireira. Por fim, uma das entrevistadas trabalha como cuidadora de idosos.
- c) Tempo à procura de trabalho** – Outra questão em análise tentava aferir quanto tempo as entrevistadas tinham necessitado para encontrar o seu primeiro emprego, desde a chegada a Portugal. Ainda que com algumas variações, e de uma maneira geral, as participantes arranjaram trabalho relativamente depressa. A primeira a encontrar emprego precisou apenas de 15 dias, seguindo-se uma entrevistada que necessitou de 22 dias. A maioria (8) demorou 1 mês até encontrar o primeiro emprego. Seguem-se três participantes que precisaram de 3 meses, e uma que demorou 4 meses a arranjar trabalho. De entre aquelas que tiveram mais dificuldades, uma demorou 1 ano, outra 1 ano e alguns meses e, por fim, uma das entrevistadas não conseguiu concretizar um valor em anos e meses, indicando que levou muito tempo a encontrar trabalho.
- d) Como arranjou trabalho** - A forma através da qual as participantes conseguiram arranjar trabalho também foi objecto de análise. Duma maneira geral, as entrevistadas contaram com ajuda para este efeito, fundamentalmente familiares e amigos. No que concerne a familiares, sete entrevistadas contaram com a ajuda destes elementos (e.g. mãe, irmão, tia, primos). Por outro lado, oito participantes contaram com o apoio de amigas/os para encontrar trabalho. À parte deste apoio de cariz mais informal, uma participante contou com a ajuda da embaixada de Cabo Verde, outra recorreu a uma agência de trabalho temporário, e duas contaram com o apoio da Associação de Apoio ao Imigrante.

- e) Tipos de dificuldades encontradas - Decorrente da questão acima, surgem as eventuais dificuldades associadas à procura de emprego. A maior parte das entrevistadas reportou o facto de se terem debatido com algumas dificuldades (10), enquanto que as restantes (7) indicaram que, duma maneira geral, não se tinham deparado com grandes dificuldades. De entre os constrangimentos destacados na procura de emprego as participantes mencionaram o facto de estarem ilegais (4), a falta de conhecimentos específicos (2), a barreira da língua (3), a falta de experiência (2), o facto de não conhecerem os locais (2) e, por fim, a idade (1) e a doença do filho (1).
- f) Número de empregos e suas características - O número de empregos que cada entrevistada já teve desde que chegou, bem como as características inerentes a cada um deles, também foram alvo de análise. A maioria das participantes já teve mais do que um emprego (14), sendo que apenas três entrevistadas tiveram um único emprego desde a sua chegada. Relativamente às características dos empregos, pudemos observar alguns pontos de contacto entre entrevistadas: queixam-se de terem de trabalhar muitas horas (6), que é cansativo (2), de disporem apenas de uma folga semanal (3), ou de não terem sequer folgas (2). Uma das entrevistas, presentemente, só trabalha em *part-time*. Salientamos que, o facto de ser uma dupla questão acabou por fazer com que as entrevistadas se focassem mais na primeira parte da questão, o número de empregos, e nem tanto nas suas características. Na generalidade, as participantes voltaram a mencionar as áreas onde exerciam atividade (i.e., limpezas, restauração, tratamento de idosos), e nem tanto os aspetos inerentes à função em si. Outro factor que é mencionado neste tópico são a situação contratual e as regalias, que vão ser analisadas com maior detalhe posteriormente.
- g) Situação contratual - Um dos aspetos que foi sendo mencionado pelas participantes noutras questões foi precisamente a sua situação contratual. No decorrer da entrevista, um dos aspetos abordados era precisamente o facto de trabalharem ou não com contrato de trabalho e, caso a resposta fosse afirmativa, qual o seu tipo. Na sua maioria, as entrevistadas trabalham com contrato (15), sendo que apenas duas não têm. De entre as participantes com

contrato, quatro têm contratos de um ano, sendo que uma delas passou a efetiva. Cinco delas têm contratos de 6 meses, renováveis, sendo que uma delas foi despedida antes da renovação. Por fim, cinco participantes já estão efetivas no seu posto de trabalho, e uma delas não indicou a duração do seu contrato de trabalho.

- h)** Regalias no trabalho - Outro aspeto relacionado com a situação laboral são as regalias que as participantes têm no seu emprego. Duma maneira geral, doze entrevistadas consideram ter as regalias mínimas, e cinco delas entendem que não as têm ou tiveram. De entre as componentes mencionadas, destacam-se o facto de estarem a contrato e fazerem descontos (10), o terem direito a folgas semanais (6), o pagamento dos subsídios de férias e de natal (9), e o facto de poderem gozar as suas férias (1).
- i)** Insegurança no trabalho - Outro factor importante no que concerne a questões laborais é o facto das entrevistadas se sentirem ou não inseguras no seu emprego. A maioria das participantes sentia-se insegura no seu posto de trabalho (11), sendo que apenas seis estavam mais confortáveis. De entre os fatores apresentados como focos de insegurança destacam-se o facto de as entrevistadas estarem ilegais no país (4), a situação de crise que o país atravessa (4) e ainda episódios de discriminação por parte dos supervisores (1).
- j)** Satisfação no trabalho - O facto de as entrevistadas estarem ou não satisfeitas com os seus empregos também foi uma componente que mereceu destaque. Globalmente as participantes não estão satisfeitas com os seus empregos (11), apenas seis indicaram que estão contentes com a sua situação profissional. De entre os fatores que levam à insatisfação laboral podemos salientar os salários reduzidos (2), o excesso de horas de trabalho e o cansaço associado (4), a ausência de contrato de trabalho (1), ou a distância relativamente à área de residência (2). Duas participantes, não obstante não estarem satisfeitas, referiram adicionalmente a dificuldade em arranjar uma alternativa melhor. Das entrevistadas que estavam satisfeitas com a sua situação laboral, podemos referir o facto de estar empregada (1), o serem bem tratadas no local de trabalho (2) e a incapacidade de arranjar algo melhor (1) como aspetos que sustentam esta opinião.

- k)** Satisfação com o salário - A satisfação com a remuneração é uma componente que foi sendo mencionada noutras questões. Neste tópico é analisada isoladamente, e com mais pormenor. A maioria das entrevistadas não está satisfeita com o ordenado auferido (15), comparativamente aquelas que estão (2). Um dos fatores mais citados é o facto do valor do ordenado ser baixo (10), a par com o facto de não compensar o desgaste envolvido (7). Duas entrevistadas mencionam que o ordenado que auferem não é suficiente para resolverem os seus problemas (2). Quatro participantes, embora insatisfeitas, apresentaram alguns argumentos como atenuantes: o trabalho não era desgastante (1), o trabalhar poucas horas (1), o ordenado em Portugal ser ainda superior ao auferido no país de origem (1) ou mesmo ao valor do subsídio de desemprego (1). As entrevistadas satisfeitas argumentaram, respetivamente, que é complicado conseguir um ordenado superior (1), e que o ordenado auferido é suficiente para conseguir resolver os problemas e compensa o trabalho envolvido (1).
- l)** Possibilidade de ter outro trabalho diferente - Relativamente à possibilidade de terem um trabalho distinto daquele que tem no momento, as entrevistadas foram praticamente unânimes no sim (16), salvo uma que se encontra satisfeita com as suas funções presentes. Algumas participantes reconhecem que, embora gostassem de ter algo melhor, não acreditam ter as competências necessárias para isso (2). Outras duas, desempregadas, embora não gostem das funções, priorizam a reentrada no mercado de trabalho. No que respeita à mudança de funções, quatro participantes gostariam de trocar de área. Outras entrevistadas referiram ainda aspetos como a possibilidade de fazerem outros horários (4), de poderem ter um vencimento melhor (6) e algumas regalias (2). O facto de serem tratadas com respeito (1) e a proximidade à zona de residência (1) também foram aspetos abordados pelas participantes.
- m)** Discriminação no local de trabalho - O tratamento que as entrevistadas recebem no seu local de trabalho por parte dos colegas não estrangeiros também foi analisada. Nove participantes indicaram já terem sido alvo de comportamentos discriminatórios, enquanto que as restantes oito nunca tiveram esse tipo de problema. Um dos fatores mencionados foi o racismo (4),

a par com o facto de serem tratadas de forma diferente (3) (e.g. não se podem sentar à mesa, fazem os trabalhos mais complicados).

- n) Profissão no país de origem - Por fim, esta questão pretendia fazer um paralelismo entre as funções que as entrevistadas desempenhavam previamente, e aquelas que tinham naquele momento. Treze entrevistadas trabalhavam em Cabo Verde, enquanto que três eram estudantes e uma era doméstica. De entre as que trabalhavam, as profissões desempenhadas eram as seguintes: vendedora ambulante (5), comerciante (1), cabeleireira (1), trabalho de agricultura (1), vendedora de doces caseiros (1), empregada de restaurante (1), empregada de minimercado (1), empregada de loja (1) e empregada da limpeza (1).

Bloco 4 / Integração na Sociedade Portuguesa

O quarto conjunto de questões aborda a integração das entrevistadas na sociedade Portuguesa, sob três aspetos: as dificuldades que encontrou na sua integração, até que ponto a língua pode constituir uma barreira na integração, e quais os fatores que mais contribuíram para a integração. No **Anexo V**, a informação referida pelas entrevistadas é apresentada com mais pormenor.

- a) Dificuldades encontradas na sua integração - As vicissitudes com que as entrevistadas se depararam aquando a sua integração na sociedade portuguesa foram o primeiro aspeto a ser analisado dentro desta problemática. Sete participantes mencionaram que a sua integração foi complicada, enquanto que as restantes dez não sentiram dificuldades de maior. Argumentos relativamente similares foram usados pelas duas partes, ainda que em sentidos opostos. As principais dificuldades apresentadas pelas participantes o facto de estarem ilegais (8), a ausência dos familiares próximos (5), as diferenças climatéricas (5), a língua (7), o estilo de vida (2), a situação perante o emprego (2), ou até mesmo a pouca receptividade dos portugueses relativamente aos africanos (2) e a falta de conhecimentos e experiência (3). A família e os amigos operam alternativamente como facilitador social para oito das entrevistadas.

- b)** Língua como barreira à integração - Outro factor que foi levado em linha de conta foi o facto de a língua poder funcionar como uma barreira à integração. Seis entrevistadas assumiram que sim, porque não falavam bem a língua (2). As restantes onze participantes não consideraram que este factor as limitasse, uma vez que não se sentiam envergonhadas a falar português (4), nem tinham receio de se expressar (3).
- c)** Fatores que mais contribuíram para a integração - Por fim, resta-nos analisar quais os fatores que mais facilitaram a integração das participantes na sociedade portuguesa. As entrevistadas foram praticamente unânimes a ressaltar o apoio familiar como determinante (16), bem como dos amigos (9). Adicionalmente, indicaram a legalização (6), ajuda da Associação de Apoio ao Imigrante (2), e o ter encontrado trabalho rapidamente (1).

Bloco 5/Associação de Apoio Imigrante

O quinto bloco de questões centrou-se na Associação de Apoio ao Imigrante, tentando aferir o papel que esta instituição teve na integração das participantes. Quatro aspetos foram levados em linha de conta: como é que as entrevistadas tomaram conhecimento da Associação, os motivos que as levaram a procurá-la, até que ponto a Associação as ajudou na procura de emprego, e o nível de importância que atribuem à associação.

No **Anexo VI** a informação mencionada pelas participantes é apresentada pormenorizadamente.

- a)** Como teve conhecimento da Associação - A forma através da qual as participantes tomaram conhecimento da Associação não diferiu muito entre elas. As entrevistadas referiram os amigos (10), a família (5), a advogada (1) e colegas de trabalho (1) como os principais elementos que lhes indicaram a existência da instituição.
- b)** Motivos que levaram à procura da Associação - Relativamente aos motivos que fomentaram a procura da Associação por parte das participantes, os fatores referidos foram a legalização (11), o reagrupamento familiar (6). Uma das entrevistadas mencionou adicionalmente a procura de emprego.

- c) Apoio da Associação na procura de emprego - O papel da Associação enquanto estrutura de apoio para as participantes encontrarem trabalho também foi objeto de análise. A maioria das entrevistas não recorreu à Associação para encontrar emprego (13). As restantes quatro, estão a contar com a ajuda da Associação nesta tarefa, sendo que uma delas foi pedir ajuda para a filha.
- d) Importância da Associação - Por fim, interessou-nos perceber até que ponto as entrevistadas consideravam importante o papel desta Associação. As participantes foram unânimes ao assumir o papel determinante da associação, em vários aspetos: ajuda na resolução de problemas (12), incluindo no processo de legalização (1), na procura de emprego (1), e no esclarecimento de direitos (1), de forma totalmente gratuita (8).

Bloco 6/ Discriminação Social

O sexto conjunto de questões incide em aspetos de cariz social, mais especificamente, tenta aferir até que ponto as entrevistadas são vítimas de discriminação social por parte da população Portuguesa. Este tópico foi analisado por três perguntas: a existência de comportamentos de discriminação ou racismo, o tratamento dado aos cabo-verdianos em Portugal e que medidas poderiam ser tomadas relativamente a esta situação. No **Anexo VII**, a informação indicada pelas entrevistadas figura com mais detalhe.

- a) Discriminação ou Racismo - A problemática da discriminação e do racismo é um tema praticamente indissociável do próprio conceito de imigração. Nesse sentido, foi pertinente indagar as nossas entrevistadas sobre até que ponto se sentiam vítimas de discriminação ou racismo no seu quotidiano em Portugal. Das dezassete participantes, dez indicaram que já tinham sido alvo de comportamentos discriminatórios ou de racismo, enquanto que as restantes sete nunca foram vítimas dessa tipologia de comportamento. No que concerne à discriminação, as participantes indicam os meios de transporte públicos (4), o local de trabalho (5), a escola (1), e os supermercados e instituições públicas (1) como alguns locais propícios para os surgimentos deste tipo de situações. Relativamente ao racismo em particular, cinco das entrevistadas indicaram ter sido vítima desse tipo de

comportamento. De entre as participantes que não foram alvo nem de discriminação, nem de racismo, uma delas mencionou que sempre se sentiu tratada de igual forma comparativamente aos colegas, referindo-se à sua realidade laboral.

- b)** Tratamento dado aos Cabo-Verdianos em Portugal - Outro aspeto que foi merecedor de análise foi a opinião das participantes relativamente ao tratamento dos cabo-verdianos em Portugal. Duma maneira geral, nova entrevistadas consideram liminarmente que os cabo-verdianos não são bem tratados no país, enquanto que outras, embora não se consideram maltratadas pelos Portugueses, reconhecem que essa situação não é transversal a todos os cabo-verdianos (7). Por fim, uma das entrevistadas assumiu que, na sua generalidade, os Cabo-verdianos são bem tratados pelos Portugueses. Alguns aspetos mencionados pelas participantes como sendo representativos de um tratamento menos simpático passam pelos atos discriminatórios (8), de desrespeito (10) ou de racismo (11), numa variedade de contextos, incluindo locais públicos e de trabalho. Adicionalmente, duas participantes salientam ainda os maus tratos psicológicos (1) e o facto de os cabo-verdianos serem explorados em contexto laboral (1).
- c)** Medidas que podem ser tomadas para esta situação - Relativamente às medidas que poderiam ser tomadas no sentido de mitigar esta situação, a maioria das participantes (13) entendem que se poderia fazer alguma coisa, enquanto que quatro entendem que não há muito a fazer de forma a melhorar estes comportamentos, uma vez que são aspetos sociais difíceis de mudar. As entrevistadas sugeriram que fatores como a mudança de mentalidade (3), o tratamento igualitário (4), o respeito pelos imigrantes (5), e o acesso a melhores oportunidades (2).

Bloco 7/ Questão Linguística

O sétimo bloco de questões permite-nos averiguar dois aspetos em particular, no que concerne à problemática linguística: um primeiro, relacionado com a continuidade na utilização da língua materna no país de acolhimento, e um segundo, relacionado com eventuais dificuldades na integração no país de acolhimento derivadas do facto da língua materna ser distinta daquela que é falada nesse país. Seguidamente, faremos uma análise dos

aspectos mais salientes inerentes a estas questões. No **Anexo VIII**, a informação veiculada pelas entrevistadas é apresentada em detalhe.

- a) Utilização do Crioulo, a par com o Português, falar com os filhos/ amigos, com que frequência, e o porquê de manter a sua utilização - No que concerne à manutenção do Crioulo como língua de comunicação entre o seio familiar e amigos, e duma maneira geral, as participantes indicaram que utilizavam a língua materna para comunicar em casa, com familiares e amigos. Mais especificamente, dez das entrevistadas reportaram a utilização regular do Crioulo em casa, sete das participantes mencionam a utilização da língua com familiares, amigos e colegas, duma forma mais global. Outro aspeto a considerar prende-se com a utilização da Língua Portuguesa entre as entrevistadas: cinco delas indicaram a utilização da língua fundamentalmente em contexto laboral, para comunicar com colegas de trabalho, ou com conhecidos já nascidos em Portugal (1). Adicionalmente, duas participantes mencionaram o facto de falar Português com os seus filhos, com o intuito de facilitar a adaptação à Língua (1). No que respeita à utilização quotidiana do Crioulo, cinco das entrevistadas justificaram a sua utilização pela facilidade em comunicar na sua Língua materna, e por se sentirem mais à vontade aos expressarem-se nessa língua perante familiares, amigos e conhecidos cabo-verdianos (2).
- b) Dificuldades de integração derivadas da Língua materna - Outro aspecto que mereceu atenção dentro da problemática da questão linguística era o facto de a Língua materna (Crioulo) poder representar um obstáculo à integração das participantes. A maioria das entrevistas considerou que a língua não constituiu um obstáculo à sua integração (11), enquanto que as restantes (6) assumiram que este factor dificultou a sua integração, principalmente pelo facto de não saberem falar Português (2).

Bloco 8/ Planos para o Futuro

O último bloco era constituído apenas por uma questão que nos permitiu analisar quais os principais objetivos de futuro das dezassete entrevistadas. Faremos uma análise dos aspetos mais relevantes relacionados com esta questão. No **Anexo IX**, a informação veiculada pelas entrevistadas é apresentada em pormenor.

- a) Planos para o Futuro - No que concerne aos planos de futuro das participantes, observaram que algumas delas tinham objetivos de curto-médio prazo comuns. Três entrevistadas mencionaram a questão da legalização como uma prioridade, enquanto que outras duas referiram o facto de se quererem nacionalizar Portuguesas para, posteriormente, emigrarem para outro País. Outro aspeto mencionado por várias participantes é a intenção de regressarem ao seu País de origem (8), seja para passar umas férias (1), ou para regressar definitivamente (7). Os objetivos profissionais e pessoais também não foram descurados pelas participantes. Três entrevistadas indicaram a vontade de prosseguir e concluir os seus estudos, de conseguir um trabalho melhor (3), ou até mesmo de abrir um negócio por conta própria (1). A nível mais pessoal, três participantes mencionaram o facto de quererem trazer os seus familiares para Portugal (e.g. filhos, mãe), de tentarem melhorar a sua condição de vida (4), ou mesmo de terem uma casa própria (1). Apenas uma entrevistada não conseguiu concretizar nenhum plano em particular relativamente ao seu futuro.

9.2. Análise e Discussão dos Resultados

Da análise de conteúdo realizada às entrevistas das 17 participantes deste estudo, é possível retirar algumas ilações, observando-se alguns pontos de contacto entre estas mulheres.

O bloco dos dados biográficos deu-nos informação relativa aos indicadores sociodemográficos das participantes. Duma maneira geral, pudemos observar que as mulheres eram relativamente jovens, distribuindo-se pela faixa dos 20 até à faixa dos 50 anos, dividindo-se predominantemente entre solteiras e casadas, residentes na área da Grande Lisboa, de nacionalidade cabo-verdiana, com níveis de escolaridade relativamente baixos, e praticamente todas com filhos.

O bloco referente à emigração para Portugal permitiu-nos aferir algumas características inerentes ao próprio processo de emigração. Globalmente, as entrevistadas emigraram para Portugal num intervalo temporal de desde, sensivelmente, há 15 anos, na generalidade para procurar melhores condições de vida, elegendo este país para emigrar porque a maioria das entrevistas já tinha familiares a habitar no mesmo, tendo feito uma emigração legal e estando, na sua generalidade, já devidamente legalizadas no país.

O bloco relativo à problemática do trabalho e da empregabilidade, é de particular relevância ao considerar um conjunto de aspetos fulcrais tendo em consideração o tema em estudo. Na sua generalidade, as entrevistadas estavam empregadas, trabalhando maioritariamente como empregadas de limpeza, domésticas, e de restauração, tendo arranjado trabalho relativamente depressa, recorrendo ao auxílio de familiares e amigos. A questão que abordava a existência de eventuais dificuldades encontradas para obter o primeiro emprego dividiu praticamente as entrevistadas em dois grupos, com um deles (o maior) a reportar o facto de se ter deparado com alguns constrangimentos. Adicionalmente, a maioria das entrevistas já teve vários empregos desde a sua chegada, praticamente todos com contrato de trabalho, mas grande parte delas têm de trabalhar muitas horas por dia, o que se torna cansativo. Considerando ainda as características dos empregos em questão, as entrevistadas assume que têm as regalias mínimas, como é o caso dos descontos para a segurança social, as folgas semanais, e o direito aos subsídios de férias e de natal mas, na sua generalidade, consideram que estão inseguras relativamente à sua situação laboral, fundamentalmente devido ao facto de não terem a sua situação no país legalizada, e da própria crise que o país atravessa. No que concerne à satisfação das entrevistadas quer com o seu trabalho, quer com a sua remuneração, a maioria das participantes não está satisfeita quer com os empregos que têm no momento, sendo que a maior parte delas gostaria de desempenhar outras funções, quer com os salários auferidos, que são baixos. A questão da discriminação dividiu igualmente as participantes em dois grupos praticamente equivalentes, com um deles a reportar a existência de comportamentos discriminatórios, como o racismo, enquanto que o outro não nenhuma indicação neste sentido. Por fim, fazendo alusão à profissão no país de origem, as participantes indicaram as suas funções anteriores, sendo que o grupo de maior dimensão se dedicava à venda ambulante.

O bloco alusivo à integração das participantes na sociedade Portuguesa também assume particular importância atendendo à problemática em estudo. A maior parte das entrevistadas não encontrou grandes dificuldades aquando a sua integração, sendo que aquelas que as encontraram apontaram o facto de estarem ilegais, a ausência de familiares próximos, as condições climáticas e a língua como alguns dos principais aspetos que dificultaram a integração. A língua foi um fator que foi analisado isoladamente, sendo que a generalidade das participantes não consideraram que este funcionasse como uma limitação, uma vez que, mesmo não falando perfeitamente, não sentiam vergonha de falar e se expressar em Português. Nos fatores que atuaram como facilitadores na integração, o apoio familiar foi destacado quase unanimemente pelas participantes, a par com o apoio dos amigos.

O bloco relativo à Associação de Apoio ao Imigrante pretendia aferir até que ponto a associação presta um apoio efetivo na integração da comunidade, em linha com outras investigações levadas a cabo, nomeadamente a de Sardinha (2005), sobre o papel das associações cabo-verdianas na área metropolitana de Lisboa na integração dos cabo-verdianos na sociedade portuguesa. A maioria das participantes tomou conhecimento da associação através de familiares e amigos, sendo que os motivos primordiais da sua procura se centraram em questões relacionadas com a legalização e o reagrupamento familiar. Por norma, as entrevistadas não recorreram à Associação para as ajudar na procura de emprego, mas as que o fizeram obtiveram esse apoio. Quanto à importância do papel desta Associação, as participantes foram unânimes, salientando a ajuda determinante para a resolução de problemas, de forma totalmente gratuita.

O bloco inerente à Discriminação social retomou com maior especificidade alguns pontos que forem abordados pelas participantes noutros tópicos. A maioria das entrevistadas assumiu já ter sido vítimas de comportamentos discriminatórios ou racistas. Adicionalmente, consideram que os cabo-verdianos, duma maneira geral, não são bem tratados pelos portugueses, pois são vítimas de discriminação, faltas de respeito e racismo ressalvando, no entanto, que esta situação não é transversal a todos os cabo-verdianos, e que obviamente existem exceções. Por outro lado, grande parte das entrevistadas considera que podem ser levados a cabo comportamentos para mitigar esta situação, entre eles a existência de mais respeito pelos imigrantes, a mudança de mentalidades e o tratamento igualitário.

O bloco referente às questões linguísticas é similar ao anterior, surgindo noutros tópicos anteriores, mas sendo posteriormente abordado com mais detalhe. A generalidade das entrevistadas mantém o Crioulo como língua de comunicação com familiares e amigos, utilizando o Português maioritariamente em contexto laboral. Por outro lado, a maioria das participantes não considerou que a língua tivesse sido um obstáculo à sua integração, sendo que as restantes consideraram que não falar Português foi um constrangimento.

Por fim, as entrevistadas indicavam quais eram os seus planos para o futuro. Grande parte delas fez intenção de regressar a Cabo-verde, em definitivo, bem como em tentar melhorar a sua condição de vida.

Tendo por base a breve análise dos resultados obtidos através da análise de conteúdo realizada às entrevistas das 17 participantes, podemos analisar as três hipóteses formuladas para o presente estudo.

Assim, a primeira hipótese, que assumia que a qualificação académica das mulheres imigrantes cabo-verdianas iria influenciar a sua integração no mercado de trabalho em Portugal, é confirmada pelos resultados encontrados na amostra analisada, uma vez que as nossas participantes se dividem maioritariamente pelos sectores da limpeza, da restauração, e do tratamento de idosos, e cujas profissões desempenhadas por elas em específico carecem de um elevado nível de instrução.

A segunda hipótese em estudo, que referia que a legalização e o apoio familiar seriam fatores determinantes na integração na sociedade e na procura de trabalho das mulheres imigrantes cabo-verdianas, é igualmente suportada pelos resultados obtidos nesta amostra, uma vez que a ausência de familiares próximos e o facto de não estarem legais foram duas das principais contrariedades apontadas pelas entrevistadas como tendo dificultado a sua integração. Foi possível concluir que as mulheres que se encontram em situação ilegal sentiram efetivamente dificuldades na integração, e se sentem inseguras no seu trabalho. A inexistência de documentos legais (e.g. cartão de residência) implica muitas vezes que elas se sujeitem a trabalhar muitas horas diárias, sem possuírem um contrato de trabalho, não fazendo os respectivos descontos, ou seja, sem terem acesso a quaisquer regalias.

A terceira hipótese, que advogava que o domínio da língua portuguesa influenciava a integração das mulheres imigrantes cabo-verdianas no mercado de trabalho, não encontrou

grande suporte na nossa amostra, visto que a generalidade das mulheres adaptou-se bem ao Português, uma vez que não tinham vergonha de se expressar, ainda que com erros, embora existissem também algumas participantes para as quais este factor foi limitativo. Neste sentido, podemos assumir que esta hipótese não foi corroborada.

Estes resultados são consonantes com aqueles apresentados na literatura por outros autores. No que concerne aos sectores de atividade em que os cabo-verdianos se inserem, Góis (2006) indica os sectores da construção civil e obras públicas, o sector alimentar, os serviços pessoais e domésticos, englobando as limpezas domésticas e industriais, como sendo aqueles que têm maior representatividade, salientando ainda que, ao longo dos tempos, os migrantes cabo-verdianos se integraram similarmente no mercado de trabalho Português, tendo poucas perspectivas de mobilidade laboral. Similarmente, Gomes e Baptista (2003) referiram que os homens cabo-verdianos trabalham fundamentalmente na construção civil, e as mulheres trabalham nos serviços de limpeza, domésticos e de restauração.

Góis (2006) refere ainda que os homens se concentram mais no sector da construção civil e obras públicas, enquanto que as mulheres se integram principalmente no sector das limpezas industriais e/ou domésticas, como aliás foi possível verificar na nossa amostra, ocupando assim as posições ditas mais precárias no mercado de trabalho. Adicionalmente, o autor refere o aumento progressivo da integração das mulheres cabo-verdianas no sector da restauração e hotelaria, trabalhando como empregadas de limpeza e ajudantes de cozinha, salientando o papel da mão-de-obra feminina também no apoio às famílias (e.g. trabalho doméstico como empregadas domésticas). Góis (2006) faz ainda menção à questão da informalidade laboral, isto é, a ausência de vínculos contratuais ou, paralelamente, a existência de vínculos contratuais precários ou de curta duração. Embora no caso masculino seja uma situação recorrente, principalmente para aqueles que estão integrados no sector da construção civil, o autor refere que no caso das mulheres existe uma diferenciação positiva, dado que esta situação é menos usual, o que acaba por ser consonante com os resultados da nossa amostra, em que a maioria das mulheres trabalhava com contrato de trabalho. No caso feminino, a questão da informalidade laboral surge fundamentalmente nas mulheres que trabalham como empregadas domésticas. No caso das limpezas industriais, a grande generalidade das mulheres encontra-se com um contrato a termo, auferindo aproximadamente o ordenado mínimo nacional, aproveitando para complementar este valor com uma segunda ocupação

profissional (Góis, 2006). Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Machado e Abranches (2005) advogaram que, salvo uma pequena elite profissional, os cabo-verdianos estão integrados no mercado de trabalho secundário, e com poucas probabilidades dele sair. Os autores, fazendo igualmente uma avaliação temporal da imigração cabo-verdiana em Portugal, verificaram que uma boa parte dos cabo-verdianos que inicialmente trabalhavam sem qualquer vínculo contratual conseguiram, com o tempo, reverter essa situação, mantendo-se ainda assim no mercado de trabalho secundário, mas migrando de uma situação laboral informal para uma formal. Outro aspecto frisado por Machado e Abranches (2005), e igualmente verificado na nossa amostra, foi o facto de as profissões de origem não serem mantidas no país de acolhimento: dos que trabalhavam na agricultura, na pesca, ou em funções de cariz administrativo, só uma parte ínfima se mantém. Por outro lado, e em sentido inverso, a maioria das cabo-verdianas, que não trabalhavam como domésticas no país de origem, passam agora a ver nesta função uma das suas principais saídas do ponto de vista laboral. Ainda neste ponto, Machado e Abranches (2005) indicam a existência de uma redução progressiva do número de empregadas domésticas, a par com o crescimento de empregadas de limpeza em empresas desse ramo, sendo que este fluxo é muitas vezes fruto da mobilidade das mesmas pessoas representando, apesar de tudo, uma mobilidade positiva, ao permitir a formalização da sua situação profissional.

Num estudo feito pela embaixada de Cabo Verde em 1999 sobre a caracterização da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal (Gomes,1999:219-223), foi possível verificar igualmente que os cabo-verdianos constituem uma população jovem com potencial de crescimento, uma população com caracterizada por uma inserção precária no mercado de trabalho, uma população, também caracterizada pela baixa escolaridade, com sendo uma população que procura Portugal não só como destino de emigração, mas também como plataforma migratória e por fim é caracterizado como um processo migratório que é destruturador das relações familiares. No mercado de trabalho está sobretudo representada em grupos profissionais menos qualificados – trabalhadores da construção civil, indústria e dos serviços pessoais de domésticos.

Brito (2001:189) “chegou às conclusões similares, verificando que as mulheres imigrantes em Portugal desempenham atividades profissionais que requerem baixas qualificações, nomeadamente funções de empregada doméstica ou de limpezas, de comércio e de restauração. Como exceção, é de salientar a situação das imigrantes chinesas em que

predominam empresárias, e a das imigrantes brasileiras que são, maioritariamente, técnicas superiores. As atividades são exercidas, em média, por um período de tempo inferior a três anos, apresentando maior precariedade a situação vivida pelas cabo-verdianas e chinesas”. Segundo Brito (2001:189) as imigrantes cabo-verdianas consideram que existe equiparação entre a função desempenhada e a formação obtida. O nível de escolaridade das cabo-verdianas é, geralmente, o ensino primário. A situação contratual vigente é maioritariamente de contratos a termo, sendo que estas imigrantes são inseridas no mercado de trabalho, predominantemente, mediante veículos informais que classificam como conversas e contatos. As mulheres imigrantes cabo-verdianas que integraram esta investigação também mencionaram, embora com menor relevância, a discriminação como uma dificuldade para se empregarem, bem como a falta de informação. Brito (2001:189) “caracterizou a situação profissional das mulheres imigrantes em Portugal como precária em função de um conjunto de variáveis, nomeadamente a atividade profissional, o tipo de contrato, a situação perante a profissão, o tempo de exercício da função, e a forma como encontrou emprego. Apesar do carácter de precariedade, o estudo revela que as mulheres que procuram emprego não encontram obstáculos, desde que seja para desempenhar funções não qualificadas”.

Na mesma linha de raciocínio, Góis (2006:242) verificou que a ausência generalizada de vínculos contratuais formais, ou a sua vinculação temporária através de contratos a termo certo de curta duração, é generalizada entre os cabo-verdianos que laboram no sector da construção civil e obras públicas. As mulheres cabo-verdianas, ainda assim, dispõem de uma relativa diferenciação positiva uma vez que a ausência de contrato é menos evidente. Nos casos dos serviços pessoais, as mulheres cabo-verdianas que trabalham como empregadas domésticas fazem-no na sua (quase) totalidade no mercado informal, laborando a horas, a dias ou ao mês sem qualquer tipo de formalização contratual. Já no caso das limpezas industriais, da hotelaria e da restauração, a regra é a existência de um contrato a termo, em regra auferindo um vencimento próximo do salário mínimo nacional, e completando esse salário com horas extras ou com uma segunda ocupação profissional.

Neste estudo em particular, foi possível concluir que um dos aspetos mais abordados era precisamente o facto das entrevistadas trabalharem ou não com contrato de trabalho e, caso a resposta fosse afirmativa, qual o seu tipo. Na sua maioria, as participantes trabalham com contrato (15 inquiridas), sendo que apenas duas não têm. De entre as participantes com contrato, quatro têm contratos de um ano, sendo que uma delas passou a efetiva. Cinco delas

têm contratos de 6 meses, renováveis, sendo que uma delas foi despedida antes da renovação. Por fim, cinco participantes estão já efetivas no seu posto de trabalho, e uma delas não indicou a duração do seu contrato de trabalho.

As principais dificuldades encontradas na integração em Portugal foram igualmente abordadas por outros autores. Wall, Nunes e Matias (2005), com base no seu trabalho de investigação, identificaram como potenciais fatores limitadores à integração a solidão, as condições de habitação, as condições de trabalho e a discriminação, o processo de legalização, o reagrupamento familiar, a integração dos filhos e a confrontação com uma realidade cultural distinta. Entre as nossas entrevistadas, a maioria destes aspetos foram igualmente apontados, ainda que com algumas *nuances*, uma vez que a barreira da língua e do clima também foram identificados como limitadores à integração. Noutra investigação, Sardinha (2005) salienta que as principais dificuldades sentidas pelas cabo-verdianas surgem associadas à sua baixa condição socioeconómica, onde imperam a pobreza, e os baixos níveis de qualificação educacional e profissional, o que propicia uma fraca integração no mercado de trabalho, e ainda a impossibilidade de aceder a habitações com boas condições. Do ponto de vista social, Sardinha (2005) refere que o facto de se encontrarem ilegais dificulta a integração dos cabo-verdianos, não só na sociedade em si, não tendo acesso a um conjunto de sistemas (e.g. saúde, segurança, educação), mas também no próprio mercado de trabalho uma vez que, devido à sua condição ilegal, acabam por ficar votados a situações laborais precárias e informais, isto é, sem qualquer vínculo contratual, e mais vulneráveis a situações de exploração profissional. Paralelamente, o facto de estarem ilegais dificulta o acesso a formações / prossecução de estudos o que, conseqüentemente, irá propiciar apenas a integração no mercado de trabalho dito secundário, onde são requeridas menos qualificações.

CAPÍTULO 10 - CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

10.1. Conclusão

Neste capítulo, tendo em conta os objetivos principais desta dissertação, nomeadamente estudar a integração das mulheres cabo-verdianas no mercado de trabalho em Portugal, identificar e analisar as dificuldades de integração encontradas na procura de emprego, e analisar o grau de satisfação perante o trabalho que desempenham e o seu salário, serão apresentadas algumas conclusões, bem como algumas limitações encontradas no decorrer do estudo e algumas recomendações.

Um estudo exploratório como é o caso, permite conhecer a realidade de um universo reduzido de indivíduos. Tendo em conta que a amostra é constituída apenas por 17 mulheres cabo-verdianas, os resultados apresentados não poderão ser generalizados a todas as mulheres imigrantes cabo-verdianas residentes em Portugal.

Da análise dos dados foi possível retirar algumas conclusões e confirmar as hipóteses estabelecidas inicialmente. A maioria das mulheres emigrou para Portugal à procura de uma vida melhor. Relativamente às razões que sustentam a escolha de Portugal como país de destino, a familiaridade com a língua e a presença de familiares a residirem anteriormente em Portugal, foram fatores consensuais.

De uma maneira geral podemos concluir que um dos motivos que levam as mulheres cabo-verdianas a emigrar é a procura de melhores condições de vida, ou seja, a possibilidade de ter um trabalho com uma boa remuneração. Por outro lado, para algumas, foram motivos de índole familiar (e.g. reagrupamento familiar) que as levaram a emigrar. Nesta linha de raciocínio, verificámos que, no estudo de Miranda (2009), a autora concluiu que procurar melhores condições de vida é um dos motivos que propiciam a emigração das mulheres. Numa fase inicial, muitas deixam os filhos no país de origem e só mais tarde, depois de estarem legalizadas no país e com condições económicas razoáveis, pedem o reagrupamento familiar para os trazerem.

O presente estudo mostrou também que as mulheres referem que o trabalho, a legalização, o apoio familiar e a facilidade da língua são fatores que facilitam a integração. No mesmo sentido, no estudo de Miranda (2009), as mulheres revelaram que ter um trabalho, dominar a língua, a possibilidade de aceder ao reagrupamento familiar, o processo de legalização, e a rede de apoio são fatores importantes na integração.

Góis (2006), num dos seus estudos sobre os cabo-verdianos na Europa, afirmou que os cabo-verdianos em Portugal usam o passaporte português como ferramenta para a (re) emigração. Segundo Góis (2006:255), a dupla nacionalidade é uma realidade conhecida por muitos cabo-verdianos e ambicionada por muitos outros. A nacionalidade portuguesa é encarada como um fator preponderante para o acesso a outros mercados de trabalho. Neste estudo, conclui igualmente que algumas das mulheres entrevistadas pretendem ficar em Portugal até adquirirem a nacionalidade portuguesa para poderem posteriormente emigrar para outros países da união europeia (e.g. França, Suíça), onde elas afirmaram que existem melhores condições de vida e melhores salários.

Na sequência do que foi observado neste estudo, Sertório e Pereira (2004:78), numa investigação sobre mulheres imigrantes, concluíram que o principal motivo para imigrar foi, de facto, a procura de uma vida melhor, motivo esse comum à maioria dos imigrantes, homens e mulheres, ao qual se junta a vontade de ajudar a família. Sertório e Pereira (2004:81) concluíram igualmente que apesar dos contornos menos positivos das experiências de emigração testemunhadas pelas entrevistadas, como o afastamento da família, a solidão, a luta pela sobrevivência e pelo sustento dos seus familiares, as situações de exploração e de discriminação, a vivência numa sociedade diferente, onde não faltam sentimentos racistas e xenófobos por parte da população autóctone, algumas das mulheres referem a experiência migratória como algo que contribuiu para um certo crescimento pessoal e até mesmo para sua emancipação. Sertório e Pereira (2004:79) salientaram também que a maioria das mulheres imigrantes ocupam postos de trabalho pouco qualificados e precários, com baixos salários, independentemente das suas habilitações, grau de conhecimento da língua portuguesa, e do facto de estarem ou não legalizadas.

Na mesma linha de raciocínio destas autoras, neste estudo podemos igualmente concluir que as mulheres ocupam efetivamente postos de trabalho pouco qualificados, muitas vezes precários e com baixos salários. Na sua maioria, as entrevistadas trabalham como empregadas de limpeza e empregadas domésticas. No ramo da restauração trabalham como copeiras, empregadas de restauração e ajudantes de cozinha. No ramo da estética e beleza, uma das participantes trabalha como cabeleireira. Por fim, uma das entrevistadas trabalha como cuidadora de idosos. De acordo com os dados das entrevistas, verificámos que cinco entrevistadas assumiram ter duas profissões, simultaneamente.

Adicionalmente, as entrevistadas mencionaram alguns factores indicativos de precariedade laboral. Entre os mais citados, salientamos o facto do valor do ordenado ser baixo, a par com o facto de não compensar o desgaste envolvido. Duas entrevistadas mencionaram que o ordenado que auferem não é suficiente para resolverem os seus problemas. Quatro participantes, embora insatisfeitas, apresentaram alguns argumentos como atenuantes: o trabalho não era desgastante, poucas horas de trabalho, e ordenado superior ao auferido no país de origem. As entrevistadas satisfeitas argumentaram, respectivamente, que é complicado conseguir um ordenado superior, e que o ordenado auferido é suficiente para conseguir resolver os problemas e compensa o trabalho envolvido. Adicionalmente, também foi possível concluir que o nível de escolaridade das mulheres entrevistadas varia do analfabetismo ao 12º ano. Conclusões idênticas foram tiradas por Miranda (2009) no seu estudo sobre mulheres imigrantes em Portugal, em que concluiu que as mulheres cabo-verdianas apresentam um grau baixo de habilitações escolares (entre o analfabetismo e o 11º ano), o que acaba por justificar a sua integração no mercado de trabalho em posições laborais mais precárias, que não requerem grandes qualificações.

O presente estudo mostrou também que as mulheres referem que o trabalho, a legalização, o apoio familiar e a facilidade da língua são factores que facilitam a integração. No mesmo sentido, no estudo de Miranda (2009), as mulheres revelaram que ter um trabalho, dominar a língua, a possibilidade de aceder ao reagrupamento familiar, o processo de legalização, e a rede de apoio são factores importante na integração.

No que concerne às eventuais dificuldades associadas à procura de emprego de um modo geral, verificámos que a maior parte das entrevistadas reportou o facto de terem deparadas com algumas dificuldades, enquanto que as restantes indicaram que, globalmente, não se tinham deparado com grandes dificuldades. De entre os principais constrangimentos destacados na procura de emprego as participantes mencionaram o facto de estarem ilegais, a falta de conhecimentos específicos, a barreira da língua, a falta de experiência, o facto de não conhecerem os locais, ou outros aspectos de índole mais pessoal (e.g. idade, doença de familiares). Assim, podemos concluir que as mulheres cabo-verdianas entrevistadas residentes em Portugal enfrentam uma série de dificuldades na procura de emprego.

Neste estudo verificámos que o facto de as entrevistadas estarem ou não satisfeitas com os seus empregos foi um componente que mereceu destaque. Globalmente as participantes não estão satisfeitas com os seus empregos, uma vez que apenas seis afirmaram estarem contentes

com a sua situação profissional. De entre os fatores que levam à insatisfação laboral podemos salientar os salários reduzidos, o excesso de horas de trabalho e o cansaço associado a ausência de contrato de trabalho, ou a distância relativamente à área de residência. Duas participantes, não obstante não estarem satisfeitas, referiram adicionalmente a dificuldade em arranjar uma alternativa melhor. Das entrevistadas que estavam satisfeitas com a sua situação laboral, podemos referir o facto de estarem empregadas, de serem bem tratadas no local de trabalho e a incapacidade de arranjar algo melhor como aspectos que sustentam esta opinião.

A insatisfação não está apenas relacionada com o tipo de emprego e com as posições que as entrevistadas ocupam, mas também com o facto de trabalharem muitas horas por dia e em horários pouco acessíveis, visto que algumas têm que acordar às 4h da manhã por forma a conseguirem transportes para o trabalho. Miranda (2009) já tinha observado no seu trabalho a sobrecarga laboral a que as mulheres cabo-verdianas estão sujeitas. Apenas uma pequena parte afirma estar satisfeita com as funções que desempenham, considerando que de qualquer forma a sua situação profissional presente sempre é melhor do que aquela que tinham no país de origem.

Face a esta constatação podemos confirmar que as participantes, na sua generalidade, não estão satisfeitas com os seus trabalhos, uma vez que a maioria delas afirmaram que não sentem satisfeitas com os seus empregos e apresentaram como fatores de insatisfação o salário reduzido, o excesso de horas trabalhadas e o cansaço. A maioria das entrevistadas não está satisfeita com o ordenado auferido. Um dos factores mais citados é o facto do valor do ordenado ser baixo, a par com o facto de não compensar o desgaste envolvido. Neste sentido, pudemos constatar que as mulheres entrevistadas não estão satisfeitas com o salário que auferem.

Neste estudo concluímos ainda que os fatores que mais contribuem para a integração das participantes na sociedade portuguesa são apoio familiar e dos amigos, a legalização, a ajuda da Associação de Solidariedade Imigrante e por último o facto de terem um trabalho.

Relativamente às hipóteses formuladas aquando a realização deste estudo, verificámos que as duas primeiras hipóteses foram confirmadas, sendo que a terceira foi infirmada. Assim, foi possível confirmar que a qualificação académica das mulheres imigrantes cabo-verdianas influenciou a sua integração no mercado de trabalho. O facto do nível académico delas ser baixo, isto é, variar do analfabetismo ao 12º ano, constitui uma barreira para que estas mulheres se consigam integrar em bons empregos e com bons salários. Assim, e como

consequência destas baixas qualificações, acabam por se sujeitar a prestar serviços de limpezas domésticas, hotelarias e restauração.

Por outro lado, foi igualmente possível confirmar que a legalização e o apoio familiar são fatores determinantes na integração na sociedade e na procura do trabalho das mulheres imigrantes cabo-verdianas. Pudemos concluir que as mulheres que se encontram em situação ilegal sentiram efetivamente dificuldades na integração, e se sentem inseguras no seu trabalho. A inexistência de documentos legais (e.g. cartão de residência) implica muitas vezes que elas se sujeitem a trabalhar muitas horas diárias, sem possuírem um contrato de trabalho, não fazendo os respectivos descontos, ou seja, sem terem acesso a quaisquer regalias. Também é possível concluir que a maioria das senhoras referira que o apoio familiar é um fator importante na integração na sociedade.

Por outro lado, a hipótese que abordava a existência de dificuldades de integração na sociedade pelas diferenças linguísticas não foi verificada neste estudo, uma vez que pudemos concluir que a língua portuguesa não constitui nenhuma barreira na integração, visto que das participantes entrevistadas apenas seis consideraram que a língua influenciou a sua integração, sendo que a maioria delas não consideraram que a língua as limitasse de forma alguma.

Espera-se que este trabalho contribua para o conhecimento da realidade das cabo-verdianas, procurando conceptualizar o fenómeno da sua integração no mercado de trabalho português.

10.2. Limitações do Estudo e Recomendações

Aquando a realização de uma investigação temos que estar preparados as possíveis limitações que possam surgir no decorrer da mesma. Neste sentido, importa identificar algumas limitações desde estudo, designadamente:

- Dificuldade em encontrar uma amostra de mulheres suficiente para a entrevista;
- Dificuldade em definir e conciliar os horários das entrevistas;
- Pouca disponibilidade de tempo das mulheres entrevistadas face ao número de questões;
- Resistência por parte de algumas mulheres entrevistadas em transmitir algumas informações, principalmente os que remetiam para o foro pessoal;

- Muitas das respostas dadas pelas participantes não se enquadravam com o âmbito das questões;
- Falta de informação sobre da população cabo-verdiana atualizada, o que dificultou a caracterização populacional atual cabo-verdiana.

Devido à falta de informação e dados consistentes muitas questões ficaram em aberto para possíveis e futuros estudos. Por isso, apresentamos em seguida algumas recomendações, a saber:

- a) O estudo da relação entre a vida familiar e o trabalho das mulheres cabo-verdianas e analisar o facto de elas viverem a dupla realidade de serem mulheres e de serem imigrantes;
- b) Estudar a integração no mercado de trabalho das mulheres cabo-verdianas que adquiriram a nacionalidade portuguesa, e que emigraram para outros países da Europa, de forma a comparar as dificuldades nestes países comparativa às sentidas em Portugal. Adicionalmente perceber o porquê da emigração e o grau de satisfação destas noutros países da Europa;
- c) Oferta do ensino do português gratuito, para quem não tem conhecimento.

Cumulativamente, o facto de existir algum desconhecimento face ao código do trabalho e aos seus direitos acaba por propiciar que algumas mulheres estejam a trabalhar sem contrato, sem descontos para a segurança social, a trabalhar mais de 8 horas diárias e com salários reduzidos. De forma a contornar esta situação propomos um conjunto de medidas, nomeadamente:

- Fornecer mais informação sobre os direitos e deveres dos trabalhadores e a imigração;
- Sensibilizar as empresas de recrutamento a sensibilizar os canais legais da migração de forma a proteger os direitos dos imigrantes;
- Combater a todas as formas de exploração no trabalho (e.g. excesso de horas diárias, ausência de contratos);
- Regulamentação do trabalho doméstico garantindo o acesso destas mulheres aos diversos direitos sociais (neste estudo encontramos algumas mulheres que trabalham como empregadas domésticas ou já trabalharam no passado e enfrentaram muitos problemas);

- Analisar o grau de satisfação das mulheres perante o trabalho que desempenham e o salário que auferem;
- Criar mais acordos ou parcerias com as empresas de recrutamentos para que possam aceitar os imigrantes na fase inicial, dando-lhes acesso a um contrato de trabalho e respectivos descontos, contribuindo para a sua legalização no país;
- Criar uma rede de apoio para as mulheres imigrantes que se encontra em situação ilegal e sem trabalho;
- Facilitar as burocracias no SEF para elas se poderem regularizar mais facilmente.

Ainda é importante referir que a problemática da discriminação e do racismo é um tema praticamente indissociável do próprio conceito de imigração. A maioria das participantes afirmaram que já tinham sido alvo de comportamentos discriminatórios ou de racismo, no que concerne à discriminação, as participantes indicam os meios de transporte públicos, o local de trabalho, a escola, e os supermercados e as instituições públicas como alguns locais propícios para os surgimentos deste tipo de situações. Relativamente ao racismo em particular, cinco das entrevistadas indicaram ter sido vítima desse tipo de comportamento. Neste contexto em particular, propomos as seguintes medidas:

- Sensibilizar a população nacional da necessidade de um bom acolhimento, facilitando também a integração dos emigrantes;
- Divulgar mais informação sobre o tema imigração;
- Criar programas de formação e sensibilização dirigidas a quem trabalha nas instituições públicas e a quem trabalha no terreno de integração;
- Combater a discriminação que acontece no dia- a- dia na sociedade portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

Albuquerque, Luís de e Santos, Maria Emília Madeira S. (1991). *História geral de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, volume I.

Albuquerque, Rosana. (2005). “Um olhar sobre a participação das mulheres em Associações de Imigrantes” , in SOS Racismo(ed.), *Imigração e Etnicidade, Vivências e Trajetórias de Mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo.

Albuquerque, Rosana. (2005). ”Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre género, classe e etnicidade”,in SOS Racismo (ed.), *Imigração e Etnicidade. Vivência e Trajetórias de Mulheres em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo.

Amaral, Ilídio. (1991). “Cabo Verde: Introdução geográfica” in Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos (1991), *História Geral de Cabo Verde* volume I. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

António, Eduardo. (2005).“Como cheguei... chegamos a Portugal?” in SOS Racismo (ed.), *Imigração e Etnicidade, Vivências e Trajetórias de Mulheres em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo.

António, Stella. (2001). “ Problemas demográficos”,in Carmo, Hermano (coor.), *Problemas Sociais Contemporâneos*. Lisboa: Universidade Aberta.

Bäckström, Bárbara (2009). *Saúde e Imigrantes: As representações e as práticas sobre a saúde e a doença na comunidade cabo-verdiana em Lisboa*, Dissertação de Mestrado. Lisboa: ACIDI. Consultado em 22/01/14. Disponível em, http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colec_Teses/tese_24.pdf.

Baganha, Maria I. (ed), (2001). A cada sul o seu norte: Dinâmicas migratórias em Portugal in Boaventura de Sousa Santos (ed.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?* Porto: edições Afrontamento.

Baganha, Maria Ioannis, João Ferrão, e Jorge Malheiros. (2002). "Emigração portuguesa", in Maria, Ioannis Baganha, João Ferrão, e Jorge Malheiros (orgs.),*Os Movimentos Migratórios Portugueses e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.

Birou, Alain. (1977). *Dicionário das ciências sociais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Boudon, Raymond. (1990). *Dicionário de sociologia*. Lisboa: publicação Dom Quixote.

Brito, Brígida. (2001). “A situação profissional das mulheres imigrantes”, Janus 2001- Anuário de Relações Exteriores: público/UAL.

- Caixa Geral de Depósito.** (2007). *Cabo Verde dez ilhas, um país, cinco continentes*. Lisboa: 1ª edição.
- Carreira, António.** (1977). *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova.
- Carreira, António.** (1983). *Migrações nas ilhas de cabo verde*. Mira Sintra: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 2ª edição.
- Carreira, António.** (1984). *Cabo Verde aspectos sociais: Secas e fomes do séc. XX*. Lisboa: Ulmeiro 2ª edição.
- Carmo, Hermano e Ferreira, Manuela M.** (1998). *Metodologia da Investigação: Guia para autoaprendizagem*, Lisboa, Universidade, Aberta.
- Chiavenato, Idalberto.** (1990). *Iniciação à administração de pessoal*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Chiavenato, Idalberto.** (1994). *Recursos humanos nas empresas – planeamento, recrutamento e seleção de pessoal*. São Paulo: editoras atlas.
- Castles, Stephen.** (2005). “*Globalização: Transacionalíssimo e novos fluxos migratórios dos trabalhadores convidados às migrações globais*”. Lisboa: Fim do Século Oxford.
- Cardoso, Pedro.** (2006). *Atlas da lusofonia: Cabo verde*. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica.
- Costa, Paulo.** (2004). *Políticas de imigração e as novas dinâmicas da cidadania em Portugal*. Lisboa: Instituto PIAGET.
- Cunha, Isabel Ferin e Santos, clara Almeida.** (2006). *Media, imigrações e minorias étnicas II*. Lisboa: ACIME.
- Cazeneuve, jean e Victoroff, David.** (1985). *Dicionário de sociologia*, verbo: 351
- DGEEP.** (2006). *A Mobilidade Ocupacional do Trabalhador Imigrante em Portugal*. Lisboa: DGEEP/ MTSS.
- Esteve, Maria do Céu** (1991). *Portugal: país de imigração*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Estevão, João** (2000). *A emigração e seus efeitos na economia Cabo-verdiana*, Janus 2001-Anuário de Relações Exteriores, publico/UAL.
- Ferreira, Eduardo de Sousa, et al.** (2000). *Economia e imigrantes. Contribuição dos Imigrantes Para a economia portuguesa*. Oeiras: Celta.
- Figueiredo, Joana Miranda** (2005). *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento – Realidades compatíveis no contexto Europeu?* Lisboa: ACIME.

Filho, João Lopes. (1980). “*O emigrante cabo-verdiano em Portugal*”. África Literatura – Arte e Cultura, IX.

Filho J. Lopes. (1981). *Cabo Verde: Subsídios para um levantamento cultural*. Lisboa: Plátano editora.

Filho, João Lopes. (1995). *Cabo Verde: Retalhos do quotidiano*. Lisboa: Ed. Caminho, coleção universitária.

Filho J. Lopes. (2003). *Introdução à cultura cabo-verdiana*. Praia.

Fonseca, Maria Lucinda, et al. (2005). *Reunificação familiar e imigração em Portugal*. Lisboa: ACIMI.

Fonseca, Maria Lucinda e Goracci, Mónica (orgs.). (2007). *Mapa de boas práticas: Acolhimento e integração de imigrantes em Portugal*. Lisboa: ACIDI, I.P.

França, Luís, et al. (ed). (1992). *A comunidade cabo-verdiana em Portugal*. Lisboa: IED.

GAMI (2012). *Direitos e deveres no trabalho doméstico*. Lisboa: GAMI.

Góis, Pedro. (2006). *A Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão e Roterdão*. Lisboa: ACIME.

Góis, Pedro, (2008). *Comunidade (s) Cabo-Verdiana (s): As múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: ACIDI.

Gomes, Isabel. (1999). *Estudo de caracterização da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal*. Lisboa: Embaixada de Cabo Verde.

Gomes, Maria A. e Baptista, Susana. (2003). *Imigração, desenvolvimento regional e mercado de trabalho. O caso português: Estudos Regionais*, nº 1, 101-132. Consultado em 10/02/14. Disponível em, <http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER01/ART05.PDF>.

Gonçalves, Marisa e Figueiredo, Alexandra. (2005). “Mulheres imigrantes em Portugal e mercado de trabalho: Diferentes percursos, inserções laborais semelhantes”, em SOS Racismos (ed.), *Imigração e Etnicidade. Vivências e Trajetórias de Mulheres em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo.

Guedes, G, Ramalho., e Marques, D, Helena, F. (2008). *Migração e mercado de trabalho em Portugal: Uma análise comparativa entre Brasileiros e Africanos Lusófonos, Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil. Consultado em 26/02/2014. Disponível em, http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1007.pdf.

Horta, Ana Paula Beja. (2005). “A minha vida começa por quatro pontas”, in Maria Beatriz Rocha-Trindade e Maria Christina de Sousa Campos (eds.), *Histórias, Memórias e Imagens nas Migrações*. Oeiras: celta.

INE. (2008). Estatísticas demográficas 2007. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P. consultado em 02/04/14. Disponível em, http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=30840331&att_display=n&att_download=y.

Leitão, José. (2001). “*Integração dos Imigrantes como pessoas, Trabalhadores e cidadãos*”. Caderno sociedade e trabalho II.

Machado, Fernando Luís. (1992). “Etnicidade em Portugal: contrastes e politização”, *Sociologia Problemas e Práticas*, 12, 123-136. Consultado em 03/04/14. Disponível em, <http://sociologiapp.iscte.pt/fichaartigo.jsp?pkid=290>.

Machado, Fernando Luís. (1994). “Imigrantes etnicidade e minorias étnicas em Portugal”, *Sociologia, problemas e práticas* Nº16, 187-192. Consultado em 22/02/14. Disponível em, <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/24/243.pdf>.

Machado, Fernando Luís. (1994). “Luso africanos em Portugal: Nas margens da etnicidade”, *Sociologia Problemas e Práticas* Nº 16, 111-134. Consultado em 22/02/14. Disponível em, <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/24/239.pdf>.

Machado, Fernando Luís. (2002). *Contraste se Continuidades. Migrações, Etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*. Oeiras: celta.

Machado, Fernandes e Abranches, Maria. (2005). “Caminhos limitados de integração social”, Trajetórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus em Portugal, *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 48, pp 69-91 Consultado em 25/03/14. Disponível em, <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n48/n48a06>.

Mariano, Carmen Sofia Matias. (2009). *As dinâmicas de organização e de intervenção das associações de imigrantes*, Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Ministério de Segurança Social e do Trabalho, DEPP. (2002). *Imigração e mercado de trabalho, cadernos sociedade e trabalho II*. Lisboa: MSST/DEPP.

Miranda, Joana. (2009). *Mulheres imigrantes em Portugal: Memórias, dificuldades de integração e projetos de vida*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

- Mirotshnik**, Viktoria. (2008). “*Integração e escola em populações imigrantes da EX-URSS*”. Lisboa, 22-24.
- Neves**, António Oliveira (ed). (2002). *Imigrantes e mercado de trabalho*. Lisboa: DEPP.
- Peixoto**, João. (1999). *A mobilidade internacional dos quadros: Migrações internacionais, quadros e empresas Transacionais em Portugal*. Oeiras: celta.
- Peixoto**, João. (2004). *País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal*. Lisboa: Socius Working Papers
- Peixoto**, João. (2004). *As teorias explicativas das migrações: Teorias micro e macrosociológica*. Lisboa: Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, 3-30. Consultado em 20/06/13. Disponível em, https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fpascal.iseg.ulisboa.pt%2F~socius%2Fpublicacoes%2Fwp%2Fwp200411.pdf&ei=i1M9U_ejDqev0QXXkoGABQ&usg=AFQjCNHBEscCCQ58_o4sXTlQqomZTgfSIQ&sig2=dZemJXr87zqsdgaiRBrcQ.
- Pestana**, José. (1979). *Portugal a europa e as migrações*. Lisboa: conselho económico e social.
- Pires**, Américo Nunes. (1999). *Educação intercultural: Utopia ou realidade?* Porto: proferições.
- Pires**, Rui Pena. (2003). *Migrações e integração: Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras. Celta.
- POLIS**. (1998). *Enciclopédia verbo da sociedade e do estado, antropologia, direito, economia, ciência política*. Lisboa.
- Portes**, Alejandro. (1999). *Migrações internacionais. Origens e modos de incorporação*. Oeiras: Celta Editora.
- Quivy**, R. et al. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva
- Rocha- Trindade**, Maria Beatriz (1995). *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rocha- Trindade**, Maria Beatriz. (2000). “*História da imigração em Portugal*”, Janus 2001- Anuário de Relações Exteriores. Público/UAL.

Rocha- Trindade, Maria Beatriz. (2002). “ *A imigração em Portugal: Contribuição externa para o desenvolvimento interno*”, *Imigração e Mercado de Trabalho, Cadernos Sociedade e Trabalho II*. Lisboa: MSST/DEPP.

Saint-Maurice, Ana de. (1993). Cabo-verdianos residentes em Portugal - imagens a preto e branco, in Silva MB. Et al. (comissão organizadora) *Emigração/ Imigração em Portugal - actas do “Colóquio internacional sobre emigração e imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*. Fragmentos. Lisboa.

Saint-Maurice, Ana de (1997). *Identidades reconstruídas: cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: celta.

Santos, Vanda. (2004). *O discurso oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 à atualidade*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Santos, N e Faria, L. (2008). Imigrantes negros dos PALOP africanos em Portugal: *Auto percepções e percepções de características sócio profissionais*. Revista antropológica nº 10, 257-238. Consultado em 22/02/14. Disponível em, <http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/download/72/52>.

Sardinha, João Manuel Silva. (2001). *Preservar a identidade: Integração da comunidade cabo-verdiana na área metropolitana de Lisboa*, Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa

Sardinha, João. (2005). *Cape Verdean Associations in the Metropolitan Area of Lisbon: their role in integration*, *Sussex Centre for Migration Research*, n: 26. Consultado em 22/02/14. Disponível em,

<https://www.sussex.ac.uk/webteam/gateway/file.php?name=mwp26.pdf&site=252>.

SEF. (2005). *Relatório estatístico - 2005*. Lisboa: Departamento de Planeamento e Formação. Consultado em 22/11/13. Disponível em http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2005.pdf.

SEF. (2006). *Relatório de Atividades, imigração, Fronteiras e asilo - 2006*. Lisboa. Consultado em 22/11/13. Disponível em, http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2006.pdf.

SEF. (2007). *Relatório de Atividades, imigração, Fronteiras e asilo-2007*. Lisboa. Consultado em 22/11/13. Disponível em, http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2007.pdf.

SEF. (2008). A organização das políticas de asilo e imigração em Portugal: Rede Europeia das Migrações. Consultado em 11/04/14. Disponível em, <http://www.sef.pt/documentos/56/AOrgPolAsiloImigemPortugal.pdf>.

SEF. (2009). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2008*. Lisboa: SEF SEF/Departamento de Planeamento e Formação. Consultado em 22/11/13. Disponível em, http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2008.pdf.

SEF. (2010). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2009*. Lisboa: SEF SEF/Departamento de Planeamento e Formação. Consultado em 22/11/13. Disponível em, http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2009.pdf.

SEF. (2011). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2010*. Lisboa: SEF SEF/Departamento de Planeamento e Formação. Consultado em 10/12/13. Disponível em, http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2010.pdf.

SEF. (2012). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2011*. Lisboa: SEF SEF/Departamento de Planeamento e Formação. Consultado em 10/12/13. Disponível em, http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf.

SEF. (2013). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2012*. Lisboa: SEF SEF/Departamento de Planeamento e Formação. Consultado em 10/12/13. Disponível em, <http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa%202012.pdf>.

Semedo, J.M. e Turano M.R (1997). *Cabo Verde- o ciclo ritual das festividades da tabanca*. Praia, Cabo Verde: Ed. Spleen.

Semedo, Maria Gabriel varela. (2011). *Políticas de integração: o ensino/ aprendizagem da língua portuguesa no contexto do acolhimento e integração de adultos imigrantes*, Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Sertório, Elsa e Pereira, Filipa Sousa. (2004). *Mulheres Imigrantes*. Lisboa: Ela por Ela.

Serpa, Joana. (2007). *Presença ilegal, descontos em dia*. Relatório final da licenciatura em política social. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa Instituto de Ciências sociais e Política.

Silva, Inácio Mota. (2002). “A integração social dos imigrantes: Uma política inovadora. Que prestativas para o futuro”, *Imigração e Mercado de Trabalho*, Cadernos Sociologia e Trabalho II. Lisboa: MSST/DEPP.

SOS Racismo. (2002). *A imigração em Portugal: Os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo.

SOS Racismo, (ed). (2005). *Imigração e etnicidade: Vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo.

Wall, K.; Nunes, C. e Matias, A. (2005). “ *Female Migration Visin*”, *Immigrant Women in Portugal: migration trajectories, main problems and policies*, Working Papers, Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa. Consultado em 11/04/14. Disponível em, http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2005/wp2005_7.pdf.

Sites consultados

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde: www.ine.cv

Instituto Nacional de Estatística de Portugal: www.ine.pt

Serviço Estrangeiro e Fronteiras: <http://sefstat.sef.pt/relatorios.aspx>.

<http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>.

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, Instituto Público:

www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Teses/3_JMF.pdf.

ANEXOS

Anexo I - Guião de entrevista

Bloco 1. Dados Biográficos

- a) Idade
- b) Estado Civil
- c) Área de Residência
- d) Nacionalidade / Naturalidade
- e) Grau de Escolaridade
- f) Número de Filhos

Bloco 2. Emigração para Portugal

- a) Em que ano é que emigrou para Portugal.
- b) Motivos que a levaram a emigrarem.
- c) Por que motivo escolheu Portugal como país de destino.
- d) Que tipo de emigração fez.
- e) Está legalizada no país. Há quanto tempo. Foi difícil.

Bloco 3. Trabalho / Empregabilidade

- a) Está empregada neste momento.
- b) Qual a sua profissão.
- c) Quanto tempo ficou sem trabalhar desde a sua entrada em Portugal.
- d) Como é que conseguiu o seu primeiro emprego.
- e) Com que tipo de dificuldades lidou.
- f) Quantos empregos já teve desde que chegou. Fale-me um pouco deles
- g) Trabalha com contrato. Que tipo de contrato.
- h) Tinha algumas regalias nos seus trabalhos. Quais.
- i) Sente-se insegura nos seus trabalhos. Porquê?
- j) Sente-se satisfeita com o seu emprego.
- k) Sente-se satisfeita com o seu salário. Porquê?
- l) Gostaria de ter outro trabalho diferente dos que exerce. Porquê?
- m) Já se sentiu discriminada no trabalho por colegas não estrangeiro.
- n) Profissão que exercia no seu país de origem.

Bloco 4. Integração na Sociedade Portuguesa

- a) Integração na sociedade Portuguesa e das dificuldades que enfrentou.
- b) A língua constitui barreira na integração na sociedade.
- c) Aspectos que considera que mais contribuíram para integração.

Bloco 5. Associação de Solidariedade Imigrante

- a) Como é que teve o conhecimento da Associação.
- b) Que motivo levou-a a procurar a Associação.
- c) Teve algum apoio da Associação na procura de emprego.
- d) Considera a Associação importante para si. Porquê?

Bloco 6. Discriminação Social

- a) Já alguma vez foi discriminada ou vítima de racismo.
- b) Como é que acha que os cabo-verdianos são tratados em Portugal.
- c) Que medidas consideram que deveriam ser tomadas.

Bloco 7. Questão Linguística

- a) Além do português costuma falar crioulo com família / amigos.
- b) A língua materna ser o crioulo dificultou a integração.

8. Planos para o Futuro

Quais são os seus planos para o futuro.

Anexo II - Bloco 1/ Características Sociodemográficas das Participantes

Nº Entrevistada	Idade	Estado Civil	Área Residência	Nacionalidade/Naturalidade	Grau de Escolaridade	Número de Filhos
1	27 Anos	Solteira	Fetais	Cabo-verdiana	10º Ano	Um filho (que se encontra em Cabo Verde).
2	28 Anos	Solteira	Catujal	Cabo-verdiana	2º Ano	Uma filha (que está em Cabo Verde).
3	46 Anos	Viúva	Porto Salvo	Dupla nacionalidade (Portuguesa e Cabo-verdiana)	4º Ano	Sete filhos. Cinco deles vivem em Portugal e dois em Cabo Verde.
4	26 Anos	Solteira	Benfica	Cabo-verdiana	7º Ano	Nenhum.
5	41 Anos	Solteira	Amadora	Cabo-verdiana	4º Ano	Quatro filhos. Todos vivem em Portugal.
6	25 Anos	Casada	Amadora	Dupla nacionalidade (Portuguesa e Cabo-verdiana)	12º Ano	Um filho que nasceu em Portugal.
7	27 Anos	Solteira	Catujal	Cabo-verdiana	12º Ano	Um filho que está em Cabo Verde.
8	50 Anos	Casada	Amadora	Dupla nacionalidade (Portuguesa/Cabo-verdiana)	4º Ano	Seis filhos. Quatro vivem em Portugal e dois em Cabo Verde.
9	57 Anos	Casada	Cacém	Cabo-verdiana	Nunca estudou	Dez filhos. Nove vivem em Cabo Verde e um está actualmente em Luxemburgo.
10	28 Anos	Casada	Cacém	Cabo-verdiana	12º Ano	Três filhos. Vivem todos em Cabo Verde.
11	37 Anos	Solteira	Odivelas	Cabo-verdiana	4º Ano	Sete filhos. Seis vivem em Cabo Verde e um vive em Portugal.
12	40 Anos	Viúva	Sacavém	Cabo-verdiana	6º Ano	Três filhos. Dois vivem em Portugal e um em Cabo Verde.
13	35 Anos	Casada	São Domingos da Rama	Cabo-verdiana	4º Ano	Quatro filhos. Dois vivem em Cabo Verde e dois vivem em Portugal.
14	25 Anos	Casada	Benfica	Cabo-verdiana	6º Ano	Dois filhos, ambos a viverem em Portugal, sendo que um deles nasceu aqui.
15	26 Anos	Solteira	Zambujal	Cabo-verdiana	12º Ano	Nenhum.
16	33 Anos	Solteira	Zambujal	Cabo-verdiana	5º Ano	Dois filhos que vivem em Cabo Verde.
17	38 Anos	Solteira	Cacém	Cabo-verdiana	6º Ano	Três filhos. Um vive em Cabo Verde e dois estudam em Portugal.

Anexo III - Bloco 2/ Emigração para Portugal

Nº Entrevistada	Ano Emigração	Motivos Emigração	Motivo da escolha por Portugal	Tipo de Emigração	Legalização no País
1	2011	"Vim para passar férias com os familiares e passear, mas acabei por ficar."	" (...)familiares viviam em Portugal."	"Entrei legalmente no país, com um visto de férias."	"Não estou legalizada."
2	2009	"Procura de trabalho e melhores condições de vida."	"(...)influência de pessoas próximas e pelo facto de ter cá familiares próximos."	"Entrei no país de forma legal (...)".	"Não, estou ilegal desde que o meu visto caducou (...)".
3	1999	"Vim para fazer o tratamento da minha condição de saúde (...) decidi ficar com o intuito de ajudar os filhos."	"Fui enviada para Portugal pelo hospital local para realizar tratamentos à minha condição de saúde."	"Entrei no país de forma legal (...)".	"Sim, estou legalizada e tenho a nacionalidade portuguesa (...)".
4	2000	" (...)a minha mãe vivia aqui."	"(...)vivia aqui a minha mãe."	"Fiz uma emigração legal (...) reagrupamento familiar."	"Não (...) desde que o meu visto caducou."
5	2004	"Vim à procura de melhores condições de vida."	"(...)tinha aqui uma irmã."	"Fiz uma emigração legal com visto de comerciante."	"Sim, tenho título residência temporária."
6	2008	" (...) o meu marido já se encontrava a viver em Portugal (...) e queria melhores condições de vida."	"Por causa do meu marido."	"Emigração legal (...) reagrupamento familiar."	"Sim (...) desde que cheguei, não foi difícil, o meu marido já se encontrava legal (...)".
7	2010	"Vim para estudar."	"(...)mais fácil de conseguir o visto, e também porque já tinha familiares a viver em Portugal."	"Fiz uma imigração legal (...) visto de estudante".	"Sim (...) entrei com visto de estudante (...)".
8	2007	"(...)encontrar uma vida melhor ao lado do meu marido que já vivia em Portugal (...)".	"Por causa do meu marido."	"Fiz uma emigração legal (...) reagrupamento familiar."	"Sim, (...) adquiri a nacionalidade portuguesa porque o meu marido já tinha adquirido (...)".
9	2008	"Vim para tomar conta dos meus netos."	"(...)foi a minha filha que me trouxe."	"Entrei no país legalmente (...) reagrupamento familiar."	"Estou ilegal desde que o meu visto caducou."
10	2010	"Vim para assistir ao funeral da minha mãe e acabei por ficar."	"(...)assistir ao funeral da minha mãe."	"Fiz uma emigração legal, com o atestado de	"Sim, tenho residência permanente (...) o meu marido já

Mestrado em Política Social

				óbito (...)."	tinha nacionalidade portuguesa."
11	2011	"Vim por motivos familiares e também para procurar uma vida melhor."	"(...)alguns dos meus familiares viviam cá e porque seria mais fácil adaptar-me."	"Entrei no país de forma legal, com visto de férias (...)."	"Sim, tenho residência temporária (...)."
12	2004	" (...)procurar uma vida melhor."	"(...)o meu marido já estava a viver em Portugal."	" (...)visto de turista (...)."	"Sim (...) mas passei sete anos ilegal, foi difícil legalizar-me (...)."
13	2008	"Vim acompanhar o meu filho nos tratamentos."	"(...)por motivos de saúde e também porque tinha alguns familiares a viverem aqui."	"Fiz uma emigração legal (...) visto de tratamento (...)."	"Sim, tenho o título de residência temporária (...) não foi difícil para mim, tive de renovar por algumas vezes o visto concedido para tratamento (...)."
14	2007	" (...)procura de uma vida melhor e para ficar mais perto do meu companheiro."	"(...)o meu marido já vivia aqui há alguns anos."	"Fiz uma emigração legal (...) reagrupamento familiar."	"Sim, tenho residência temporária (...) não foi difícil, o meu companheiro (...) vivia legalmente no país."
15	2010	" (...) estudar e também poder ficar mais perto dos meus familiares."	"(...)os meus familiares mais próximos estavam todos a viver em Portugal."	" (...)visto de férias."	"Não, estou ilegal desde que o meu visto caducou."
16	2008	" (...)procura de trabalho e uma vida melhor."	"(...)já tinha alguns familiares a viverem aqui e porque é o país a que mais facilmente me adaptava."	"(...)visto de férias."	"Sim, tenho o título de residência (...) não foi difícil conseguir a legalização (...) trabalhei com contrato e descontos (...)."
17	2011	"Vim por causa dos meus filhos e também procurar melhores condições de vida."	"(...)os meus filhos se encontram a estudar e quero poder ficar mais próximo deles para ajudar."	"(...)visto de férias."	" (...)o meu visto é válido."

Anexo IV - Bloco 3/ Trabalho e Empregabilidade

Nº Entrevistada	Tem Emprego	Profissão	Tempo sem trabalhar	Como conseguiu trabalho	Tipo de dificuldades encontradas	Empregos que já teve e suas características
1	Sim	Cabeleireira/ Empregada de limpeza	Um mês	Ajuda da mãe	“(…) Falta de conhecimentos específicos.”	“(…)três empregos. De momento tenho dois empregos (….)No total trabalho 12 horas por dia e só disponho de uma única folga semanal.”
2	Não	Empregada de limpeza / Copeira	Um ano e mais alguns meses	Ajuda da Associação de Apoio ao Imigrante	“(…)barreira da língua e a minha situação ilegal.”	“Tive apenas 2 empregos (….)Um a tempo inteiro em casa de uma patroa, onde não tinha nenhuma folga semanal, sem contrato (….)No outro emprego, trabalhava a tempo parcial e desempenhava função de copeira num restaurante.”
3	Não	Empregada doméstica / Cuidadora idosos	Um mês	Ajuda de uma amiga e da embaixada de Cabo Verde	“(…)foi relativamente fácil.”	“(…)já tive 6 empregos, desempenhando, em quase todos, funções de empregada de limpeza ou de cuidadora de idosos. Em quase todos os empregos que tive, trabalhava muito e ganhava pouco (….)”
4	Sim	Emprega de limpeza / Empregada restauração	Muito tempo	Ajuda da mãe e da Associação de Apoio ao Imigrante	“(…) estar ilegal.”	“Já tive 3 trabalhos (….) nas limpezas e na restauração. De momento apenas trabalho três horas diárias.”
5	Sim	Emprega de limpeza	Um mês	Ajuda duma prima	“Nunca tive grandes dificuldades (….)”	“Já tive vários trabalhos (….)Já trabalhei como empregada doméstica, empregada de limpezas ligada a firmas, empregada em

Mestrado em Política Social

						lares de idosos e colaboradora de restaurantes. De momento faço 11 horas de trabalho por dia.”
6	Sim	Empregada de limpeza	Três meses	Ajuda duma tia	“Falta de conhecimento e falta de experiência (...)”	“Tive apenas um único emprego desde que cheguei. Trabalho como funcionária de limpeza num hotel, onde faço oito horas diárias com uma folga semanal.”
7	Sim	Ajudante de cozinha	Um mês	Ajuda do irmão	“Não conhecer os locais e a falta de experiência (...)”	“Até agora já tive dois trabalhos.”
8	Sim	Empregada de limpeza	Um mês	Ajuda de amigas	“Não falava bem o português e a idade (...)”	“Já tive três trabalhos, os mesmos que ainda tenho (...) têm horários complicados e que pouco me favorecem. Faço 12 horas por dia mas ganho pouco. Trabalho nas limpezas de madrugada, o que me obriga a acordar muito cedo e só chego a casa à noite.”
9	Sim	Empregada doméstica interna	Três meses	Ajuda duma amiga	“(...)não sabia falar português e não conhecia nenhum lugar.”	“Já tive cinco trabalhos: como empregada de limpezas ligada a firmas, cuidadora de idosos e empregada de limpeza em casa de patroas.”
10	Não	Empregada de limpeza /Empregada doméstica	Um mês	Ajuda de amigos	“(...)estar ilegal.”	“(...)tive 3 trabalhos (...)”
11	Sim	Copeira	Um mês	Ajuda duma tia	“Não tive grandes dificuldades (...)”	“Só tive este trabalho desde que aqui cheguei. É um trabalho bastante cansativo, uma vez que faço dez (10) por dia e só disponho de uma única folga semanal.”
12	Sim	Empregada doméstica	Três meses	Ajuda duma amiga	“Não tive grandes	“(...)já tive 4 empregos. Já trabalhei em

Mestrado em Política Social

					dificuldades (...).”	lar de idosos, em casa de patroas como empregada doméstica e de limpeza, colaboradora de um restaurante e empregada de limpeza em escritório.”
13	Sim	Empregada de limpeza	Um ano	Ajuda de amigos	“(...)doença do meu filho.”	“Só tive um único emprego. Trabalho como funcionária de limpeza numa fábrica, onde faço 9 horas de trabalho por dia (...) é muito cansativo (...) a fábrica fica situada numa área muito distante da minha área de residência, o que me obriga a sair de casa sempre de madrugada para poder lá estar a horas.”
14	Não	Empregada de limpeza	15 dias	Ajuda de amigas	“Não tive grandes dificuldades (...).”	“Já tive 2 empregos: um como empregada de limpeza e outro como ajudante de cozinha.”
15	Sim	Empregada de limpeza	Quatro meses	Agência de trabalho temporário	“(...)estar ilegal.”	“Já tive dois trabalhos(...) um como empregada doméstica interna e outro como empregada de limpeza (...) o primeiro era muito complicado (...) trabalhava sem contrato e não fazia descontos para a segurança social, não tinha folgas semanais nem subsídios e o salário era muito baixo. No outro (...) sinto-me muito mais confortável: é menos cansativo e tenho mais regalias.”
16	Não	Empregada limpeza (doméstica)	Um mês	Ajuda duma tia	“(...)não tive dificuldades nenhuma.”	“Já tive três empregos desde que cheguei a Portugal, todos como funcionária

Mestrado em Política Social

						de limpeza ou como empregada doméstica.”
17	Sim	Empregada doméstica	22 dias	Ajuda de amigos	“(…)praticamente não enfrentei nenhuma dificuldades.”	“Já tive dois empregos, ambos como empregada de limpeza em casa de patroas (os mesmos que ainda tenho). No total, faço 10 horas de trabalho por dia.”

Anexo IV - Bloco 3/ Trabalho e Empregabilidade (continuação)

Nº Entrevistada	Trabalha com Contrato? De que tipo?	Tem regalias no trabalho? Quais?	Sente-se insegura no seu trabalho? Porquê?	Sente-se satisfeita no seu trabalho?	Sente-se satisfeita com o seu salário? Porquê?
1	“(…)neste momento dois empregos sendo que apenas um deles é que possuo contrato (...)válido por um ano.”	“Não, eu praticamente não tenho quaisquer regalias.”	“Sim, sinto-me insegura porque sou ilegal.”	“Não, não me sinto satisfeita com os cargos que desempenho, porque o meu salário é muito baixo.”	“Não, não me sinto satisfeita com o meu salário porque é insuficiente para resolver os meus problemas e chego mesmo a ter algumas dificuldades para superar as minhas despesas.”
2	“Sim, no meu último trabalho tinha um contrato de 6 meses mas quando terminou não me foi renovado e como tal fui despedida.”	“Quando trabalhava a tempo inteiro como empregada doméstica e de limpeza, não tinha quaisquer regalias (...) nem dispunha de um contrato (...)No meu último trabalho, embora a tempo parcial, tinha um contrato de trabalho e fazia descontos e tinha	“Sim, sentia-me bastante insegura devido à minha situação ilegal.”	“Não, sentia-me muito insatisfeita com o meu emprego (...) uma vez que trabalhava muito e sentia-me muito cansada.”	“Não, também não me sentia satisfeita com o salário que auferia, porque não compensava o esforço e o desgaste a que era sujeita.”

Mestrado em Política Social

		direito a duas folgas semanais.”			
3	“À exceção dos empregos que tive em casa de patroas, sempre trabalhei com contratos, inicialmente de um ano e que mais tarde passaram a efetivos.”	“Na maioria dos empregos não tive quaisquer regalias (...)trabalhei sempre sem contrato e sem nunca ter feito descontos.”	“Sim, sentia-me bastante insegura no meu antigo emprego (...)”	“Sim, sentia-me insatisfeita com as atividades que desempenhava uma vez que a remuneração era bastante baixa comparativamente à carga de trabalho.”	“Não me sentia satisfeita com o salário que auferia, mas de qualquer forma era aceitável, dado que era bastante superior ao que conseguia no meu país.”
4	“Estou a trabalhar sem contrato mas faço descontos para a segurança social.”	“Nunca tive muitas regalias devido ao facto de ser ilegal no país.”	“Sim, sinto-me muito insegura porque estou ilegal.”	“Não, não me sinto satisfeita com o meu emprego porque não tenho contrato.”	“Não, não estou satisfeita porque ganho muito pouco (...)”
5	“Sim, tenho contrato efetivo, e também faço descontos para a segurança social.”	“Sim, sempre tive regalias mínimas necessárias: contrato e descontos, folgas e subsídios de férias e de natal.”	“Sinto-me insegura num dos meus trabalhos porque sinto-me injustiçada e discriminada pela minha supervisora.”	“Não me sinto satisfeita com o meu trabalho.”	“Não me sinto satisfeita com o meu salário porque é baixo comparativamente ao meu esforço e horas de trabalho.”
6	“Sim, trabalho com contrato temporário, o qual é renovado de 6 em 6 meses.”	“Tenho um contrato de trabalho e faço descontos para a segurança social, tenho subsídios de férias e de natal e tenho direito a uma folga semanal.”	“Não, sinto-me bastante segura no meu posto de trabalho.”	“Sim, sinto-me satisfeita.”	“Sinto, sinto-me satisfeita com o meu ordenado (...) não é fácil conseguir algo melhor.”
7	“Sim, trabalho com contrato temporário, renovado de 6 em 6 meses.”	“Nos meus trabalhos sempre tive contrato e fiz descontos.”	“Não, por acaso sinto-me segura no meu trabalho.”	“Não me sinto muito satisfeita mas preciso muito do meu trabalho.”	“Não, porque trabalho muitas horas e ganho pouco. Já estou a trabalhar há dois anos e nunca tive aumento.”
8	“Sim, tenho um contrato efetivo no meu trabalho.”	“Sim, tenho as regalias mínimas. Tenho um contrato de trabalho e faço	“Não, sinto-me segura no meu trabalho.”	“Não me sinto muito satisfeita porque trabalho	“Não, o meu salário é muito baixo tendo em conta as

Mestrado em Política Social

		descontos para a segurança social, tenho direito a subsídios de natal e de férias.”		muitas horas por dia e tenho um horário complicado que me obriga a acordar todos os dias de madrugada.”	horas diárias de trabalho.”
9	“Sim, tenho contrato de um ano.”	“Tenho algumas regalias uma vez que tenho um contrato de trabalho e faço descontos.”	“Sim porque não me encontro legalizada e já tenho alguma idade.”	“Sinto satisfeita com o trabalho que eu faço porque tratam-me bem.”	“Sim, estou satisfeita porque consigo resolver os meus problemas e compensa o meu trabalho.”
10	“Não, nunca trabalhei com contrato.”	“Nunca tive quaisquer regalias. Sempre trabalhei sem contrato e sem sequer fazer descontos (...) considero os meus trabalhos precários.”	“Sim, sentia-me insegura no meu antigo trabalho.”	“Não, nunca estive satisfeita com o meu emprego.”	“Nunca estive satisfeita com o meu salário, porque trabalhava muito e o salário não compensava o meu esforço.”
11	“Sim, tenho um contrato efetivo.”	“Não considero que tenho quaisquer regalias no meu trabalho. Já trabalho há um ano sem férias, sem subsídios de férias e de natal e só disponho de uma única folga semanal.”	“Não, não tenho razões para me sentir insegura.”	“Apesar de não me sentir muito satisfeita com a função que desempenho, tenho que preservar este posto porque atualmente é muito difícil encontrar algo melhor (...)”	“Não, não me sinto satisfeita com meu salário porque trabalho muitas horas seguidas, tendo uma carga horária excessiva e não me sinto recompensada pelo esforço.”
12	“Sim, tenho um contrato defectivo.”	“(…)faço descontos para a segurança social, tenho direito a subsídios de férias e de natal, trabalho oito horas por dia e tenho duas folgas semanais.”	“Não, não me sinto insegura.”	“Não sinto-me muito satisfeita porque é um trabalho muito cansativo e a minha patroa exige sempre muito de mim.”	“Não, o salário é muito baixo e não é suficiente para resolver os meus problemas.”

Mestrado em Política Social

13	“Sim, tenho um contrato efetivo.”	“Sim (...) faço descontos para a segurança social, tenho direito a subsídios de férias e de natal e ainda gozo das minhas férias.”	“Sim, de momento sinto-me um pouco insegura, devido à crise que o país atravessa.”	“Não, não me sinto satisfeita com o meu emprego, porque fica muito distante da minha área de residência e porque trabalho muitas horas por dia.”	“Não, porque é muito baixo e não compensa todo o meu trabalho.”
14	“Sim, sempre trabalhei com contrato.”	“(…)gozava de duas folgas semanais e tinha direito a subsídios de férias e de natal.”	“Sim, por acaso sentia-me insegura devido à crise, e situação foi piorando a cada dia. Quando o contrato expirou não me foi renovado.”	“Sim, apesar de tudo sentia-me satisfeita porque ao menos estava empregada.”	“O salário não era grande coisa mas era melhor do que o subsídio de desemprego a que tenho direito neste momento.”
15	“Sim, tenho um contrato válido por um ano.”	“Sim, direito a subsídios de natal, de fêria e de alimentação e tenho duas folgas semanais (...)”	“Não, não me sinto insegura.”	“Sim, sinto-me satisfeita. De momento não é fácil encontrar outro trabalho e com melhores condições”.	“Não, não me sinto muito satisfeita com o meu salário porque é muito baixo, mas também faço poucas horas.”
16	“Sim, trabalhava com um contrato de seis meses e que era renovado periodicamente.”	“Sim, no meu último trabalho (...) tinha um contrato e fazia descontos para a segurança social, fazia 8 horas de trabalho por dia, tinha duas folgas semanais e ainda tinha direito a subsídios de férias e de natal.”	“Sim, nos últimos tempos sentia-me bastante insegura, por causa da crise, até que por fim a firma declarou falência.”	“Sim, sentia-me satisfeita com o meu emprego.”	“Não, não me sentia satisfeita com o meu salário porque era muito baixo.”
17	“Sim, tenho um contrato de seis meses.”	“Sim, num dos trabalhos, tenho contrato e faço descontos, tenho subsídios de férias e natal e ainda gozo de duas folgas semanais. No outro (...) apenas tenho o meu salário.”	“Sim, um bocado. Com a atual situação do país, temo que qualquer dia me possam mandar embora.”	“Sim, sinto-me satisfeita porque não é muito cansativo e tratam-me muito bem.”	“Não, aliás, o salário é o único problema nesse trabalho, uma vez que é baixo. Mas, também não é um trabalho desgastante.”

Anexo IV - Bloco 3/ Trabalho e Empregabilidade (continuação)

Nº Entrevistada	Gostaria de ter um trabalho diferente? Porquê?	Já se sentiu discriminada por outros colegas não estrangeiros?	Profissão no País de origem
1	“Sim gostaria de ter um outro tipo de trabalho porque não gosto de trabalhar nas limpezas e além disso ganho muito mal (...)”	“Apenas me senti discriminada por uma vez na casa da minha patroa, onde não podia sentar à mesa para as refeições e só comia as sobras (“restos”).”	Cabeleireira
2	“Sim, gostaria de ter um outro tipo de trabalho e de preferência no período diurno. Não pretendo mais trabalhar como empregada interna e a tempo inteiro, porque é muito cansativo e nunca tenho tempo para fazer nada.”	“Sim, por diversas vezes já me senti discriminada no trabalho (...)devido à minha condição racial e cor. Sentia-me bastante injustiçada e discriminada pela minha patroa e pelos próprios colegas, no restaurante.”	Empregada de Limpeza
3	“Sim, gostaria de ter um emprego melhor, com um horário acessível e com um salário que compense o meu esforço e desgaste.”	“Sim, já me senti discriminada (...) pela minha patroa quando trabalhava de empregada doméstica; pelos utentes do lar de idosos (...) onde já fui vítima de racismo.”	Vendedora ambulante
4	“Gostaria muito de ter outro trabalho, continuar os meus estudos e formar.”	“Sim várias vezes já me senti discriminada, não só no trabalho, pelos colegas e pelos chefes, mas também na escola pelos colegas. Aliás, esta foi a principal razão porque deixei de estudar. O facto de ser cabo-verdiana e ilegal, faz de mim um	Estudante

Mestrado em Política Social

		alvo fácil de discriminação quando estou à procura de trabalho.”	
5	“Sim gostaria de ter algo melhor, com um bom salário e onde possa ser tratada com o devido respeito.”	“Sim, sinto-me discriminada e desrespeitada perante outras colegas que não são imigrantes. Obrigam-me a fazer sempre os trabalhos mais complicados e que mais ninguém faz.”	Vendedora ambulante
6	“Claro que gostaria de ter um trabalho melhor, mas também não tenho habilitações que me permitam muito mais do que isto.”	“Não, no trabalho nunca me senti discriminada perante os outros. São pessoas muito educadas e sempre foram muito simpáticas.”	Estudante, fazia trabalhos domésticos
7	“Sim, gostaria de ter um trabalho com um horário estável.”	“Sim, algumas vezes já me senti discriminada perante outras colegas.”	Estudante/Empregada Loja
8	“Sim, gostaria de ter um trabalho melhor, mas com a minha idade e com as minhas competências não é fácil encontrar algo melhor.”	“Nunca fui discriminada no trabalho.”	Doméstica
9	“Eu neste momento estou satisfeita com o que faço e sinto-me muito bem aonde estou.”	“Não, sempre fui bem tratada.”	Vendedora Doces Caseiros
10	“Sim, gostaria de ter um emprego com melhores condições salariais e algumas regalias. Mas, como estou desempregada de momento, só me interessa ter um emprego.”	“Não, nunca me senti discriminada no trabalho.”	Empregada Minimercado
11	“Sim, gostaria de ter um trabalho onde possa ter algumas regalias e gozar os meus direitos.”	“Sim, algumas vezes já me senti discriminada no meu posto de trabalho, mas não dou muita importância a esta questão (...) uma vez que preciso muito deste emprego.”	Vendedora ambulante
12	“Claro, gostaria de ter um trabalho com melhores condições salariais.”	“Não, nunca me senti discriminada no trabalho.”	Empregada de restaurante
13	“Sim, gostaria de ter um trabalho com um horário mais acessível e que ficasse mais perto da minha área de residência.”	“Sim, às vezes sinto que sou tratada de forma diferente dos outros colegas que não são imigrantes. Apesar disso, não tenho muitas razões de queixa.”	Vendedora ambulante

Mestrado em Política Social

14	“Gostaria apenas de ter um trabalho confortável, porque neste momento estou desempregada e sinto-me muito mal com isto.”	“Não, nunca me senti discriminada no trabalho perante os outros empregados.”	Trabalho agricultura
15	“Sim, gostaria muito de ter outro trabalho porque eu já estudei e estou neste momento a tirar uma licenciatura, pelo que não considero o trabalho de limpeza o mais adequado à minha condição (...) tenho que continuar a desempenhar esta função porque preciso muito do dinheiro para pagar as minhas despesas académicas.”	“Não, nunca me senti discriminada no trabalho.”	Estudante
16	“Sim gostaria de ter um trabalho com melhores condições e com um salário mais alto.”	“Sim, já fui discriminada e sentia-me bastante injustiçada pela e perante a minha colega de trabalho, devido ao facto de não ser portuguesa.”	Vendedora ambulante
17	“Gostaria de trabalhar ligada à estética e cabeleireira, uma vez que já tive uma formação nesta área (...) sei que não é fácil e também eu me sinto bem onde estou.”	“Não, nunca me senti discriminada. Sempre me trataram muito bem e com muito respeito.”	Comerciante

Anexo V - Bloco 4/ Integração na Sociedade Portuguesa

Nº Entrevistada	Dificuldades encontradas na sua integração	A língua constitui pode constituir uma barreira na integração?	Aspectos que mais contribuíram para a sua integração?
1	“(…)Para mim foi sempre muito complicado viver em Portugal e o facto de ser ilegal dificultou bastante a minha integração (…)”.	“Não, não acho que a língua constitui uma barreira à minha adaptação (…)porque eu não me sinto envergonhada da forma como falo o português e nem tenho medo de falar.”	“Os aspectos que mais contribuíram para a minha integração foram os apoios familiares e da Associação de Apoio ao Imigrante(…)”.
2	“A minha integração foi demorada e muito difícil, sendo que a situação ilegal e o desemprego dificultaram ainda mais as coisas(…)acho que os portugueses não gostam dos africanos e sentem-se incomodados com a nossa presença e por isso sentia-me algo intimidada.”	“Sim, a língua constituiu uma grande barreira à minha integração (…)”.	“Acho que a presença dos familiares e o apoio da Associação (…)”.
3	“A minha integração foi complicada sem os familiares e longe dos meus filhos (…)Foram vários os factores que dificultaram a minha integração na sociedade portuguesa (…)a língua, as condições climáticas, a situação ilegal e, claro, a ausência dos familiares próximos e pessoas conhecidas.”	“Sim, a língua foi um dos factores que condicionaram a minha integração.”	“O apoio de alguns amigos foi o que mais contribuiu para minha integração(…)”.
4	“A minha integração em Portugal não foi muito complicada porque sempre tive o apoio da minha mãe e dos meus familiares mais próximos. A principal dificuldade que enfrentei e que de alguma forma condicionou a minha integração foi o facto de não me encontrar legalizada.”	“Não, A língua nunca constitui uma barreira à minha integração (…)”.	“O apoio familiar foi uma base fundamental para minha integração (…)”.
5	“A minha integração não foi fácil por causa da	“Sim, porque não sabia falar e sentia-me envergonhada.”	“A presença de amigos e alguns familiares (…)”.

Mestrado em Política Social

	língua e também o facto de não estar legalizada complicou muito a minha adaptação. Além disso, foi muito difícil ficar longe dos meus filhos.”		
6	“A minha integração foi relativamente fácil porque o meu marido já vivia aqui há já algum tempo e foi muito importante para mim. Além disso, não foi muito complicada porque legalizei logo que entrei no país. Só tive dificuldades na procura de trabalho.”	“Não, penso que a língua não me dificultou em nada (...).”	“O que facilitou a minha integração em Portugal foi o facto de ter cá o meu marido e também o facto de ter-me legalizado (...).”
7	“Não foi difícil a minha integração em Portugal porque o meu irmão vivia aqui, o que facilitou muito a minha integração. Tive algumas dificuldades no início porque não conhecia nenhum sítio.”	“Não, embora às vezes me sinta um pouco envergonhada pelos colegas de trabalho.”	“O facto de ter aqui o meu irmão e de ficar legalizada (...).”
8	“A minha integração não foi difícil porque o meu marido e muitos outros familiares próximos viviam em Portugal. A língua foi mesmo a minha principal dificuldade.”	Sim	“O facto de ter cá o meu marido e os meus familiares ajudou muito (...).”
9	“Não foi muito difícil a minha integração em Portugal porque tinha aqui a minha filha e ajudou-me bastante. O meu maior problema foi mesmo a língua. Além disso, não foi fácil estar longe dos meus filhos e o facto de não ter quaisquer habilitações também complicou um bocado as coisas.”	“Sim, a língua constitui uma barreira muito forte à minha integração (...).”	“O facto de ter cá a minha filha e a minha irmã (...).”
10	“A minha integração em Portugal não foi muito complicada, não tive grandes dificuldades. A	“Não, sempre falei o português desde que cheguei a Portugal.”	“A presença de alguns amigos, o meu marido e alguns familiares (...).”

Mestrado em Política Social

	diferença climática, o não conhecimento de determinadas instituições, viver longe dos meus filhos, amigos e familiares mais próximos, foram algumas das dificuldades com que tive de lidar no início.”		
11	“A minha integração não foi fácil (...).Foram várias as dificuldades que enfrentei na minha integração, mas as maiores foram estar longe meus filhos e o facto de não conseguir adaptar-me ao clima.”	“A língua não constituiu uma barreira à minha integração porque nunca senti-me envergonhada em me expressar em português (...).”	“Os familiares e amigos foram cruciais nos primeiros tempos. Além destes, o facto de ter-me legalizado (...).”
12	“A minha integração não foi muito difícil graças à presença do meu marido e das minhas amigas. A minha maior dificuldade foi estar durante muito tempo de forma ilegal (...).”	“Não, não considero que a língua tenha sido um obstáculo à minha integração.”	“(…)presença dos meus familiares, principalmente do meu marido, e dos amigos.”
13	“A minha integração foi bastante complicada porque nunca tinha vivido fora da minha terra e foi uma realidade completamente distinta da que estava habituada. O estilo de vida, o clima e o relacionamento com as pessoas constituíram algumas das minhas maiores dificuldades, sendo que o facto de ter o meu filho doente também dificultou um bocado as coisas.”	“Não, nunca tive problemas com a língua e sempre me expressei sem qualquer receio.”	“A presença dos meus familiares e de alguns amigos foram os aspectos que mais contribuíram para a minha integração, uma vez que me apoiaram muito, principalmente nos meus primeiros tempos aqui em Portugal. O facto de nunca ter estado ilegal(...).”
14	“A minha integração foi fácil. A presença do meu marido, dos familiares próximos e de alguns amigos, contribuíram para a minha rápida adaptação.”	“Não, a língua nunca constituiu uma barreira à minha integração. Eu nunca me senti envergonhada em falar o português.”	“(…)presença do meu marido e de algumas pessoas próximas que sempre me apoiaram em tudo. O facto de ter-me legalizado.”

Mestrado em Política Social

15	<p>“A minha integração foi fácil, principalmente porque tinha aqui os meus pais que sempre me apoiaram em tudo o que puderam (...) O meu maior problema, foi mesmo o facto de estar ilegal durante todo este tempo.”</p>	<p>“Não, a língua nunca constituiu uma barreira à minha integração porque eu considero que me expresso de forma clara e explícita em português.”</p>	<p>“Acho que o apoio familiar e de amigos (...)”</p>
16	<p>“Foi muito complicado. Tive algumas dificuldades em adaptar-me ao estilo de vida aqui e às diferenças climáticas. Por outro lado, não me foi fácil ficar longe dos meus filhos. Além disso, a falta de conhecimentos e de experiência, bem como a ausência de amigos, dificultaram muito a minha integração.”</p>	<p>“Não, a língua nunca foi uma barreira. Eu nunca me senti envergonhada da forma como falo, por isso nunca tive nenhum receio em me expressar.”</p>	<p>“A presença de alguns familiares próximos, principalmente a minha irmã, e o facto de não passar muito tempo de forma ilegal (...)”</p>
17	<p>“A minha integração foi relativamente fácil (...)Tive pequenas dificuldades com a língua, uma vez não falava corretamente o português.”</p>	<p>“Sim, não falava bem o português e nem estava habituada à língua, por isso foi um bocado difícil.”</p>	<p>“O que mais contribuiu para a minha integração, foi sem dúvida a presença dos meus filhos. A presença de alguns amigos e o facto de conseguir trabalhar pouco tempo depois (...)”</p>

Anexo VI - Bloco 5/ Associação de Apoio Imigrante

Nº Entrevistada	Como é que teve o conhecimento da Associação?	Que motivo levou-a a procurar a Associação?	Teve algum apoio da Associação na procura de emprego?	Considera a Associação importante?
1	“...através de uma colega de trabalho.”	“(…)tratar da minha legalização.”	“Não, não procurei.”	“(…)é muito importante para mim, porque permite-me ter conhecimentos dos meus direitos.”
2	“(…)através de amigos.”	“(…)tratar da minha legalização.”	“Não, porque só recentemente é que tive o conhecimento(…)”	“Sim, considero-a de elevada importância uma vez que foi esta que me encaminhou no sentido da minha legalização(…)”
3	“Através do meu marido.”	“(…)tratar do reagrupamento familiar e assim poder trazer os outros filhos(…)”	“Não, nunca pedi ajuda (…)”	“Considero a Associação muito importante porque ajuda aos imigrantes na resolução de muitos problemas e de forma gratuita.”
4	“(…)através da minha mãe.”	“(…)procura de trabalho e solicitação de apoio para a minha legalização.”	“Sim.”	“(…)é de extrema importância no ap1), oio aos imigrantes, intervindo em mais diversas situações e auxiliando na sua resolução de forma totalmente gratuita.”
5	“Através das minhas amigas.”	“(…)solicitar ajuda para trazer a minha filha que estava doente em cabo verde.”	“Sim, estou a contar com o apoio significativo da associação na procura de emprego para a minha filha.”	“(…)é muito importante para os imigrantes, tem desenvolvido um trabalho fantástico quer no que diz respeito a questões de legalização como na procura de

Mestrado em Política Social

				emprego, sem custos (...).”
6	“Através do meu marido(...).”	“(...)solicitando ajuda para a minha sogra que está doente e ilegal.”	“(...)nunca procurei.”	“(...)é muito importante para mim e para os imigrantes em geral, uma vez que está sempre disposta para nos ouvir e ajudar na resolução dos nossos problemas, sem fins lucrativos.”
7	“Através do meu irmão.”	“(...)obter cartão de residência.”	“Não tive necessidade.”	“(...)considero-a muito importante porque sempre me ajudou e me ajudou a resolver os meus problemas(...).”
8	“Através das minhas amigas.”	“(...)ajuda para fazer o pedido de reagrupamento familiar e poder trazer os meus filhos.”	“Não, nunca procurei(...).”	“(...)é muito importante porque ajuda os imigrantes a resolverem muitos problemas e de forma gratuita.”
9	“(...)através da minha amiga.”	“(...)tratar da minha legalização.”	“(...)nunca pedi ajuda(...).”	“(...)é muito importante. Já me ajudou muito e tem atendido sempre aos meus pedidos, sem nunca cobrar nada.”
10	“(...)através de amigos.”	“(...)resolução de problemas relacionados com a minha situação legal.”	“Sim tive ajuda na procura de emprego (...).”	“(...)é muito importante para mim porque sempre esteve disponível para ouvir e auxiliar na resolução dos meus problemas.”
11	“(...)através dos meus amigos.”	“(...)solicitar ajuda no programa de reagrupamento familiar e assim poder trazer os meus filhos que se encontravam em Cabo Verde.”	“Não, nunca pedi ajuda(...).”	“(...)desempenha uma função de extrema importância para os imigrantes(...).”

Mestrado em Política Social

12	“(...)através da minha advogada (...).”	“(...)solicitar ajuda no meu processo de legalização.”	“Não, nunca pedi(...).”	“(...)foi graças a esta que consegui adiantar e resolver a minha situação legal. Sempre apoiou-me no que fosse necessário, sem eu nunca ter pago nada.”
13	“(...)através de alguns amigos.”	“(...)solicitar ajuda no programa de reagrupamento familiar e assim poder trazer os meus filhos que ficaram em Cabo Verde.”	“Não, nunca pedi(...).”	“(...)é muito importante para mim porque sempre me ajudou na resolução dos meus problemas (...).”
14	“(...)através da minha prima.”	“(...)solicitar alguma ajuda no processo de naturalização.”	“Não, nunca tinha pedido(...).”	“(...)é muito importante porque sempre me ajudou a resolver os problemas(...).”
15	“Através de alguns amigos.”	“Solicitar ajuda para a minha legalização.”	“Não, nunca procurei(...).”	“Sim, é muito importante para mim porque tem-me apoiado bastante no meu processo de legalização. Desenvolve um trabalho extraordinário para o bem-estar dos imigrantes e sem fins lucrativos.”
16	“Através de alguns amigos.”	“(...)solicitar algum apoio no pedido de reagrupamento familiar e poder desta forma trazer os meus filhos.”	“Sim, já tive uma vez apoio da Associação na procura de emprego e estou a ter neste momento uma vez que me encontro desempregada.”	“(...)foi sempre muito importante para mim porque sempre acudiu aos meus pedidos e já me ajudou na procura de emprego e na resolução de outros casos(...).”

Mestrado em Política Social

17	“Através dos meus amigos.”	“(…)conseguir algum apoio para a renovação do visto/ aquisição do título de residência.”	“Não, nunca procurei(…)”	“(…)considero-a muito importante, porque até ao momento tem-me apoiado bastante na resolução do problema para o qual a solicitei(…)”
----	----------------------------	---	--------------------------	--

Anexo VII - Bloco 6/ Discriminação Social

Nº Entrevistada	Já foi discriminada ou vítima de racismo?	Como são os Cabo-verdianos tratado em Portugal?	Podem ser tomadas medidas para esta situação?
1	“Sim, já fui discriminada no trabalho (…)”.	“Os cabo-verdianos, em Portugal, não são tratados da mesma forma que os outros povos e são constantemente desrespeitados e discriminados pelos portugueses.”	“(…)É preciso uma mudança radical no comportamento e na mentalidade das pessoas, para que possam tratar todos da mesma forma, como pessoas que são.”
2	“Sim, já fui, por diversas vezes, vítima de discriminação e racismo incluindo em meios de transportes público, nos supermercados e nas instituições públicas (…)”	“Acho que os cabo-verdianos são tratados com muito diferença e que são desrespeitados pelos portugueses, além de serem frequentemente vítimas de atos de racismo incluído em locais de trabalho.”	“(…)é preciso fazer para alterar a mentalidade das pessoas e a forma como olham para as diferenças raciais.”
3	“Sim, já fui discriminada muitas vezes no trabalho, onde já fui vítima de atos de racismo, principalmente pelos idosos do lar onde trabalhava (…)”	“Acho que os cabo-verdianos em Portugal são desrespeitados e discriminados, principalmente quando estão à procura de emprego e no trabalho pelos colegas e pelos chefes. Nos transportes públicos, serviços públicos, instituições públicas e nos postos de serviço somos frequentemente vítimas de atos de racismo.”	“(…)mudança na mentalidade das pessoas.”
4	“Sim, já fui discriminada na escola pelos colegas e no trabalho pelo meu chefe e	“Acho que os Cabo-verdianos, na sua grande maioria, são discriminados em Portugal e muitas vezes vítimas de racismo. Além	“(…)deviam divulgar mais as situações de discriminação racial, e deviam apoiar mais os imigrantes.”

Mestrado em Política Social

	colegas.”	disso, muitos são sujeitos a péssimas condições de trabalho e trabalho precário.”	
5	“Sim já fui discriminada algumas vezes no trabalho (...).”	“Os cabo-verdianos e, não só, os africanos em geral, em Portugal são vítimas de discriminação racial e de maus-tratos psicológicos.”	“(…)é preciso ter um pouco mais de respeito pelos imigrantes, porque na nossa terra são sempre bem recebidos e tratados com o máximo respeito.”
6	“Sim, já algumas vezes já fui discriminada e já fui mesmo vítima de racismo por parte de senhora idosa no transporte público.”	“Nem todos os Cabo-Verdianos são bem tratados. Vejo alguns a sofrerem muito no trabalho e com os colegas.”	“(…)não acho que se possa fazer muita coisa para mudar esta situação.”
7	“Não, não posso dizer que tenha sido discriminada no trabalho porque sempre fui tratada de igual forma para com os outros empregados. Também nunca fui vítima de atos de racismo.”	“(…)acho que os portugueses se sentem incomodados com a nossa presença aqui e muitas vezes tratam-nos com desprezo e protagonizam atos racistas contra os cabo-verdianos.”	“(…)deveriam incentivar mais as pessoas a tratarem melhor os imigrantes.”
8	“Não, nunca me senti discriminada em situação alguma.”	“Não somos muito bem acolhidos pelo povo português. Alguns sofrem muito com as condições de trabalho e chegam mesmo a ser explorados pela entidade patronal.”	“(…)deveriam ter mais respeito pelos imigrantes porque somos todos seres humanos e temos direitos a viver e a usufruir dos direitos humanos mesmo que não seja no nosso país de origem.”
9	“Não eu nunca fui discriminada (...).”	“Acho que alguns são bem tratados, mas também há outros que sofrem muito e injustamente, devido à sua condição racial e cor(...).”	“(…)deveriam respeitar mais e dar mais valor às pessoas independentemente da sua cor e da sua origem.”
10	“Sim, já fui vítima de discriminação racial por parte de uma senhora num transporte público.”	“(…)penso que no geral os cabo-verdianos são bem tratados em Portugal.”	“Não sei se se pode fazer alguma coisa para melhorar esta situação.”
11	“(…)já me senti discriminada por algumas vezes no trabalho perante os meus colegas.”	“Considero que às vezes somos tratados com algum desrespeito e somos vítimas de discriminação racial.”	“(…)é muito difícil mudar a ideia que as pessoas formam acerca de um determinado povo.”
12	“Sim, de vez em quando nos transportes público sinto-me discriminada e já fui mesmo	“Eu, particularmente, não posso dizer que me tratam mal, mas há alguns que sofrem muito e que são muito desrespeitados e	“(…)deviam respeitar mais os imigrantes como pessoas que são e mudar certas atitudes perante determinados povos.”

Mestrado em Política Social

	vítima de racismo.”	discriminados frequentemente.”	
13	“Não, sinceramente nunca fui discriminada, muito menos vítima de racismo (...)”	“Eu, particularmente, sempre fui bem tratada quer no trabalho pelos colegas, quer em outros locais por parte de outras pessoas. Entretanto, há casos de outros conterrâneos que afirmam serem bastante desrespeitados, discriminados e mesmo vítimas de racismo por parte do povo português.”	“(…)deveriam ter uma outra visão dos imigrantes e dar-lhes maiores oportunidades.”
14	“Não, nunca me senti discriminada.”	“Eu, particularmente, sempre fui bem tratada e respeitada por todos, mas nem todos podem dizer o mesmo. Alguns são vítimas de discriminação racial, sofrem muito com as condições de trabalho e são mesmo vítimas de insultos constantes por parte dos portugueses.”	“(…)As pessoas já têm uma ideia pré formada a nosso respeito, pelo que é difícil mudar aquilo que pensam.”
15	“Não, nunca fui discriminada em nenhum aspecto.”	“Apesar de eu nunca ter sido vítima de maus-tratos ou de discriminação por parte dos portugueses, acho que os cabo-verdianos em Portugal sofrem muito e são muitas vezes desrespeitados e vítimas de discriminação, principalmente no que toca à condição racial e cor.”	“(…)é uma questão que deveria ser mais divulgada para que as pessoas possam consciencializar e tratar todos da mesma forma independentemente da raça ou da cor.”
16	“Já me senti discriminada no trabalho, mas nunca fui vítima de atos de racismo (...)”	“O tratamento a que dão a muitos cabo-verdianos não são dos melhores e alguns chegam mesmo a sofrer muito com questões de discriminação racial e diferenças de cor.”	“(…)As pessoas têm que deixar essas questões de parte e aprenderem a tratar todos como seres humanos que são.”
17	“Não, nunca fui discriminada e muito menos vítimas de atos de racismo.”	“A mim sempre me trataram muito bem, pelo que não tenho motivos de queixa, mas há muitos que se queixam de discriminação ou mesmo de atos de racismo e ainda outros que se queixam de más condições de trabalho.”	“(…)poderiam dar mais oportunidades aos imigrantes e facilitar um pouco a vida destes em determinados aspectos que contribuem para uma melhor satisfação dos mesmos.”

Anexo VIII - Bloco 7/ Questão Linguística

Nº Entrevistada	Além do Português costuma falar Crioulo com família / amigos?	A língua materna ser o Crioulo dificultou a integração?
1	“Sim, utilizo com muita frequência o crioulo em casa.”	Não
2	“Utilizo o crioulo apenas para comunicar com os amigos e em casa com os familiares (...)falo português quando estou no posto de trabalho e com alguns conhecidos que nasceram em Portugal (...)Falo crioulo com os amigos porque é mais fácil e também é a minha língua materna.”	Sim
3	“Falo crioulo com os amigos porque é mais fácil e também é a minha língua materna (...)”	“Sim (...)sentia-me envergonhada em falar o português.”
4	“Sim, falo sempre o crioulo com as minhas amigas e os meus familiares, porque me sinto mais à vontade.”	Não
5	“Sim, praticamente só utilizo o crioulo para comunicar com os meus filhos, amigos e colegas. Só utilizo o português no trabalho.”	“Sim (...)Não falava o português e claro que foi difícil para mim adaptar nessas condições.”
6	“Falo sempre crioulo com os cabo-verdianos, mas com o meu filho falo português. No trabalho apenas utilizo o português.”	Não
7	“Sim, em casa falo sempre o crioulo”.	Não
8	“Sim, em casa e com amigos e conhecidos cabo-verdianos, só falo crioulo.”	Sim
9	“Em casa falo crioulo, mas no trabalho tento sempre falar português (...)”	Sim
10	“Sim, em casa e com os amigos falo sempre o crioulo.”	Não
11	“Sim, em casa falo sempre o crioulo, porque sinto-me mais à vontade expressando na minha língua materna.”	Não
12	“Sim, eu praticamente só falo crioulo em casa e com as minhas amigas .Uso o português com maior frequência no trabalho.”	Não
13	“Sim, utilizo com muita frequência o crioulo, principalmente para comunicar com pessoas da mesma nacionalidade, uma vez que nos sentimos mais à vontade.”	Não
14	“Sim, utilizo com muita frequência o crioulo para comunicar com pessoas conhecidas da minha terra. Com o meu filho também falo crioulo, mas tento sempre comunicar com ele em português para facilitar a sua adaptação com a língua.”	Não

Mestrado em Política Social

15	“Sim, eu praticamente só falo o crioulo com os meus amigos e familiares e pessoas conhecidas, porque ambos sentimo-nos mais à vontade em expressar na nossa língua materna.”	Não
16	“Sim, utilizo com muita frequência o crioulo, em casa (...) porque é a nossa língua materna e gosto muito de comunicar em crioulo.”	Não
17	“Sim, em casa e com os amigos só falo crioulo.”	Sim

Anexo IX - Bloco 8 / Planos para o Futuro

Nº Entrevistada	Quais são os seus planos para o futuro?
1	“(…)tenciono no futuro fazer um curso profissional e abrir um salão de estética e beleza.”
2	“Pretendo em primeiro lugar legalizar-me no país. Quero também conseguir um emprego que me permita trazer os meus filhos e a minha mãe para viverem comigo.”
3	“Primeiro gostaria de ter um trabalho que me permitisse resolver a maior parte dos meus problemas e uma casa própria.”
4	“Quero legalizar e passar umas férias na minha terra. Quero continuar os estudos, e também encontrar um bom trabalho.”
5	“Gostaria de um dia voltar à minha terra e refazer a minha vida, isto se as condições de vida lá melhorarem.”
6	“Penso voltar um dia para minha terra e ficar (…).”
7	“(…)quero trazer o meu filho para viver perto de mim e melhorar a minha vida.”
8	“Conseguir melhorar a minha condição de vida e voltar para a minha terra.”
9	“Primeiro penso em legalizar-me e depois mais tarde quero voltar para minha terra.”
10	“Pretendo melhorar a minha condição de vida e voltar para cabo-verde de vez.”
11	“Gostaria de conseguir melhores condições de vida e mais tarde regressar à minha terra.”
12	“Eu no futuro pretendo ir-me embora de vez para a minha terra.”
13	“Não sei ainda exatamente qual e onde será o meu futuro.”
14	“Quando conseguir a nacionalidade portuguesa pretendo emigrar, eu e a minha família, para outro país (da UE).”
15	“Pretendo terminar o meu curso e regressar à minha terra.”
16	“Pretendo ficar aqui e melhorar a minha condição de vida e depois poder trazer os meus filhos para viverem comigo.”
17	“Se conseguir a nacionalidade portuguesa, certamente que vou emigrar para outro país que me ofereça melhores condições.”